ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES

REJANE ALVES RODRIGUES DITZ

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT PARA A SALA DE AULA

Cáceres/MT

2018

REJANE ALVES RODRIGUES DITZ

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT PARA A SALA DE AULA

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, como parte das exigências do Programa de Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), para a obtenção do título de mestre.
Orientador: Prof.Dr. Otávio Ribeiro Chaves.

Cáceres/MT

2018

DITZ, Rejane Alves Rodrigues .
D615e Educação Patrimonial no Ensino de História: do Centro Histórico de Cáceres/mt para a Sala de Aula / Rejane Alves Rodrigues Ditz – Cáceres, 2018.
118 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.
Orientador: Otávio Ribeiro Chaves

1. Tombamento. 2. Centro Histórico. 3. Educação Patrimonial. 4. Ensino de História.. I. Rejane Alves Rodrigues Ditz. II. Educação Patrimonial no Ensino de História: do Centro Histórico de Cáceres/mt para a Sala de Aula: .
CDU 94(817.2)

REJANE ALVES RODRIGUES DITZ

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT PARA A SALA DE AULA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves (Orientador) – UNEMAT

Prof.ª Dra. Eulália Maria Aparecida de Moraes – UNESPAR

Prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer – UNEMAT

Data de Aprovação

___/___/_____.

Cáceres/MT

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Luís Pedro.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelas bênçãos concedidas em minha vida. Agradeço aos meus pais Luiz e Maria Luíza, por apresentarem as aulas escolares como um dever e, ao mesmo tempo, um processo natural a seguir (mesmo que eles próprios não tenham tido a oportunidade de estudar).

Ao meu filho Luís Pedro, pelo sorriso lindo e pela pergunta inocente, que me fez muitas e muitas vezes: “Mamãe, você já terminou seu trabalho hoje?” Durante a metade de sua vida até agora, a atenção que deveria dar a você foi dividida com o curso do Mestrado. Mas essa conquista foi por você e para você, filho amado!

Ao meu esposo Pedro Angelo, por todo o apoio, carinho e dedicação. Sua serenidade me deixou mais forte para enfrentar todas as adversidades. Agradeço especialmente pela revisão e formatação da dissertação. Te amo!

Agradeço aos professores da primeira turma do ProfHistória – Unemat, pela forma calorosa com que nos recepcionaram, e pelo empenho no desenvolvimento do curso, da melhor forma possível.

Aos colegas do curso, pelas trocas de experiências, materiais de pesquisa e, acima de tudo, pela solidariedade do nosso grupo. Foi muito bom ter dividido essa experiência com vocês!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves, pela paciência que teve ao me orientar; pelos apontamentos, sempre bem-vindos, nos momentos angustiantes da escrita.

Agradeço ainda à Banca de Qualificação, pelos apontamentos e sugestões para o aprimoramento da pesquisa.

Obrigada a todos!

Aprendemos com os historiadores dos Annales que a história se faz a partir do e para o presente. Ao contrário do que defendiam os historiadores vinculados às escolas metódicas, o passado não faz sentido em si mesmo e não está desconectado do contemporâneo.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

RESUMO

O conceito de patrimônio é compreendido, no âmbito da História, como o conjunto de bens materiais e imateriais atrelados à identidade, à cultura ou ao passado de determinada coletividade, tais como monumentos e esculturas, usos e costumes populares e manifestações artísticas de qualquer natureza, ou ainda, bens naturais. A abordagem sobre o patrimônio cultural no âmbito escolar permite a aquisição de valores que envolvem conhecimento, pertencimento e preservação, sendo a educação patrimonial baseada na vivência social de cada local, constituindo parte do cotidiano do educando. Não se perde de vista que a ação pedagógica em torno do patrimônio cultural potencializa a apropriação de noções interdisciplinares como as de cidadania, visto que os educandos passam a entender a importância da responsabilidade coletiva na preservação patrimonial. Nesse aspecto, a educação patrimonial reúne saberes, conceitos e habilidades interdisciplinares, que facilitam a tarefa de formação integral do aluno. A partir de tais pressupostos, a presente pesquisa investiga como se deu o processo de tombamento do Centro Histórico da cidade de Cáceres, Mato Grosso para, no campo da Educação Patrimonial, envolver os educandos do 6º ano da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes num processo de formação patrimonial, trazendo o ato de preservar ao cotidiano dos educandos, numa ação natural, sem imposições. A execução do trabalho conta com a realização de oficina, visando conhecer quais são as imagens que os educandos possuem sobre o centro histórico tombado, como também problematizar sobre o conceito de Patrimônio Cultural. A pesquisa faz uso das metodologias afeitas ao Estudo do Meio e Educação Patrimonial, pois Cáceres/MT é uma cidade histórica e oferece subsídios para, a partir da história local, colocar em prática esses procedimentos metodológicos. O enfoque das oficinas está concentrado especificamente no Cais do Porto Mario Correia, parte do Centro Histórico de Cáceres, e que, por constituir espaço público, é parte do contato direto da população com o patrimônio material tombado.

Palavras-chave: Tombamento, Centro Histórico, Educação Patrimonial, Ensino de História.

ABSTRACT

The concept of heritage is understood in the context of History as the set of material and immaterial assets tied to the identity, culture or past of a particular collectivity, such as monuments and sculptures, popular customs and artistic manifestations of any kind, or even natural goods. The approach on cultural heritage in the school environment allows the acquisition of values that involve knowledge, belonging and preservation, being the patrimonial education based on the social experience of each place, constituting part of the everyday life of the student. It is not lost sight of the fact that the pedagogical action around the cultural heritage enhances the appropriation of interdisciplinary notions such as citizenship, since the students come to understand the importance of collective responsibility in the preservation of heritage. In this aspect, heritage education brings together interdisciplinary knowledge, concepts and skills, which facilitate the task of integral formation of the student. Based on these assumptions, the present study investigates how the process of tipping the Historical Center of the city of Caceres, Mato Grosso, in the field of Heritage Education, involving the students of the 6th year of the State School Dr. José Rodrigues Fontes in a process of patrimonial formation, bringing the act of preserving to the everyday of the students, in a natural action, without impositions. The execution of the work counts on the realization of workshop, aiming to know which are the images that the students have on the historical center registered, as well as to problematize on the concept of Cultural Patrimony. The research makes use of the methodologies applied to the Study of the Environment and Heritage Education, since Cáceres / MT is a historical city and offers subsidies, from Local History, to put into practice these methodological procedures. The workshops is specifically focused on the Cais do Porto Mario Correia, part of the Historic Center of Cáceres / MT, and which, as a public space, is part of the direct contact of the population with the material heritage listed.

Keywords: Listing, Historic Center, Heritage Education, History Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1: CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL 17
1.1 Introdução 17
1.2 O Ensino da História e a Educação Patrimonial.....28
1.3 A Cidade de Cáceres/MT e seu Patrimônio Cultural Material 35

CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE TOMBAMENTO DE CÁCERES/MT 47
2.1 Introdução 47
2.2 Marco do Jauru.....54
2.3 O Centro Histórico de Cáceres/MT 57
2.4 A atuação do Ministério Público Federal em Cáceres/MT 69

CAPÍTULO 3: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES, EM CÁCERES/MT.....74
3.1 Introdução 74
3.2 Oficina 82
3.2.1 Apresentação 82
3.2.2 Justificativa 83
3.2.3 Objetivos 85
3.2.4 Habilidades 85
3.2.5 Desenvolvimento 85
3.2.6 Produtos da Pesquisa 86
3.2.7 Avaliação 87
3.2.8 Sugestões de atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano 87
3.3 Relatos da Experiência Didática 87
3.4 Produto – Jogo de Memória "Dobradinha Histórica" 95
3.4.1 Regras estabelecidas para o jogo 96

CONSIDERAÇÕES FINAIS 99
REFERÊNCIAS 101
ANEXOS 106

INTRODUÇÃO

Ao ingressarmos em 2016, no Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional - ProfHistória, fomos instigados, já nas primeiras aulas, a pensarmos em um tema que nos despertasse o desejo de pesquisa e que, ao mesmo tempo, fosse um objeto de mediação em sala de aula. Fomos orientados a pensar em uma pesquisa que estivesse relacionada à sala de aula ou à comunidade escolar e que, na continuidade de seu desenvolvimento, nos permitisse construir um produto final que servisse como um instrumento pedagógico para o ensino de História.

A região de Cáceres/MT possui um rico acervo de bens históricos materiais e imateriais, em relação aos quais se verifica relativo distanciamento da população em geral, e da comunidade escolar, em particular. Muito embora esse patrimônio cultural esteja presente no cotidiano, o distanciamento se verifica porque muitas pessoas não se sentem representadas por esse patrimônio, em razão, principalmente, da falta de informações e conhecimento histórico sobre ele.

Michel de Certeau (2006, p. 66) liga a pesquisa ao lugar social. Para o autor,

> Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam.

Seguindo os apontamentos de Certeau (2006), e fazendo uma análise do lugar social que ocupamos enquanto professores de História, desenvolvemos uma pesquisa acerca do patrimônio cultural de Cáceres/MT e o seu respectivo Processo de Tombamento, focada em educação patrimonial.

A pesquisa se pautou em uma proposta pedagógica que estivesse mais próxima do aluno; ou seja, surgiu a ideia de se realizar um antigo desejo, um trabalho voltado para a pesquisa sobre a história de Cáceres, Mato Grosso. Pensando, desta forma, na divulgação e valorização da História local através

de um trabalho voltado para a Educação Patrimonial, produzimos uma oficina de História sobre a Educação Patrimonial em Cáceres, com foco no seu Tombamento e pertencimento social, cultural e escolar.

Optamos por desenvolver o trabalho nas turmas de 6º Ano da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes. Estabelecemos um recorte no Centro Histórico, elegendo o antigo Cais do Porto Mário Correia como objeto da oficina de História, que contou, além dos elementos históricos registrados, com uma visita dos alunos ao local.

A opção por tal turma levou em consideração as Orientações Curriculares para o Estado de Mato Grosso – área de Ciências Humanas – em que se observam, dentre outras capacidades para o 3º Ciclo:

> - Reconhecer as diferentes manifestações humanas nas diversas temporalidades – sociais, políticas, econômicas e artísticas – como produtoras de cultura;
> - Identificar e contextualizar o espaço social local, regional, nacional e mundial;
> - Compreender e problematizar os atuais conhecimentos históricos acerca dos processos, rupturas e as trajetórias dos diferentes modos de ser, viver e pensar de homens e mulheres em diferentes tempos e espaços (Orientações Curriculares – Ciências Humanas, Mato Grosso, 2012, p. 39).

Constatamos tais capacidades durante o desenvolvimento dos trabalhos, a partir da aprendizagem e engajamento dos alunos através das observações e coletas de dados acerca do Centro Histórico da cidade. Buscamos, também, atingir os objetivos verificados nas Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso, de modo que o educando não seja considerado mero acumulador de informações, mas detentor de pensamento crítico, porque a escola deve ser voltada para [...] “a construção de uma postura diante do conhecimento, que possibilite, ao estudante, reconhecer-se como um ser social, político e cultural através de sua participação na ação coletiva de ensino e aprendizagem”. (Orientações Curriculares – Ciências Humanas, Mato Grosso, 2012, p. 39).

Para desenvolvimento do trabalho, elegemos algumas obras para dar suporte às discussões acerca de patrimônio, educação patrimonial, História local – a partir da História de Cáceres, desde sua fundação – e a trajetória do Ensino de História, cujos autores ora apresentamos.

O historiador medievalista Jacques Le Goff (2003), em sua obra “História e Memória”, já no prefácio, produz um estudo aprofundado sobre a história, que tanto pode se apresentar como erudita quanto como uma prática social. A obra é centrada entre dois polos: a história vivida das sociedades humanas e o esforço científico para descrevê-la e interpretá-la. Essa obra oferece subsídios teóricos para discutir o que vem a ser o conceito de patrimônio cultural a partir da conceituação apresentada pelo autor acerca da tomada de consciência da construção do fato histórico, através da utilização do documento/monumento, da intencionalidade destes. Para o autor, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de força que aí detinham o poder” (p. 536).

Sendo assim, História e Memória (2003) – em especial o capítulo “Documento e Monumento” – nos ajuda a entender as escolhas efetuadas no processo de tombamento e as memórias que foram privilegiadas. Consideramos essa discussão pertinente para uma proposta de pesquisa que visa envolver alunos de série inicial do ensino fundamental no processo de conhecimento histórico e valoração da nossa comunidade, que tem o Centro Histórico como característica diferenciadora em relação à maioria das cidades brasileiras.

Na dissertação “Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação”, Renato Fonseca de Arruda (2014) pesquisa o processo de tombamento do sítio histórico de Cáceres/MT. O autor traz informações e fontes bastante relevantes acerca dessa temática, com dados e documentos que subsidiaram o trabalho desenvolvido.

Porém, o autor faz apontamentos técnicos e direcionados aos interesses da instituição responsável pela pesquisa (IPHAN). Sendo assim, apesar de ter apresentado todo o processo de tombamento nas esferas municipal, estadual e federal, o mesmo não desenvolveu sua pesquisa pautado em Educação Patrimonial, com envolvimento direto de alunos e comunidade escolar.

Dessa forma, vislumbramos campos inexplorados dentro de uma mesma temática, com enfoque partindo de um mesmo ponto (Centro Histórico de Cáceres e respectivo processo de tombamento), apesar de se intercruzarem em determinados momentos, visam resultados diferentes.

Por sua vez, em "Ensino de história: desafios contemporâneos,"[1] Vera Lúcia Maciel Barroso (2010) discute a educação patrimonial desde a formação profissional dos estudantes do curso de graduação em História, de acordo com as Diretrizes Curriculares de 2001[2], até os estágios e prática pedagógica.

Assim, a autora nos apresenta o processo de formação dos professores de História da Faculdade Porto-alegrense e também sugere possibilidades para o desenvolvimento de projetos para a Educação Patrimonial em sala de aula.

A propósito, conforme sugere o Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001, "conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio" (p. 09). [3]

As discussões levantadas por Barroso (2010) nos possibilitam ir além da simples abstração representada pelo projeto de pesquisa, pois exemplificam trabalhos práticos realizados por acadêmicos na disciplina *Patrimônio.* Dessa forma, nosso trabalho pode ser levado a um plano concreto, qual seja, a aplicação da Educação Patrimonial em sala de aula, cumprindo parte dos objetivos do ProfHistória.[4]

Na obra "História e Memória: Cáceres", organizada por Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda (2011), os diversos autores que compõem a publicação – em edição comemorativa dos 233 anos de Cáceres/MT – orientam suas pesquisas e nos direcionam a uma leitura de uma perspectiva de história local. Já em seu prefácio, se anuncia: "com este livro pretendemos fazer um panorama da produção historiográfica sobre a

---

[1] Ensino de História: desafios contemporâneos é uma obra que reúne produções científicas de diversos autores que compõem o Grupo de Trabalho de Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS. A obra foi lançada quando o GT completou quinze anos de existência e atuação.

[2] As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192, pesquisa realizada em 20/07/2018.

[3] Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf, pesquisa realizada em 02/03/2018

[4] Por se tratar de um Mestrado Profissional em História, voltado especificamente para professores, toda teoria deve necessariamente estar relacionada à prática docente.

cidade, abrindo espaço para diferentes perspectivas sobre os traçados de sua história". (2011, p. 07).

Um dos capítulos dessa obra – "Império Português: O Marco de Jauru e a Povoação Fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, Século XVIII", da lavra de Otávio Ribeiro Chaves, fornece dados e fontes do processo de ocupação e divisão territorial da América entre Portugal e Espanha. O texto é focado no espaço geográfico que constituía a antiga Capitania de Mato Grosso, e trata do processo de criação da "freguesia de São Luiz de Vila Maria do Paraguai", instalada em 1779, hoje Cáceres/MT. Este capítulo serve como importante subsídio ao presente trabalho, uma vez que o objeto de nossa pesquisa está diretamente relacionado com tais fontes históricas.

Por sua vez, em "O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil", Almir Félix Batista de Oliveira (2009, p. 20) traz para esta proposta de pesquisa profícua contribuição acerca do conceito de *patrimônio histórico*, partindo das seguintes indagações:

> Como poderíamos definir patrimônio histórico atualmente? Como se deu a construção desse conceito no Brasil realizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN? O que significou a mudança do conceito de patrimônio histórico para patrimônio cultural, conforme a Carta Constitucional de 1988?

O autor traça em sua pesquisa uma linha das principais medidas e atuações do Governo Federal a partir da criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1936 ao tempo presente. A obra apresenta a trajetória do próprio *sentimento* de preservação patrimonial, concretizado a partir do SPHAN, e culminando no que hoje é o IPHAN, pontuando os momentos históricos que tiveram importância para a conceituação de patrimônio histórico nacional.

Elza Nadai (1992 e 1993), Selva Guimarães Fonseca (1993 e 2012) e Circe Maria Fernandes Bittencourt (2009), dentre outros autores, nos ajudarão a entender os caminhos traçados em nosso país para a constituição do Ensino de História, desde sua inclusão nos programas escolares, até a formação da História enquanto disciplina autônoma.

Por sua vez, Marcos A. da Silva (2003), Ricardo Aguiar Pacheco (2017) e Aroldo Dias Lacerda *et al* (2015) nos subsidiaram nos caminhos e escolhas

traçados para o desenvolvimento da metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História.

Como produto das atividades realizadas na oficina, foi construído um jogo de memória, a ser utilizado como material didático para reforçar o aprendizado.

Diante do fato de os alunos do 6º Ano ainda se encontrarem numa fase de aprendizado na qual o lúdico representa mais do que o simples texto escrito, a escolha recaiu sobre os mesmos. Por outro lado, o material desenvolvido tanto poderá servir para seu propósito junto aos alunos da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, como para outras comunidades escolares, seja da Rede Pública ou Privada de Ensino.

Utilizamos como metodologia de trabalho o estudo do meio, a partir de sugestões de estudo contidas nos PCN's de História. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (Brasil, 1998, p. 93), o estudo do meio – caracterizado por passeios, excursões, viagens ou mesmo por quaisquer estudos voltados à organização do espaço interno ou externo à escola – demanda uma metodologia específica de trabalho, pelo contato direto com as fontes de informação.

A dissertação traz as seguintes discussões, conforme segue.

No primeiro capítulo, discutimos a Constituição do Patrimônio Cultural; o Ensino de História e a Educação Patrimonial, a cidade de Cáceres/MT e seu Patrimônio Cultural Material.

No segundo capítulo, nos ocupamos dos processos de tombamento ocorridos na cidade de Cáceres, em âmbito municipal, estadual e federal, elegendo alguns dos bens tombados no Centro Histórico para integrarem a proposta metodológica desenvolvida no trabalho, articulada à Educação Patrimonial. Além disso, buscamos informações sobre a atuação do Ministério Público Federal na tutela do acervo tombado, entrevistando o Procurador da Republica Felipe Abreu Mascarelli, responsável pelo tema no âmbito da Procuradoria da República em Cáceres/MT.

Em sequência, no terceiro capítulo, fizemos um levantamento histórico da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, bem como apresentamos o mapeamento dos bairros em que vivem os alunos atendidos pela referida instituição de ensino. Para isso, utilizamos como base documental o Projeto

Político Pedagógico – PPP/2016 dessa unidade de ensino, visando apresentar uma proposta de oficina de História, voltada para a Educação Patrimonial.

Esse levantamento histórico e social da unidade escolar é necessário tendo em vista a problemática do “distanciamento” da população cacerense em relação ao patrimônio cultural, e mais especificamente, ao Centro Histórico, relacionando essa problemática às condições socioeconômicas e à distância entre os bairros e o Centro Histórico.

Por fim, a partir dessa Oficina de História, apresentamos um produto, consubstanciado em um jogo de memória, com cartas, em dois grupos, contendo, em um deles, imagens do patrimônio cultural, e no outro, um breve texto informativo sobre cada elemento do patrimônio contido no grupo diverso. O objetivo é, a partir da imagem, associá-la à definição correta, com informações aptas a permitir tal associação, de modo facilmente compreensível.

Entendemos que os jogos podem ser empregados como mediadores da aprendizagem, auxiliando no desenvolvimento cognitivo. Nosso objetivo é, a partir do caráter lúdico do jogo – o qual possibilita a interação entre os educandos sem qualquer viés impositivo –, levar aos alunos informações sobre o patrimônio cultural de Cáceres/MT. Através do jogo – que pode ser visto como uma disputa de conhecimento entre os contendores – ganha aquele que mais informações reunir, pois conseguirá formar o maior número de combinações entre a imagem do elemento histórico-cultural e a definição da mesma, contidos cada qual em cartas separadas.

Marcello Paniz Giacomoni (2013) nos afirma que um jogo em sala de aula pode ir além de objetivos simplesmente didáticos. Segundo o autor,

> O jogo é uma via de equilíbrio! Equilíbrio entre o sério e a brincadeira, entre as regras e o acaso, entre os objetivos pedagógicos e o desejo do aluno, entre a indução do professor e a liberdade dos alunos. (GIACOMONI, 2013, p. 141).

Nessa linha, entendemos que o jogo de memória que criamos constitui importante ferramenta pedagógica, mais atrativa ao educando do que a metodologia tradicional, centrada na figura do professor e baseada, por vezes, unicamente no livro didático. A utilização do jogo, além de tornar as aulas mais dinâmicas, pode facilitar a compreensão e melhorar a concentração dos educandos.

CAPÍTULO 1
CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1.1 - Introdução

Neste capítulo, esclarecemos as razões que nos levaram à escolha do tema deste trabalho, bem assim, do recorte que utilizamos, dentro do Centro Histórico tombado de Cáceres/MT, para servir de base à pesquisa. Perpassamos o eixo norteador da pesquisa, consubstanciado na Educação Patrimonial, e apresentamos, por fim, aspectos do patrimônio cultural material da referida cidade.

Como marco delimitatório do presente trabalho, elegemos o Centro Histórico de Cáceres e região de entorno do polígono tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e a Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, na qual somos lotados pela Secretaria de Estado de Educação; ainda, escolhemos, para trabalharmos o produto, as turmas de 6º Ano do Ensino Fundamental.

As razões para tais escolhas são várias. Como moradores da cidade de Cáceres/MT há dez anos, sendo quase seis anos trabalhando na referida escola, nos inquietou o fato de morarmos em uma cidade com 240 anos de existência, na qual existe um Centro Histórico tombado pelos órgãos de proteção, em âmbito municipal, estadual e federal[5], com patrimônios relativos à cultura material e cultura imaterial, mas cuja comunidade escolar possui pouca ou nenhuma identificação com todo esse patrimônio.

A esse propósito, Sonia Regina Rampim Florêncio (2015, p. 23) afirma que “é preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é chamado de patrimônio cultural nacional”. Afirmativa que se ajusta a problemática por nós observada e confrontada, pois se verifica na histórica cidade de Cáceres/ MT um distanciamento entre a população e os elementos

[5] - A esse respeito, ver **ARRUDA**, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação/ Renato Fonseca de Arruda – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

que compõem o Patrimônio Cultural, propiciado pelo desconhecimento acerca da importância histórica desse patrimônio.

A metodologia de trabalho a empregada, como já mencionado, é o estudo do meio, a partir de sugestões contidas nos PCN's de História. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (Brasil, 1998, p. 93), essa proposta faz uso de atividades práticas, como passeios, excursões, viagens ou pesquisas voltadas à organização do espaço interno ou externo à escola, o que demanda uma metodologia específica de trabalho. Tal metodologia pressupõe contato direto com fontes de informação documental, encontradas em "contextos cotidianos da vida social ou natural", cujo tratamento se aproxima da pesquisa científica. Ricardo de Aguiar Pacheco (2017) afirma que "o estudo do meio e a educação patrimonial estão baseados numa visão de educação mais ampla". Para o autor, a educação proporciona ao indivíduo a interpretação e significação do mundo que o cerca, constituindo seu processo formativo. E complementa afirmando que

> [...] a informação específica não é o foco, mas o apoio para a produção de saberes e fazeres mais complexos, tais como a produção de identidades, a problematização do mundo social e a intervenção social (PACHECO, 2017, p. 81).

Para fazer a interlocução entre o educando e os elementos históricos, o estudo do meio constitui ferramenta eficaz, ao propiciar contato direto com fontes de informação documental, encontradas em "contextos cotidianos da vida social ou natural"[6], cujo tratamento se aproxima da pesquisa científica.

Ao discorrer sobre o estudo do meio como prática interdisciplinar, Circe Maria Fernandes Bittencourt (2011, p. 276) afirma que "do ponto de vista do desenvolvimento intelectual, o estudo do meio favorece a aquisição de uma série de capacidades", destacando-se a "observação e o domínio de organizar e analisar registros orais e visuais". Com efeito, não se trata de "simples obtenção de informações fora da sala de aula", ou da reafirmação daquilo já documentado, mas sim, da pesquisa e organização de novos conhecimentos, ancoradas na interdisciplinaridade, construindo o conhecimento histórico a partir de seu contato com outras áreas do saber.

[6] - Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil, 1998, p. 93.

Conforme Bittencourt (2011, p. 277), existem diversos trabalhos de História acerca de estudo do meio, e boa parte desses foram desenvolvidos em cidades históricas[7]. Para a autora, "a preferência por estudo do meio em cidades com esse perfil indica a necessidade de deter-se na concepção de patrimônio histórico e na constituição de 'lugares de memória' da sociedade brasileira". Neste caso, pode-se afirmar que a cidade de Cáceres/MT possui grande potencial histórico, pois foi fundada há mais de dois séculos, devido à colonização luso-brasileira, legando para a posteridade um largo patrimônio cultural de traços arquitetônicos coloniais, e mais tarde, na primeira República, neoclássicos.

Para enfrentarmos esse desafio, buscamos também o apoio na bibliografia trabalhada na disciplina "Cidade, Patrimônio Urbano e Ensino de História", ministrado no primeiro semestre de 2017, pelo professor Otávio Ribeiro Chaves (Profhistória/UNEMAT), cujos subsídios teórico-metodológicos possibilitaram o diálogo com a temática "Patrimônio Cultural"[8] e na apropriação de ferramentas para o desenvolvimento do trabalho.

A preservação do patrimônio cultural constitui assunto recorrente em trabalhos de pesquisas acadêmicas. Nesse aspecto, o território luso-brasileiro que deu origem a Nação brasileira, teve ocupação anterior ao século XVI por inúmeras populações "indígenas" e detém variadas manifestações da cultura humana, perceptível na arquitetura das cidades, em obras de arte sacra, em usos e costumes populares dos diversos grupos étnico-populacionais, constituindo fonte profícua para a pesquisa.

---

[7] Como exemplo pode ser citado o Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer, coordenado pelo Iphan e desenvolvido nos municípios de Pirenópolis e na cidade de Goiás por mais de quinze anos. O projeto, desenvolvido por meio da 14ª Superintendência Regional do Iphan abrange os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, e objetiva promover a compreensão dos valores que envolvem os bens patrimoniais junto à comunidade, trazendo-a à luta pela preservação do patrimônio cultural (SANTOS, 2008).

[8] Pode-se afirmar que existem pesquisas voltadas para esse tema, alguns dos quais serão utilizados para a elaboração deste trabalho, tanto as bases teórico-conceituais como as metodologias de pesquisa e ensino apresentadas em obras como: *História e Memória: Cáceres* (CHAVES & ARRUDA, 2011); *A Emergência do Patrimônio Genético e a Nova Configuração do Campo do Patrimônio* (ABREU & CHAGAS, 2009); *História & Memória* (LE GOFF, 2003); *O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil* (OLIVEIRA, 2009); *Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível?* (ZANIRATO, 2016); *Ensino de história: desafios contemporâneos* (BARROSO, 2010); *Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação* (ARRUDA, 2014).

Dentre as manifestações humanas de reconhecida importância histórica, destacam-se as edificações e monumentos, cuja preservação permite que as novas gerações tenham contato direto com suas raízes históricas.

Conforme explica Átila Bezerra Tolentino (2012, p. 14), o conceito de *patrimônio* é compreendido, no âmbito da História, como o conjunto de bens materiais atrelados à identidade, à cultura ou ao passado de determinada coletividade. Etimologicamente, o termo *patrimônio* é originado no latim *patrimonium* – cuja conotação é a de herança familiar, como o vocábulo derivado *pater* – "pai" ou "paterno", emprestando dessas palavras o sentido de *transmissão* – como aquilo que o pai deixa ao filho.

A partir da Revolução Francesa, deflagrada em 1789, avolumou-se a preocupação com a manutenção da memória, e buscaram-se monumentos que pudessem perpetuar, através dos tempos, os fatos históricos marcantes, preservando o passado e descortinando, por assim dizer, a evolução e o progresso visados naquele momento. Para Regina Abreu (2003, p. 35), "a emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda".

Nesse sentido, surgiram as primeiras preocupações em conservar, para a posteridade, a própria essência existencial da nação. Como explica Abreu (2003, p. 35), "era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição".

A princípio o conceito de patrimônio agregava apenas aspectos materiais, atrelado que estava à construção de monumentos e esculturas. Nesse aspecto, a perspectiva única era a das classes dominantes, já que os elementos materiais considerados passavam ao largo das classes populares, cujas produções artísticas e culturais não eram consideradas. Conforme Abreu (2003, p. 35), "foi apenas a partir do ideário desencadeado pela Revolução Francesa que o significado de patrimônio estendeu-se do privado, dos bens de uma pessoa ou de um grupo de pessoas – a nobreza – para o conjunto de cidadãos."

A propósito desse conceito inicial de patrimônio, Márcia Sant'Anna (2003) afirma que, "no mundo ocidental (...), o patrimônio, durante muito tempo, foi associado unicamente a coisas corpóreas". A autora ressalta que

> [...] somente com a grande expansão cronológica, tipológica e geográfica que o campo do patrimônio sofreu após a Segunda Guerra Mundial, é que processos e práticas culturais começaram, lentamente, a ser vistos como bens patrimoniais em si, sem necessidade de mediação de objetos, isto é, sem que objetos fossem chamados a reificá-los ou representá-los. (2003, p. 51).

Paulatinamente, as aludidas manifestações artísticas e culturais populares passaram a um nível maior de importância, a ponto de se estabelecerem duas categorias distintas de *patrimônio*: a primeira, com bases na cultura erudita, calcada no patrimônio material, e a segunda, englobando usos, costumes e as mais variadas manifestações culturais e religiosas, constituindo aspectos imateriais.

No quadro a seguir, observam-se as principais atualizações do conceito de patrimônio cultural no campo educacional:

Quadro **01**

Pressupostos e princípios	**Século XX**	**Século XXI**
1. Terminologia	Patrimônio Histórico e Artístico	Patrimônio Cultural
2. Objeto e instrumento de preservação	Bens materiais (imóveis) – Tombamento	Bens materiais e imateriais – Registro
3. Objetivo	Construção da identidade nacional	Reconhecimento da diversidade cultural
4. Vetor de preservação	Excepcionalidade, autenticidade e monumentalidade	Referencialidade e pertencimento.
5. Esfera de atuação	Poder público (nível federal)	Poder público (nível municipal), sociedade civil e setor privado.

Fonte: LACERDA, Aroldo Dias *et al* (2015, p. 15)

Nessa linha, englobam o conceito de *patrimônio*, tanto os elementos materiais, consubstanciados, por exemplo, em monumentos e esculturas, quanto os imateriais – usos e costumes populares, dentre outros, e até mesmo as manifestações artísticas de qualquer natureza, que constituem o *patrimônio*

artístico –, e o *patrimônio natural*, composto pelos bens naturais.[9] Ao longo do tempo, como afirmam Aroldo Dias Lacerda *et al* (2015, p. 15), "ocorreu uma ampliação conceitual na percepção de Patrimônio Cultural, com advento de novos paradigmas de preservação e de valorização da memória."

De qualquer sorte, os elementos que efetivamente se perpetuaram e chegaram até os dias atuais dependeram de diversos fatores, vinculados tanto à vontade humana quanto aos caprichos da natureza. Dessa forma, eventos como guerras ou terremotos, por exemplo, tiveram grande importância na determinação daquilo que efetivamente restou preservado.

Ao tratar desse assunto, Le Goff (2003, p. 525) explica que "o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade". Todavia, acrescenta mais um fator relevante, afirmando também a importância dos "que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores". Para o autor, existem duas categorias principais de materiais da memória, às quais denominou de *monumentos* – herança do passado –, e *documentos* – escolha do historiador.

Quanto a esse último aspecto, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012, p.31) afirma que "a história nos ensina a desnaturalizar, a ter um olhar perspectivo e a atentar para as diferenças, relativizando nossos valores e pontos de vista". Dessa forma, a delimitação daquilo que será conservado para a posteridade, para além dos elementos materiais, estará reservado ao crivo dos historiadores, ao sabor de critérios subjetivos.

O sociólogo Michael Pollak (1992) observa que tanto a memória quanto a documentação são socialmente construídas, sofrendo, portanto, inúmeras influências, sejam elas de ordem política, econômica, ou qualquer outra força capaz de alterar o próprio curso da história. Segundo o autor,

> [...] a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo o trabalho do historiador já se apoia numa primeira construção (POLLAK, 1992, p. 207).

[9] - A propósito desse tema, consultar FONSECA, Maria Cecília Londres. Para Além da Pedra e Cal: Por uma Concepção Ampla de Patrimônio Cultural. *In:* ABREU, Regina, & CHAGAS, Mário (org). Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 75.

Desse modo, a própria escolha do documento ou elemento histórico a ser valorado já é dada ao historiador com determinado conteúdo, sobre o qual desenvolverá seu trabalho.

Devemos lembrar também que inicialmente, no Brasil, os bens considerados patrimônio histórico e artístico foram os relacionados à elite ou à Igreja. A propósito da pouca consideração, como patrimônio, das edificações atribuídas às parcelas mais humildes da população, nos fala Janice Theodoro (1990, p.2):

> Nós temos que saber porque são as casas grandes que permanecem como monumento. Não adianta ficarmos justificando o processo construtivo. Casas pobres com estrutura sólida foram destruídas porque envergonhavam o visitante europeu (como os vereadores diziam na Câmara de São Paulo). Mas, envergonhavam também o modesto proprietário. Assim, São Paulo colonial foi posto abaixo.

Em nosso país, o Decreto-Lei n.º 25 de 1937 conceitua o patrimônio histórico e artístico nacional:

> Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.[10]

Ricardo Oriá (2009, p. 131) afirma que esse conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apresentado no Decreto-Lei nº 25 de 1937 "norteou, na prática, a política de preservação do patrimônio histórico no país e em diversos estados e municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposto pelo Estado Novo (1937-1945)". Dessa forma, o autor ressalta a priorização do patrimônio edificado e arquitetônico, em detrimento de outros bens culturais que, embora significativos, foram relegados ao esquecimento e mesmo à destruição, porquanto não mereceram, no contexto do referido decreto, valor que justificasse sua preservação.

[10] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm, pesquisa realizada em 04/08/2017.

Atualmente, o patrimônio histórico brasileiro é gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura. As bases do IPHAN foram lançadas em 1936, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e obteve força com o mencionado Decreto-Lei nº 25/1937, conhecido como Lei do Tombamento. O próprio SPHAN baseou-se em um anteprojeto elaborado pelo modernista Mário de Andrade[11], o qual idealizou o SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, visando "determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional", conforme afirma Almir Félix Batista de Oliveira, (2008, p. 23).

A partir dos anos 1930, o conceito de patrimônio, no Brasil, foi sofrendo modificações, pautadas nas ideias de Mário de Andrade. Ampliou-se a concepção de patrimônio – monumento para englobar também os aspectos culturais, ou seja, o "produto da alma popular", conforme nos relata Marcia Sant'Anna (2003, p. 54).

Em 18/04/1936 foi criado, em caráter provisório, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual permaneceu como diretor até 1967, atuando numa época que ficou conhecida como *fase heroica* do SPHAN. Segundo consta, tal época foi marcada por deficiência de estrutura, de pessoal especializado e de recursos em geral, em contraste com a grande quantidade de trabalho a ser feito (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

[11] "Mário de Andrade (São Paulo, 09/10/1893) foi um intelectual, escritor, crítico literário, musicólogo, ensaísta, folclorista e, sobretudo, um produtor de ideias, sempre a procura de um germe novo que se abriga na tradição. Sua relação com a preservação de nossa memória e patrimônio é visceral. Em 1920 - fruto de sua primeira viagem a Minas, ocorrida no ano anterior –, publica "Arte Religiosa em Minas Gerais", sobre os monumentos e igrejas das cidades mineiras do ciclo do ouro. Participa da lendária viagem a Minas, de 1924, em companhia de Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e do poeta e escritor francês Blaise Cendrars, que redescobrem o barroco como uma manifestação legítima de nossas mais caras raízes e matrizes, e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, como seu mais importante intérprete. Na década seguinte, em 1936, aceita o convite do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para redigir o anteprojeto de criação do futuro SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937 e que teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ainda hoje, impressiona o anteprojeto por sua clarividência e contemporaneidade, decorridos quase 80 anos. Sua colaboração com o SPHAN, atual Iphan, se estende até a sua morte precoce em 25 de fevereiro de 1945". Fonte: http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade

Nesse aspecto, Oriá (2009, p. 131) nos alerta que, quanto à política de preservação que norteou o SPHAN, “preservaram-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços”. Ou seja, as discussões temáticas que embasam a “Micro História” não foram privilegiadas.

Marcos A. da Silva (2003, p. 40), a esse propósito, relata que desde 1937, “quando se criou no Brasil um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a discussão sobre esse campo de debate foi ocupada por arquitetos e alguns poucos teóricos da cultura, como Mário de Andrade”.

O autor afirma, ainda, que

> [...] mais recentemente, todavia, cresceu na discussão a presença de profissionais de história, embora, às vezes, separando patrimônio histórico de educação, identificando-o prioritariamente a tarefas de pesquisa como noção ampliada do universo documental explorada pelos historiadores: além dos documentos escritos, preservados em arquivos, edificações e outros objetos são também materiais que eles podem estudar. (SILVA, 2003, p. 40).

Entre 1937 e 1979, com a mudança de direção do instituto, adveio a prática de direcionar o tombamento não mais somente sobre construção específica – o bem material tombado –, mas também sobre o respectivo entorno, visando preservar o conjunto arquitetônico, o qual estava em risco diante do desenvolvimento urbano e da valorização imobiliária.

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, foram elevados à categoria de direitos fundamentais da pessoa humana os direitos culturais, e foram consagrados dois princípios basilares que devem nortear a política de preservação do patrimônio histórico-cultural, quais sejam, o princípio da cidadania cultural e o princípio da diversidade cultural. Tais temas foram tratados nos artigos 215 e 216 da CRFB/88.

O Patrimônio Cultural recebeu atenção no artigo 216, ganhando *status* de matéria supralegal, passando a merecer todas as garantias constitucionais características. Dispõe referido artigo:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
> § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
> § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
> § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
> § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
> § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:
> I - despesas com pessoal e encargos sociais;
> II - serviço da dívida;
> III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.[12]

Além disso, a Emenda Constitucional 71/2012 acrescentou, à Carta Política, o artigo 216-A, dispondo sobre o Sistema Nacional de Cultura:

> Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.
> § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
> I - diversidade das expressões culturais;
> II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

[12] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

> III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
> IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
> V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
> VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
> VII - transversalidade das políticas culturais;
> VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
> IX - transparência e compartilhamento das informações;
> X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
> XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
> XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
> § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:
> I - órgãos gestores da cultura;
> II - conselhos de política cultural; III - conferências de cultura;
> IV - comissões intergestores;
> V - planos de cultura;
> VI - sistemas de financiamento à cultura;
> VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
> VIII - programas de formação na área da cultura; e
> IX - sistemas setoriais de cultura.
> § 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.
> § 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. [13]

A inserção desses temas na Constituição Federal, para além de lhes imprimir observância obrigatória, também ampliou o conceito de Patrimônio, seja o contido no Decreto Lei 25 de 1937 ou mesmo aquele existente no senso comum.

Para Oriá (2009), a ampliação do conceito de patrimônio cultural, trazido pela Constituição/88, confere perspectivas para a construção de uma memória plural, ensejada por uma nova política de proteção ao nosso acervo histórico.

De fato, a partir da valoração de elementos imateriais, o conceito de patrimônio cultural desvencilhou-se do lugar-comum – o patrimônio edificado ou, como amplamente conhecido, a “pedra e cal”, ou seja, os bens imóveis de importância histórica, dotados de valor estético e artístico.

[13] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Nesse aspecto, a Constituição Federal Brasileira (1988) sedimentou a pluralidade do patrimônio cultural, abarcando, além dos bens materiais de importância histórica, também os elementos imateriais, contidos nas demais expressões culturais do povo – modos de criar, de fazer, de viver. A importância de preservar foi além daqueles elementos característicos da sociedade dominante, os quais, em linhas gerais, compunham o acervo digno de preservação – e passou a considerar, também, a contribuição cultural das classes menos privilegiadas, ou mesmo, dos segmentos étnico-culturais minoritários, tais como quilombolas e indígenas.

Portanto, a Constituição brasileira de 1988 ajudou a superar a visão elitista, demonstrando a importância, para o patrimônio histórico-cultural da nação, dos bens materiais e imateriais, independentemente da fonte, pois receberam valoração não só as contribuições das classes dominantes, mas de todos os grupos étnicos formadores da sociedade brasileira - além de brancos, os negros e índios.

Diante de todos esses dispositivos legais, pautados na Constituição Federal de 1988, ressaltamos a importância de um trabalho de pesquisa e intervenção didático-pedagógica relacionado à Educação Patrimonial.

1.2 – O Ensino da História e a Educação Patrimonial

Antes de adentrarmos ao tema norteador deste trabalho – Educação Patrimonial –, se faz necessário contextualizar o ensino de História, enquanto disciplina autônoma, em âmbito internacional e nacional, visto que o propósito maior desta pesquisa é contribuir justamente para o processo de ensino escolar.

Conforme nos informa Elza Nadai (1992, p. 145), ocorreu na França do século XIX o surgimento da História como disciplina escolar autônoma, calcada nos “movimentos de laicização da sociedade” e de “constituição das nações modernas”. Por sua vez, o discurso histórico empregado como suporte à nova disciplina se baseou na “genealogia da nação” e no “estado de mudança”, ou seja, nas transformações: o dinamismo, o movimento, em patamar superior àquilo que permanece estático.

Com efeito, o estudo da História é remodelado no século XIX pela adoção do método positivista[14], tendo a adoção da linguagem das ciências naturais proporcionado novo sentido à História. Segundo Elza Nadai (1992), tal sentido compreende aspectos do progresso da humanidade – seja pela evolução científica ou tecnológica – mas também o patrimônio de textos, fontes e documentos que permitem a reconstituição exata do passado. A partir da junção desses dois aspectos, é instalada a "revolução" positivista, e estabelecidos campo e método da história.

Luís César Castrillon Mendes (2016, p. 27-28) explica que

> [...] dentre os diversos projetos políticos possíveis para o Brasil, consagrou-se a opção regressista-centralizadora, cujos resultados imediatos foram a fundação de instituições como o IHGB, o Arquivo Imperial e o início das atividades no Colégio Pedro II. A criação do Imperial Colégio de Pedro II, em 1837, a exemplo do Instituto Histórico, no ano subsequente, obedeceu a intenção por parte do Estado de se implementar, nas outras regiões, as diretrizes determinadas pelas instituições modelares do Império. De acordo com Arlette Gaparello, o ensino secundário colegial pode ser visto como a materialização de uma política de formação das elites nacionais, como um grupo que deveria sobressair-se e manter-se distinto do conglomerado heterogêneo formado pelos habitantes do Brasil independente.

Os programas didáticos utilizados durante praticamente todo o século XIX indicam a escolha por um ensino de História com matizes político-nacionalistas, exaltando a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja católica e a monarquia. Os planos de estudo foram consolidados a partir da instituição dos programas curriculares do Colégio Pedro II[15], criado em 1837, que introduziu o ensino de História, a partir de 1838, em todas as séries oferecidas (FONSECA, 2011). Conforme Pacheco (2017, p. 13), "esse programa disciplinar teve claramente a intenção de produzir um sentimento de unidade nacional em torno da Monarquia".

---

[14] A historiografia positivista se caracteriza, dentre outros traços importantes, *por um culto fetichista e exagerado do texto*, considerado como a *única e exclusiva fonte legítima do trabalho histórico* (ROJAS, 2007, p. 20). A respeito do *Positivismo*, tem-se que "essa tradição filosófica, iniciada na primeira metade do século XIX, destaca a ciência como ideal de conhecimento, superior a outras modalidades de cultura (artes, filosofia), e a suposta garantia de objetividade derivada de seus procedimentos – observação, experimentação e generalização. No âmbito da história, ele prioriza um trabalho com documentos e estabelecimento de fatos, rejeitando dimensões literárias e políticas em sua produção" (SILVA, 1995, p. 88).

[15] "Considerado modelo para as demais escolas do Império, o Colégio Pedro II acabava por impor seus currículos, sobretudo para o ensino secundário" (FONSECA, 2011, p. 48).

No Brasil, com o fim da monarquia e o início da República em 1889, foi reescrita a História, de modo a negar o passado monárquico e afirmar a ideologia republicana, estabelecendo um sentimento nacionalista. Priorizou-se a História europeia positivista, diante de sua preocupação com a identidade nacional, os heróis e as imagens "civilizadoras". Na concepção das elites brasileiras, o exemplo europeu haveria de ser seguido, a fim de que o Brasil progredisse, da mesma forma que a Europa.

Conforme Selva Guimarães Fonseca (2001), o ensino de História enquanto disciplina autônoma foi estabelecido durante o Estado Novo, a partir de 1940. Desde sua inclusão nos programas escolares, ainda no século XIX, o ensino de História esteve calcado nas tradições europeias, sobretudo a francesa, privilegiando-se a História Antiga, História da Idade Média, História Moderna e História Contemporânea, pilares da chamada História Universal. O ensino de História do Brasil ficava em posição secundária, se comparado à História Universal.

De acordo com Bittencourt (2011, p. 78),

> [...] a História da Pátria ou do Brasil introduziu-se a partir da fundação do Colégio Pedro II e separou-se da História Geral, surgindo como disciplina autônoma apenas nos anos 50 do século XIX em uma condição complementar, quase como um estudo anexo, e sendo oferecida aos alunos das séries finais.

A autora ressalta ainda que, mesmo que a História do Brasil compusesse o currículo, a maior importância continuava sendo dada à História europeia, pois "a história da 'genealogia da nação' baseava-se na inserção do Brasil no mundo europeu, e era este mundo a matriz ou o berço da Nação" (Bittencourt, 2011, p. 79).

Segundo consta dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998, p. 23), relativos ao ensino de História,

> [...] no contexto do Estado Novo, a História tinha como tarefa enfatizar o ensino patriótico, capaz de criar nas gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem e o seu destino.

Nesse aspecto, Silva (2003, p. 51-52) demonstra que a institucionalização de patrimônio Histórico, ensejada pela Lei 378/37 e Decreto-Lei 25/1937, bem como, a institucionalização do ensino de História no Brasil, via decretos de 1931/1932 e Portaria de 1940, revestiu-se de viés autoritário, cingido ao Estado

Novo, “reforçando a ênfase atribuída à história e ao patrimônio histórico como trajeto biográfico da nação, harmônico e cumulativo”.

Com efeito, na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei 4.244, de 09 de abril de 1942), se observa uma tendência a enaltecer o sentimento patriótico, tal como consta do artigo 24 e §§:

> Art. 24. A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que deem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.
> § 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com freqüência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.
> § 2º Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.
> § 3º Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

Com a Lei de Diretrizes e Bases/LDB, a partir de 1961, coube ao Conselho Federal de Educação estabelecer apenas a amplitude das disciplinas obrigatórias, com ênfase na História Geral e História do Brasil e, em grau secundário, História da América. Os programas a serem elaborados ficaram a cargo dos Conselhos Estaduais e às congregações de professores. Assim, a própria imagem da História no Brasil restou calcada no eurocentrismo, com destaque para os fatos cronológicos que marcaram a História sob o ponto de vista europeu. Conforme nos mostra Fonseca (2001, p. 51),

> O eurocentrismo foi aplicado de forma marcante não só nos programas de ensino, mas também na pesquisa histórica e na organização dos currículos dos cursos superiores em História. O currículo mínimo do curso de História, de acordo com a Resolução de 19 de dezembro de 1962, é basicamente constituído de História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, além de História da América e do Brasil.

Todavia, a partir de 1971, observamos a realização de uma reforma, com o objetivo de aumentar as formas de controle sobre os conteúdos a serem ministrados nas escolas, sendo que os programas de ensino se mostraram calcados em uma “filosofia” de reforma educacional perpetrada pelo Estado,

visando, justamente, a delimitação do alcance desses conteúdos, para amoldá-los aos interesses estatais. Antes mesmo de tal reforma, já havia contornos da intenção estatal em reduzir as disciplinas de caráter humanista, voltando as atenções para a formação de mão de obra.

A propósito da criação da disciplina de Estudos Sociais, na reforma de ensino pós-64, Déa Ribeiro Fenelon (2005, p. 20) *apud* Pacheco (2017, p. 14), afirma que "o aluno de 1º grau é passivo, mero receptor de informações, e com essa concepção, não precisa ter nenhuma de suas habilidades desenvolvidas. Não precisa aprender a pensar e refletir, deve apenas aprender". Com tal concepção, a educação, ao longo do período ditatorial, centrou-se no ensino técnico.

A Lei 5.692/71[16] fixou as diretrizes e bases da educação. Estabeleceu controle sobre os currículos, tornou obrigatórias determinadas disciplinas e permitiu aos regimentos escolares fazerem substituições de disciplinas, conforme seus próprios critérios. Citamos os artigos abaixo, direcionados a essa questão:

> Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.
>
> Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.
>
> Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de lº e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969.
>
> Art. 12. O regimento escolar regulará a substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade por outra a que se atribua idêntico ou equivalente valor formativo, excluídas as que resultem do núcleo comum e dos mínimos fixados para as habilitações profissionais.

[16] Pesquisa realizada na internet em 02/03/2018, disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html

Dos artigos citados, o artigo 12 merece especial atenção, pois, na prática, as disciplinas que compõem a grade das ciências humanas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia, se enquadravam na "substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade por outra a que se atribua idêntico ou equivalente valor formativo".

A esse respeito, Selva Guimarães (2015, p. 29) relata que

> A nova organização curricular também efetivou outras disciplinas obrigatórias constantes no artigo 7º da lei 5.692/71, ao mesmo tempo que efetivamente desprestigiou o ensino de História e Geografia. No nível médio, 2º grau, admitia-se o tratamento de História e Geografia como disciplinas, desde que diminuídas sua "duração" e "intensidade", pois as disciplinas da área de formação especial deveriam ter duração superior àquelas de formação geral.

Segundo a autora, ainda, as razões para a paulatina substituição da História e da Geografia por disciplinas como Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil envolviam a pretensão de dissolução dos campos de saber daquelas primeiras, porquanto formadoras de espírito crítico.

Nessa mesma linha, Fonseca (2001, p. 55) demonstra a adoção governamental de uma sistematização das áreas de conhecimento, com vistas à localização e interpretação de fatos, em detrimento da análise e interpretação críticas:

> Os conteúdos a serem ensinados na escola, em todas as áreas do conhecimento, são planejados e sistematizados pelos órgãos governamentais e suas equipes de profissionais especialmente formados para este fim, o ensino de História passa a ser objeto de controle dos Conselhos e a discussão mantém-se basicamente limitada aos programas de ensino elaborados pelas Secretarias de Educação e aos livros didáticos escritos à semelhança dos programas adotados em grande escala.

Thais Nivea de Lima e Fonseca (2011), ao discorrer acerca da trajetória do Ensino de História em nosso país, explica que, no final dos anos 1970, restou evidenciada a necessidade de se operarem mudanças, diante da crise do Regime Militar, concomitante ao processo de redemocratização do país. Conforme a autora,

> [...] em muitos estados brasileiros, a discussão sobre as novas propostas para o ensino de História acabaram por condensar anseios mais generalizados, principalmente no que diz respeito à elaboração de projetos educacionais que estivessem inseridos no processo de construção – ou de reconstrução – da democracia no Brasil (LIMA & FONSECA, 2011, p. 59).

Sonia Rampim Florêncio (2012, p. 22-23), por sua vez, nos afirma que a expressão "Educação Patrimonial" foi estabelecida no Brasil na década de 1980, com nascedouro a partir de experiências ocorridas na Inglaterra e aplicadas aqui, "com utilização de museus e de monumentos históricos com fins educacionais". Segundo a autora, "a proposta metodológica que embasava as ações educativas de valorização e preservação do patrimônio cultural começou, nesse período, a ser definida inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra", chamado "Heritage Education"[17].

Também é do início dos anos 1980 outra experiência educacional, baseada no trabalho educativo com foco na cultura. Nesse aspecto, o Projeto Interação foi criado pela Fundação Nacional Pró-Memória, com o objetivo de relacionar a educação básica aos contextos culturais existentes no país, diminuindo a distância entre cotidiano e educação escolar (FLORÊNCIO, 2012).

A autora esclarece ainda que a Educação Patrimonial, originalmente idealizada como "campo específico de políticas públicas para o patrimônio cultural", deixou de ser estanque. Ou seja, não mais se concentra nos acervos e construções isolados, mas ocupa-se também, atualmente, da compreensão dos espaços territoriais como um "documento vivo".

Nessa linha, a Educação Patrimonial perpassa por diversas estratégias educativas, articulando, de forma eficaz, saberes diferenciados e diversificados, englobando tanto o ensino formal quanto a educação não formal. Para a autora, "é fundamental conceber a Educação Patrimonial em sua dimensão política, a partir da concepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais" (FLORÊNCIO, 2012, p. 24).

Silva (2003, p. 40), nos afirma que

> Pode-se [...] entender estudo de patrimônio histórico e ensino como partes de um mesmo processo na produção de conhecimentos, procurando evidenciar múltiplas virtualidades e

[17] - "Educação Patrimonial", em livre tradução.

> opções contidas no ensino de história como experiência que abrange o domínio ampliado sobre um campo erudito e o diálogo com os universos de vivências sociais dos grupos humanos estudados e daqueles que os estudam.

Dessa forma, o autor nos demonstra que a Educação Patrimonial não deve concentrar-se unicamente no ensino sistematizado, mas também precisa apropriar-se dos conhecimentos afeitos à vivência do educando. Assim, através do conhecimento histórico acerca da cidade de Cáceres/MT, poderemos desenvolver o sentimento de pertencimento histórico.

O autor enfatiza, ao discorrer acerca das variadas experiências sociais de alunos e professores:

> É nessas múltiplas nuances sociais, manifestada nas escolas como diferentes identidades, que uma noção ampliada de patrimônio histórico encontra espaço privilegiado para ser discutida e articulada ao ensino de história. (SILVA, 2003, p. 51).

Para fortalecer o diálogo sobre o ensino de história e a educação patrimonial, Pacheco (2017, p. 87) nos orienta:

> De forma privilegiada, mas não exclusiva, cabe à disciplina escolar de história propor, ao conjunto dos demais componentes curriculares, ações educativas voltadas a potencializar o diálogo sobre preservação patrimonial e a valorização da memória na prática pedagógica. No cenário escolar, compete à história, como disciplina mais próxima da problemática da memória social, desenvolver ações de percepção dos bens culturais e de reflexão de seus processos de constituição e reprodução.

Lacerda *et al* (2015, p 18), ao analisar o processo educativo com foco em patrimônio cultural, afirma que “o reconhecimento de um bem cultural em processos educativos se funda, portanto, no estabelecimento de relações afetivas, sensíveis e preservacionistas, que estudantes e professores podem criar.”

Assim, o ensino de História pode fazer uso da educação patrimonial como ferramenta para o exercício da cidadania, pois, através do patrimônio cultural, podemos acessar outras informações importantes, valorizando a memória social da cidade.

1.3 – A Cidade de Cáceres/MT e seu Patrimônio Cultural Material

Como já afirmado, quando se trata de patrimônio cultural, verifica-se um determinado distanciamento entre a população e os elementos que compõem esse patrimônio, mormente no que tange aos bens materiais – monumentos e edificações.

Silvia Helena Zanirato e Andrea Cavicchioli (2013, p. 12) afirmam que, além da pouca participação da população nos processos de escolha dos bens que compõem o acervo, ainda precisamos levar em conta que "a busca pelo moderno é algo presente no imaginário do brasileiro, um ideal reiterado em diversas ocasiões pela política, pela economia, pela cultura". Dessa forma, os autores apontam mais motivos para o distanciamento da comunidade, que não se identifica ou não se vê contemplada pelos bens que determinados grupos sociais elegeram como sendo patrimônio cultural.

Nesse sentido, ainda, frequentemente a preservação é tida como entrave à livre disposição dos bens tombados, diante das restrições legais a reformas e alienação, por exemplo, dos imóveis protegidos. A esse propósito, Zanirato e Cavicchioli (2013, p. 13) asseveram que "não raras vezes a proteção é compreendida como obstáculo ao progresso".[18]

Como forma de dirimir tal situação, parece mais acertado focar esforços na Educação Patrimonial, voltada para a valorização e preservação do Patrimônio Cultural, e não somente em ações de mera divulgação desse patrimônio, dissociada de significações concretas para os cidadãos. Conforme Florêncio (2015, p. 23), "trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural".

Ao discorrer sobre os objetivos de se estudar acerca do patrimônio, Vera Lúcia Maciel Barroso (2010, p. 21) aponta que um deles é "o do reconhecimento de si no espaço e no tempo em que vive, despertando o sentimento de pertença, de que faz parte, é sujeito, é agente da História no presente; em outras palavras é protagonista". Por esse viés, a Educação

[18] Nota dos Autores: Nesse aspecto, necessário lembrar que a proteção aos bens tombados inclui diversas restrições ao uso e disposição dos mesmos, de sorte que mesmo uma simples reforma necessita se enquadrar às diretrizes estabelecidas – por exemplo, o uso de materiais e técnicas compatíveis com os utilizados originalmente. Além disso, as novas construções precisam respeitar limitações, tais como a altura dos imóveis, fomentando, por vezes, a impressão de que o tombamento restringe a modernização urbana.

Patrimonial, para além de fomentar a construção de uma consciência crítica, possibilitará o reconhecimento da identidade cultural do indivíduo e a valorização dos elementos caracterizadores das ações humanas que lhe cercam.

Segundo Barroso (2010, p. 23), a Educação Patrimonial é uma

> [...] proposta metodológica e um tipo de ação social, de "microação", como diria Habermas (1981), que procura tomar os bens culturais como:
> - fonte primária de um trabalho de ativação da memória social;
> - recuperação de conexões e tramas perdidas;
> - provocação à afetividade bloqueada;
> - promoção de apropriação, pelas comunidades, de sua herança cultural;
> - reforço da auto-estima e
> - fomento da capacidade de identificação dos valores culturais, ameaçados de extinção.

Todos os apontamentos feitos pela autora vão ao encontro das Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais – MT (2012) para a área de Ciências Humanas da Educação Básica, segundo as quais, através das observações guiadas pelos professores (por exemplo, visitas a monumentos históricos), os alunos poderão estabelecer relações com outros momentos históricos.

Conforme Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grumberg e Adriane Queiroz Monteiro (1996, p. 04),

> Educação Patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

As autoras ressaltam também que a Educação Patrimonial possibilita a existência de um processo ativo de conhecimento e de formação da cultura, senão vejamos:

> A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos

> conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUMBERG e MONTEIRO, 1996, p. 04).

Com esse direcionamento, o presente trabalho apresenta, para a sala de aula, o Patrimônio Cultural da cidade de Cáceres/MT, buscando envolver a comunidade escolar na formulação, implementação e execução das atividades pertinentes, tendo por base valores que envolvem *conhecimento, pertencimento* e *preservação,* promovendo a realização de uma oficina de História com os jovens estudantes. Para isso, levamos os alunos do 6º Ano da Escola Estadual "Dr. José Rodrigues Fontes", localizada no Bairro Cavalhada, para o Centro Histórico de Cáceres, utilizando a metodologia do estudo do meio, objetivando desenvolver um trabalho de educação patrimonial.

Camila Henrique Santos (2007) assegura que o trabalho de Educação Patrimonial pode ser desenvolvido através do campo de pluralidade cultural contido nos Temas Transversais. Para a autora, Educação Patrimonial deve constituir tema "baseado na vivência social de cada local – em um contexto mais específico – ou de cada região, em um contexto mais amplo. Para isso, basta que o patrimônio cultural faça parte do cotidiano dos alunos" (2007, p. 156).

Nessa mesma linha, Pacheco (2017, p. 88) afirma que

> [...] o fazer pedagógico em torno do patrimônio cultural também potencializa a apropriação de noções interdisciplinares como as de cidadania, visto que os educandos passam a entender a importância da responsabilidade coletiva na preservação patrimonial.

Dessa forma, o ato de preservar deve fazer parte do cotidiano dos educandos, sem constituir imposição, mas constituindo ação natural. A educação patrimonial concentrará um "amplo conjunto de saberes, conceitos e habilidades interdisciplinares", de modo a "facilitar a tarefa de formação integral do aluno" (PACHECO, 2017, p. 88).

A CEDUC – Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN) – defende que a Educação Patrimonial abrange os "processos educativos formais e não formais voltados para o Patrimônio Cultural", apropriado socialmente como "recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações", corroborando no seu reconhecimento, valorização e preservação. Os processos educativos devem

ser pautados na “construção coletiva e democrática do conhecimento, com diálogo permanente entre agentes culturais e sociais”, buscando a participação popular efetiva, porque é no seio popular que brotam as referências culturais e convivem as diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 19).

Seguindo ainda as orientações de Horta, Grumber & Monteiro (1996, p. 06),

> [...] a Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.

A Educação Patrimonial está intimamente vinculada àquilo que cada agrupamento humano possui como registro indelével de sua existência, caracterizado como Patrimônio Cultural. Visando a manutenção de tal patrimônio, foram criados mecanismos legais, impositivos, aos quais a Administração Pública deve se ater.

Como dissemos, o patrimônio cultural brasileiro é gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura. Nesse contexto, a cidade de Cáceres/MT apresenta relevantes contribuições para a pesquisa do patrimônio cultural, pois possui mais de dois séculos de existência, e diversos conjuntos arquitetônicos remanescentes foram tombados pelo IPHAN. Visando uma perspectiva local, o presente trabalho se ocupou do processo de tombamento do centro histórico dessa cidade, com a realização de oficina, e do envolvimento dos distintos atores sociais e instituições.

No que tange à escolha do tema pesquisado, é necessário ressaltar a necessidade de explorar, através da pesquisa, a ideia de pertencimento histórico dos atores sociais – representados, inclusive, pela comunidade escolar – direta ou indiretamente ligados ao processo de tombamento do centro histórico de Cáceres/MT.

Michael Pollak (1989) traz a análise de Maurice Halbwachs acerca de como se estrutura nossa memória, e como nos inserimos na comunidade através da memória coletiva. Para o autor, a memória coletiva está presente nos monumentos que ele classifica como “lugares de memória”:

> [...] o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais (POLLAK, 1989, p. 03).

Com essa compreensão, acreditamos que os distintos atores sociais começarão a se sentir inseridos na "memória coletiva" da cidade através de projetos de educação patrimonial, que tenham por base a informação, o engajamento e a experiência, ou seja, através do conhecimento acerca do processo de tombamento da cidade e da importância histórica do município, a qual ensejou esse processo de proteção.

O termo inicial do tema da pesquisa remete à fundação de Vila Maria do Paraguai, em 6 de outubro de 1778, pela Coroa portuguesa, evidenciando a importância da mesma para a formação do território brasileiro. A Vila Maria do Paraguai, que deu origem à atual cidade de Cáceres, Mato Grosso, é apresentada pelo historiador Otávio Ribeiro Chaves (2011, p.11) como uma região de grande interesse para a Coroa portuguesa. Segundo o autor, "povoar e demarcar vastas espacializações limítrofes com os domínios espanhóis eram objetivos do governo de Dom José I (1750-1777)".

Dessa forma, a partir de uma política de povoamento e demarcação territorial, após a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, surgiu Vila Maria do Paraguai, hoje Cáceres, uma cidade bicentenária, que abriga lugares de memórias seculares e que teve seu primeiro patrimônio cultural tombado – o Marco do Jauru[19] – em 1978, ano do Bicentenário de Cáceres. De acordo com

[19] "O marco do Jauru é uma peça de mármore lioz em forma de toco de pirâmide, com aproximadamente vinte palmos de altura, cindida ao meio e contendo em cada um dos lados as armas de Portugal e Espanha à época do tratado de Madri, firmado entre estes dois Impérios Ultramarinos em 13 de Janeiro de 1750, com o intuito de demarcar seus respectivos territórios na parte mais austral da América dos sul, no entanto, o mesmo só fora transladado e assentados em local definitivo no novo mundo, em 18 de janeiro de 1754, mais especificamente na barra do rio Jauru com o Paraguai". LACERDA, Rubens Gomes. Instantâneo Histórico de Cáceres. In:

o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, datado de 25 de outubro de 1991, teve seu centro histórico tombado provisoriamente pela Fundação Cultural de Mato Grosso, através da Portaria nº 76/91. O tombamento estadual definitivo ocorreu no ano de 2002, e o tombamento federal, pelo IPHAN, ocorreu no ano de 2010.

Com uma extensão territorial de 24.398,40 km², Cáceres é um dos maiores municípios brasileiros. O município é cortado pelo Rio Paraguai que, com seu transbordamento anual, forma o pantanal mato-grossense, e faz fronteira com a Bolívia. Por estar em uma área de transição de relevo e vegetação – serras, campos de cerrado e planície pantaneira –, sua diversidade de flora e fauna forma paisagens de grande beleza.[20]

A cidade de Cáceres está situada no sudoeste do estado de Mato Grosso, à margem esquerda do rio Paraguai, distante 220 Km da capital Cuiabá. Segundo Chaves (2011, p. 11), desde a sua fundação, a Vila Maria do Paraguai foi "uma povoação que nunca chegou a se constituir enquanto vila colonial, pois para receber tal definição havia critérios previamente definidos". O autor enumera, ainda, algumas das razões para tal constatação, dentre as quais a ausência de Câmara Municipal, vereança eleita, oficiais municipais, pelourinho e cadeia (CHAVES, 2011, p. 11).

Todavia, conforme Domingos Sávio da Cunha Garcia (2014, p. 71), uma análise da planta urbana de Vila Maria demonstra que a povoação "também trazia as formas planejadas de organização do espaço urbano que estavam presentes nos demais núcleos populacionais do império luso de então".

CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. História e Memória: Cáceres (Orgs.). Editora Unemat, 2011, p. 198. Vide, ainda, GARCIA, Domingos Savio da Cunha & MICELI, Paulo (org). História e Fronteira. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014, p. 97 ss.

[20] - Cf. MENDES, Marcos Amaral. História e Geografia de Mato Grosso. Cuiabá: Cafarnaum, 2015.

Fig. **01**. VILLA MARIA DO PARAGUAI, 1798. Autor desconhecido. Aquarela original pertencente à Casa de Ínsua, Portugal.

Fonte: MORAES, 2003, p. 76

Ao descrever o traçado urbano de Vila Maria, Garcia (2014, p. 71) mostra a simplicidade dos elementos, pois a vila era composta "por uma grande praça, em torno da qual se articulavam duas filas de casas de lados opostos. O lado situado a leste da praça se abria para uma pequena igreja; já a parte oeste era aberta para a margem esquerda do rio Paraguai".

Nesse aspecto, o autor afirma que

> [...] essa organização do espaço urbano da nova povoação de Vila Maria estava enquadrada dentro das novas perspectivas que o reformismo ilustrado do período pombalino abriu para Portugal e seu vasto império colonial, na segunda metade do século XVIII (GARCIA, 2014, p. 72).

No Termo de Fundação de Vila Maria do Paraguai, de 06 de outubro de 1778, as normas para a construção das casas, bem como a disposição das ruas e travessas, foram devidamente estabelecidas, inclusive quanto à altura e largura das edificações, como se observa:

> [...] sendo obrigados a não excederem nem diminuírem a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as casas que se levantarem e 24 palmos de altura no Cume: outrossim determinou que precisamente chamariam para regular os dito pés direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no ofício a fim de conservar sem discrepância segundo o risco a largura de 60 palmos de ruas [...].[21]

[21] Termo de Fundação de Vila Maria do Paraguai, de 06 de outubro de 1778. *In:* MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado na fronteira 1778-1801. 2003. 141 f. Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS, Cuiabá, 2003. Constante do Anexo **01**.

Para além da importância histórica relacionada às edificações e monumentos existentes, há também diversos outros elementos que podem ser levados em consideração em uma abordagem historiográfica. Rachel Tegon de Pinho (2011, p. 66), ao discorrer sobre Cáceres, afirma que

> [...] basta voltar nosso olhar e nos depararemos com uma cidade repleta de temporalidades inscritas nas suas edificações, nos seus monumentos, nos passeios públicos, nos seus jardins, no traçado urbano e no trânsito aparentemente confuso de bicicletas, motociclistas, automóveis e pedestres e que apresentam formas distintas de se relacionarem nessa cidade, repleta de memória e historicidade.

Considerando a relevância histórica da cidade, é natural que desperte o interesse de pesquisadores, no sentido tanto de trazer ao conhecimento geral tal relevância, quanto de preservar os elementos históricos, de modo a estarem ao alcance das gerações futuras. A esse propósito, entendemos ser o tema "Patrimônio Cultural de Cáceres" de grande importância para a comunidade escolar, que será envolvida no processo de conhecimento e valorização desta temática. Cáceres abriga variados espaços de memória, constituídos ao longo de seus 240 anos de existência, constituindo, portanto, terreno profícuo para a pesquisa histórica e desenvolvimento de projetos relacionados à educação patrimonial.

Como afirma Barroso (2010, p. 20),

> [...] está claro que o espaço de atuação do historiador se ampliou, e a legislação resguarda essa abertura: para além do ensino e da pesquisa, ao historiador cabe atuar para disseminar a consciência do respeito ao passado, no presente, no tocante à proteção dos bens materiais e imateriais representativos da memória coletiva das comunidades.

Partindo dessa premissa, constatamos a necessidade dessa pesquisa pautada no enriquecimento do trabalho didático em sala de aula e, também na necessidade de envolver a sociedade nesse tema de forma concreta.

Tal propósito se justifica, por exemplo, diante da viabilidade de o patrimônio cultural local vir a fazer parte de programas governamentais, como o PAC Cidades Históricas[22], que visa promover obras de restauração e de

[22] "O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do

preservação de edifícios e espaços públicos históricos. Sobre a importância do IPHAN, Camila Henrique Santos (2007, p. 151), afirma que “o IPHAN e as escolas precisam divulgar junto à comunidade o conceito de patrimônio cultural brasileiro. Essa atuação deve levar em conta a regionalidade de cada lugar, ou seja, as características específicas de cada local”.

Acreditamos também que, através de ações concretas envolvendo parte da sociedade cacerense, por meio de um trabalho voltado à educação patrimonial, possamos esclarecer dúvidas, trabalhar com os educandos a ideia de *pertencimento histórico*, e até mesmo, de *orgulho* por fazerem parte de uma comunidade com referencial histórico de grande importância, não só local, mas também em âmbito nacional.

Pollak (1992, p. 204) corrobora esse entendimento, ao afirmar que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”. Nesse aspecto, a memória constitui fator importante para a construção do sentimento de “continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”

Nessa linha, o presente trabalho talvez possa dar visibilidade às edificações históricas de Cáceres, tendo em vista que, por ora, nenhuma delas consta da lista de cidades atendidas pelo PAC Cidades Históricas.

No que tange ao enfoque deste trabalho, convém mencionar, também, a importância da História local para a consecução dos objetivos.

Paralelamente à História oficial – cujos destaques seguem preceitos por vezes políticos, ao sabor de interesses minoritários –, coexiste a História vivenciada na vida prática, no cotidiano das pessoas, envolvendo o lugar onde vivem e as pessoas com quem se relacionam. Nessa perspectiva, acontecimentos, coisas, usos, linguagens, costumes e personalidades compõem a História local, tangenciável, da qual pode fazer parte qualquer pessoa, a despeito de tal participação, em regra, não constar dos registros oficiais.

---

planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país […]. O PAC Cidades Históricas está sendo implantado em 44 cidades de 20 estados da federação. O investimento em obras de restauração é de R$ 1,6 bilhão, destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos”. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/245.

Essa História local, apesar de perpassar a própria vivência, normalmente não é reconhecida como tal. Assim, não raro, fatos relevantes ou mesmo elementos concretos – edificações, por exemplo – acabam negligenciados e esquecidos, pois muita gente não se dá conta de que aquilo é parte da História e, portanto, parte de suas vidas.

O comportamento de negligência em relação ao patrimônio cultural tem explicação na forma como o ensino de História foi pensado e instituído ao longo do tempo em nosso país. Já discutimos acerca da formação da disciplina de História, bem como já discorremos acerca do estabelecimento desse patrimônio. Nesse processo, como já discutido, o ensino de História nasce do objetivo de incutir no educando valores da pátria, moral e civismo, enfatizando fatos que enaltecessem as escolhas políticas direcionadas à identidade nacional e que seguramente eram inspirados no comportamento da elite.

A partir dos anos 1980 ocorreu a redemocratização do Brasil, com o fim do Regime Militar (1964-1985). A definição da História a ser ensinada nas escolas perpassou por diversas discussões, e novas tendências historiográficas visavam a inclusão de todas as pessoas na construção do ensino de História, abrindo espaço e conferindo importância à História local.

Conforme relata Maria Auxiliadora Schmidt (2004, p. 111),

> [...] a valorização da história local pelos historiadores teve reflexos nas propostas curriculares nacionais, como se pode observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (1997-1998) e para o ensino médio (1999), nos quais as atividades relacionadas com o estudo do meio e da localidade são, enfaticamente, indicadas como renovadores para o ensino da História e salutares para o desenvolvimento da aprendizagem.

A autora revela, todavia, que esse processo acabou promovendo uma supervalorização dessa perspectiva de ensino, levando à falsa percepção de que “a realidade imediata é a única e importante fonte de motivação do conhecimento e desencadeadora de problematizações” (SCHMIDT, 2004, p. 112).

A esse propósito, Luís Reznik (2008, p. 51) afirma que “a história local não deve ser projetada como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria [...] mas como a ‘costura’ de um retalho dos processos de identificação do sujeito”. De toda sorte, a história local pode ser tomada como

“elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar”, perspectiva na qual pode constituir uma estratégia pedagógica (SCHMIDT, 2004, p. 113). Para a autora,

> [...] trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana.

Segundo consta dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998, p. 94), relativos ao ensino de História,

> É no local, conhecendo pessoalmente casas, ruas, obras de arte, campos cultivados, aglomerações urbanas, conversando com os moradores das cidades ou do campo, que os alunos se sensibilizam para as fontes de pesquisa histórica, isto é, para os “materiais” sobre os quais os especialistas se debruçam na interpretação de como seria a vida em outros tempos, como se dão as relações entre os homens na sociedade de hoje, como o passado permanece no presente ou como são organizados os espaços urbanos ou rurais. O estudo do meio é, então, um recurso pedagógico privilegiado, já que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo.

Portanto, é na perspectiva da História local, pautada no estudo do meio, que passaremos a nos ocupar do processo de tombamento ocorrido em Cáceres/MT, bem assim, no levantamento histórico da unidade escolar, palco da Oficina de História pensada para este trabalho.

CAPÍTULO 2
O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT

2.1 - Introdução

No primeiro capítulo, expusemos as razões e o eixo norteador do trabalho, apresentando, também, um esboço do patrimônio cultural material de Cáceres/MT. Neste segundo capítulo, nos ocuparemos dos Processos de Tombamento ocorridos em Cáceres, visando à obtenção da necessária proteção ao patrimônio cultural, e apresentaremos alguns dos elementos que o compõem, mais especificamente, o Marco do Jauru e o Centro Histórico de Cáceres/MT, que compreende, além de diversas construções históricas, o arruamento, praças e cais do porto.

Além disso, promovemos uma entrevista com o Procurador da República Felipe Abreu Mascarelli, responsável, no âmbito da Procuradora da República em Cáceres/MT, pela tutela dos bens tombados no município. Visamos conhecer a atuação do Ministério Público Federal relativamente ao patrimônio cultural, o que já foi feito em prol da preservação, e quais os objetivos daquele órgão federal para o futuro dos bens tombados.

O termo *tombamento* tem origem no verbo *tombar*, cujo uso, no Direito lusitano, designava o registro, inventário, inscrição ou arrolamento de bens. Tais registros, após inscrição em livro próprio, restavam guardados na chamada “Torre do Tombo”, situada em Lisboa, capital de Portugal. No Brasil, adotou-se a designação *tombamento* para os bens que fossem registrados e tutelados pelo poder público, ou seja, bens que tivessem interesse estatal (IPHAN, 2017).

Conforme registra o próprio IPHAN, caso o Estado tenha interesse em preservar determinado bem – diante de sua importância para a memória nacional –, uma das ferramentas legais de que pode lançar mão é o tombamento[23], que ocasionará proteção integral, sendo uma das ações mais importantes relacionadas à preservação de um patrimônio de natureza

[23] A propósito de Tombamento, ver: PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2009.

material. Trata-se de ato administrativo específico, estabelecido em lei, com o objetivo de preservar determinado bem que tenha valor histórico, cultural, arquitetônico, incluindo bens naturais – havidos sem intervenção humana – de modo a impedir sua descaracterização ou mesmo supressão.

Julia Wagner Pereira (2009, p. 13) nos orienta acerca das formalidades do processo de tombamento:

> Após ser encaminhada ao (ou feita pelo) IPHAN, a indicação para o "tombamento" é transformada em um processo administrativo, denominado processo de tombamento, que recebe uma numeração própria (em ordem crescente) e a data de sua abertura. Ao pedido inicial são agregados outros documentos tais como, informações produzidas pelos interessados no tombamento, laudos técnicos de vistoria, plantas, fotografias, correspondências, estudos técnicos, inventários, memorandos, informações internas, contestação do proprietário (quando houver), dentre outras. Nesse corpus documental encontram-se também os "pareceres de tombamento", elaborados pelos funcionários do Instituto, com as justificativas para a indicação, ou não, do bem cultural à proteção legal.

O tombamento pode ocorrer a partir de ações tanto na alçada municipal, quanto estadual e federal, sendo cabível, ainda, a proteção via ação das três esferas simultaneamente. Uma vez estabelecida a importância histórica, o ente estatal pode agir de ofício – sem necessidade de provocação – mediante ato do administrador público, dispensando, portanto, a intervenção de terceiros. Todavia, essa forma de ação somente ocorrerá em se tratando de bens públicos. Havendo interesse na preservação de bens particulares, o tombamento se dará mediante a possibilidade de impugnação pelo proprietário – caso do tombamento compulsório – ou, ainda, de forma voluntária.

Nesse aspecto, caso o proprietário não concorde com as ações de preservação, será conferida ao mesmo a oportunidade de contestar o ato. Conforme determina o Decreto-Lei nº 25 (1937), ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural cabe decidir, nesses casos, e sendo a decisão favorável ao tombamento, o mesmo será imposto ao proprietário – sendo, portanto, compulsório.

Por outro lado, o proprietário pode requerer a proteção. Caso o bem atenda aos requisitos indispensáveis para integrar o patrimônio histórico e artístico nacional, poderá ser tombado e contar com as ações estatais visando sua preservação – tombamento voluntário.

No que tange ao patrimônio cultural de Cáceres/MT, é necessário ressaltar que, desde sua fundação, em 1778, essa povoação luso-brasileira desempenhou importante papel para a definição de fronteiras entre terras lusas e espanholas na América do Sul. Sua localização, a meio caminho entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, constituía fator relevante à época do Brasil-Colônia, sendo entreposto entre a então capital da Capitania-Geral de Mato Grosso e Cuiabá, oportunidade em que representava, ainda, importante ligação de Mato Grosso com a Capitania de São Paulo, inclusive pelo Rio Paraguai (SIQUEIRA, 2002)[24].

Essa característica foi inclusive destacada pelo governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), em correspondência ao secretário de estado Martinho de Melo: "[...] a paragem da referida Nova Povoação é conhecidamente própria e adequada a facilitar a indispensável comunicação e comércio desta com a Vila do Cuiabá, porque fica no meio do caminho".[25]

Tais condições, aliadas ao largo tempo de existência da hoje cidade de Cáceres (mais de dois séculos), denotam campo fértil para a existência de diversos elementos históricos de relevância cultural, hábeis a atrair o interesse estatal na respectiva preservação. Conforme Arruda (2014, p. 115),

> Entre os valores que permearam a instrução do tombamento estadual e a definição do seu entorno em 2002, estavam os definidos no inventário cadastral, de 1987, ligados ao artístico pautado em monumentos históricos como a Catedral São Luiz (1965), o Marco do Jauru, e os demais inventariados. Enquanto que o histórico por estar ligado aos feitos de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres no século XVIII e ter funcionado "como importante porto fluvial de escoamento do ciclo da poaia e da borracha em Mato Grosso, no século XIX.

Dentre tais elementos, destacam-se, no centro histórico, as construções de época[26], boa parte constituída de casarões em estilo Neoclássico; o Marco

[24] Além do Rio Paraguai, havia rotas terrestres ligando Vila Maria do Paraguai a Vila Bela da Santíssima Trindade e a Bom Jesus de Cuiabá. A utilização do Rio Paraguai como rota no Período Colonial encontrou entraves pois grande parte do seu curso inferior pertencia à América Espanhola, impedindo a passagem de seus inimigos lusitanos (MORAES, 2003).

[25] Carta do governador de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao secretário de estado Martinho de Melo e Castro, Vila Bela, 20.11.1778. Caixa 18, No. 1162. NDIHR/FUFMT.

[26] O termo "construções de época" é ora tomado em sua acepção genérica, em referência a todas as edificações erigidas até meados do século XX, ainda remanescentes.

do Jauru e a Catedral São Luiz. No entanto, existem também fazendas e usinas, além de inúmeros sítios arqueológicos[27]. A propósito da valoração dos elementos que compunham o acervo histórico, e sobre os quais poderiam recair os efeitos de futuro tombamento, Arruda (2014, p. 18) nos afirma que

> Para valoração do sítio histórico foram analisados traços do passado, embasados teoricamente nas discussões mais contemporâneas e reflexivas no âmbito da historiografia brasileira. E, de modo geral, os estudos acabaram historiando de maneira plural e elaborada a formação e as transformações do lugarejo setecentista em cidade do século XXI, do perímetro que se buscava tombar em nível federal. Trouxe também conflitos étnico-sociais que historicamente foram omitidos no âmbito da história tradicional local, como aqueles ocorridos entre os indígenas chiquitanos, os poaieiros, os ribeirinhos e pantaneiros. Foi enfatizada a importância do rio Paraguai para o desenvolvimento econômico e a promoção de manifestações populares, artísticas na cidade.

Elevada à condição de cidade em 3 de maio de 1874, a então Vila Maria do Paraguai recebeu grandes fazendas-indústrias para produção de carne enlatada para exportação. Desse período, remanescem imponentes construções, como as da Fazenda Descalvados, com capela, casa grande, alojamento de operários e galpões industriais, que ainda são utilizadas pelo ecoturismo.

Pode ser citada também a Fazenda Jacobina, a qual, segundo Luciano Pereira da Silva (2011, p. 296), "relaciona-se ao processo de ocupação colonial da fronteira oeste", e "constituiu a maior fazenda da recém-criada Capitania de Mato Grosso em 1748". Destacam-se, além das edificações existentes no local, um sítio arqueológico nas imediações da fazenda, constituindo, todo o conjunto, extenso material para pesquisa histórica.

Relativamente ao patrimônio cultural do município de Cáceres/MT, os primeiros movimentos do poder público, tendo como alvo o conjunto arquitetônico e simbólico formado pela praça principal, a Igreja Matriz e o porto, remontam às primeiras décadas do século XX. De acordo com pesquisa realizada pelo historiador Adson de Arruda (2002, p. 70):

---

[27] A propósito, ver SILVA, Luciano Pereira da. Gestão para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Cáceres: Diversidade Cultural, Sustentabilidade e Turismo. *In:* História e Memória: Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). Cáceres: Editora Unemat, 2011.

> Em Cáceres, nas primeiras décadas do século XX, os testemunhos revelam um passado de diferentes experiências históricas que tiveram como palco a parte central da cidade. Concebidos pelas autoridades públicas como espaços funcionais e operacionalizáveis e, portanto, passíveis de intervenções, os lugares centrais, ou melhor, o conjunto arquitetônico e simbólico formado pela praça principal, a Igreja Matriz e o porto, foram alvo sistemático das intervenções dos administradores públicos.

Conforme se observa, essas primeiras intervenções visavam os elementos então considerados mais importantes, concentrados na área em que a cidade teve início, compreendendo a praça principal, na qual se situava a Igreja Matriz, e que também ficava adjacente à área portuária, e se relacionavam, em princípio, a "melhorias, remodelação e embelezamento dos espaços eleitos como prioritários" (ARRUDA, 2002, p. 71).

Contudo, as ações estatais legalmente consideradas, com a incidência de tombamento propriamente dito, tiveram início a partir da segunda metade do século XX, como é o caso do Marco do Jauru, o qual "[...] data de 1978 a sua transformação em patrimônio histórico e artístico nacional" (ARRUDA, 2014, p. 74), mesmo ano em que foram tombadas a Catedral de São Luiz e a Praça Central.

Todavia, a proteção do patrimônio histórico nesse período se deu, inicialmente, com o governo municipal, o qual criou normas para a preservação, tais como o inventário cadastral e a delimitação do Centro Histórico.

Necessário lembrar que, sendo um município de fronteira, Cáceres estava sob a égide da Lei nº 5. 449, de 4 de junho de 1968, que previa a intervenção direta do governo federal, exercendo sua autoridade até meados dos anos 1983. Essa influência federal previa, inclusive, a nomeação estadual dos prefeitos. Nesse aspecto, a Lei 5.449/68 declarou Cáceres como sendo município de interesse da segurança nacional (MENDES, 2015, p. 87).

Após o tombamento do Marco do Jauru, foram criados, via poder público municipal, o Museu Histórico, a Biblioteca e o Arquivo Público Municipal, pela Lei nº. 695 de 09 de maio de 1978. Tais ações visavam à preservação do patrimônio urbano. Posteriormente, com a Lei Municipal nº 891, de 16 de novembro de 1982, foi alterado o artigo 144 do Código de Obras do Município e instituídos novos procedimentos para o uso e ocupação do solo urbano e para

preservação do patrimônio cultural na cidade, seguindo recomendações básicas instituídas pelas normas federal e estadual.

O artigo em questão estabelece que:

> Art. 144. Os projetos para construção, reconstrução, acréscimo e reforma de edifícios, devem obedecer, obrigatoriamente, às exigências da estética urbana, não só quanto às fachadas visíveis dos logradouros, como também, no tocante ao aspecto de sua harmonia com as construções vizinhas.
>
> § 1º - nos projetos que impliquem em reforma, no todo ou em parte, de edifícios considerados de valor histórico ou artístico e cuja conservação seja do interesse público, para sua vinculação a fatos memoráveis da história do município e a valores culturais do seu povo, é vedado inserir nas fachadas de tais prédios qualquer espécie de modificação que possa ofuscar sua originalidade e visibilidade, ressalvando apenas a pintura.
>
> § 2º - Serão censurados pelo Secretário de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura, os projetos para edificação ou reforma apresentados em desacordo com as prescrições desta Lei, caso em que será negada a licença, podendo a obra ser embargada se tiver início sem a autorização legal.

Essas normas municipais previam a intervenção da municipalidade no âmbito do particular, pois determinavam a consulta prévia de projetos de construção, e reconstrução dos imóveis, que passaram a "obedecer, obrigatoriamente, às exigências da estética urbana, não só quanto às fachadas visíveis dos logradouros, como também no tocante ao aspecto de sua harmonia com as construções vizinhas" (Lei municipal, nº 891, de 1982)[28].

Na esteira do interesse na preservação dos bens culturais de Cáceres, a referida Lei Municipal criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres – SPHAMC, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social. No entanto, o SPHAMC, pensado para "promover a identificação,

[28] CÁCERES (Município). Lei 891, de 1982. Altera o art. 144 da Lei nº 137, de 14.04.1961, acrescentando-lhe os parágrafos 1º e 2º e dando outras providências. Conforme se infere do Art. 2º: "Fica instituído, na Secretaria de Desenvolvimento Social – S.D.S, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres, destinado a promover a identificação, proteção, registro e fiscalização dos bens de valor histórico, artístico ou monumental, bem como, dos locais de interesse turístico ou paisagístico, para fins culturais e recreativos, da coletividade em geral". A Lei previa, ainda, que as responsabilidades inerentes à preservação do patrimônio cultural seriam compartilhadas com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município, e previa ainda a inscrição de bens no Livro de Tombo, para a integrar o Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres.

proteção, registro e fiscalização dos bens de valor histórico, artístico ou monumental", além de os "locais de interesse turístico ou paisagístico, para fins cultuais e recreativos da Coletividade em geral", jamais chegou a ter efetividade, revelando, concomitantemente à preocupação com a preservação, a existência de interesses diversos, que levaram à não implantação do aludido serviço.

Arruda (2014, p. 82) revela que a referida legislação, muito embora não fizesse menção expressa, trazia dispositivos estabelecidos pelas legislações correlatas em âmbito estadual e federal:

> No tocante às sanções legais, a Lei ressaltava que em caso de construções que impedissem ou reduzissem a visibilidade, inclusive a fixação de cartazes que não tivessem as licenças prévias, estas poderiam ser penalizadas tanto com a demolição da obra, quanto com a retirada do objeto e a execução de multa 50% do valor do objeto (art. 5, Parágrafo Único). Com estas determinações, observa-se que, mesmo sem fazer referência direta ao Decreto Lei nº 25/37 e a Lei Estadual de preservação do patrimônio, nº 3.774 de 20/09/1976, a Lei Municipal seguiu as diretrizes estabelecidas por ambas às leis, permitindo e motivando os agentes públicos e políticos a dar maior atenção ao setor cultural.

Uma consulta à legislação municipal revela, também, a criação, no ano de 1983, da Fundação Cultural de Cáceres – FCC, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, mediante ato do Poder Executivo, visando planejar, executar e supervisionar os programas culturais. Tratava-se de entidade com personalidade jurídica própria – e não mero órgão da administração direta – de sorte a alcançar maior autonomia administrativa e financeira, visando, inclusive, ao recebimento de dividendos para a consecução de seus propósitos, tanto via verbas oficiais, quanto via doações de particulares. No Art. 3º do Estatuto da Fundação Cultural de Cáceres, destacam-se, dentre seus objetivos:

> [...] h) Restaurar, preservar e conservar prédios, monumentos, logradouros, sítios ou áreas tombadas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou por mais quaisquer entidades de caráter internacional;
> i) Restaurar obras de arte e bens móveis de reconhecido valor cultural, desde que acessíveis ao público;
> j) Construir, organizar, equipar, manter ou formar museus, arquivos ou bibliotecas de acesso público;
> l) Incentivar a pesquisa artística e cultural;
> m) Preservar o folclore e as tradições populares regionais, bem como patrocinar espetáculos folclóricos com ou sem fins lucrativos;

> n) Criar jardins botânicos, parques zoológicos e sítios ecológicos de relevância cultural [...].[29]

Posteriormente às citadas legislações municipais, entram em cena também procedimentos atribuídos aos governos estadual e federal, concentrados, principalmente, no Centro Histórico de Cáceres, compreendendo a Catedral de São Luiz, a Praça Central e o Marco do Jauru, dentre outros, conforme veremos posteriormente.

2.2 – Marco do Jauru

O Marco do Jauru é uma peça arquitetônica feita em mármore, construída em Lisboa, Portugal, com o objetivo de demarcar os limites entre os territórios atribuídos a Portugal e Espanha na América do Sul, conforme estabelecido no Tradado de Madri (1750). Trata-se de um bloco de pedra de considerável tamanho, transportado a duras penas, primeiramente através do Atlântico, e depois pelo interior do continente, até a linha demarcatória entre os domínios coloniais de Portugal e da Espanha no continente sul-americano. Dentre os diversos marcos para fins semelhantes que foram trazidos da Europa, este especificamente foi afixado à margem do Rio Jauru em 18 de janeiro de 1754, sendo o único remanescente de que se tem notícia atualmente.[30]

Diante dos conflitos eclodidos com a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), foram firmados outros acordos que anularam o Tratado de Madri (1750), em especial o Tratado de El Pardo (1761) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777), deixando o Marco sem exercer sua finalidade demarcatória até 1801, quando o Tratado de Badajoz reafirmou e garantiu a maioria das definições limítrofes estabelecidas no Tratado de Madri. A esse respeito, Elizabeth Madureira Siqueira (2002, p. 50) afirma que

> [...] as comissões espanhola e portuguesa de demarcação da fronteira instalaram solenemente o Marco do Jauru em 18 de janeiro de 1754. Estava composta por oficiais de engenharia, astrônomos, cosmógrafos, médicos, religiosos e tropa armada. A pirâmide quadrangular de mármore branco, com inscrições

[29] CÁCERES (Município). Fundação Cultural de Cáceres. Estatuto. Cáceres, 08 de junho de 1987. Cáceres: Arquivo da Secretaria de Obras – Caixa Fundação Cultural, Diversos, Pasta - Documentos Constitutivos da FCC de 1987 a 1989.

[30] Cf. LACERDA, *apud* Jaime Cortesão (2011, p. 198), "o Marco do Jauru é o único existente dos monumentos semelhantes que, com grande trabalho, foram trazidos até o lugar onde deviam assentar.".

> em latim nos quatro lados, dividia as terras de domínio de portugueses e espanhóis, com a latitude e a longitude do local. Este pacto foi anulado 11 anos depois do Tratado assinado em Madri. Em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo.

Ao pesquisar acerca das comissões demarcatórias do século XVIII, Chaves (2008, p. 75) afirma que

> As comissões, formadas por portugueses e espanhóis, visavam, além de promover a fixação de limites de suas possessões na América do Sul, auferir o maior número de informações sobre povoados, localização de rios e as potencialidades econômicas das áreas a serem demarcadas.

Conforme o autor, o objetivo das comissões demarcatórias, tal como das expedições científicas do século XVIII, estava relacionado à elaboração de mapas e relatórios, documentando os domínios coloniais ibéricos na America do Sul (ibidem, p. 76).

Uma vez superada a utilização prática do Marco – delimitação territorial entre Portugal e Espanha nas terras da América do Sul, no século XVIII –, sua posição geográfica, estabelecida pelos portugueses às margens do Rio Jauru, dificultava tanto sua contemplação quanto preservação, tendo em vista situar-se em lugar ermo e de difícil acesso, ensejando o provável esquecimento desse lugar de memória. Diante disso, o Marco foi trazido até Cáceres, no ano de 1883, e depositado na praça principal da cidade.

Fig. **02**. O Marco do Jauru, ao centro, já assentado à praça principal de Cáceres, em frente à construção da Catedral São Luiz.

Fonte: Acervo IPHAN, 2017.

Fig. **03** – Visão panorâmica do Marco do Jauru.

Fonte: Acervo IPHAN, 2017

Fig. **04**. Detalhe das inscrições em latim e das armas.

Fonte: Acervo IPHAN, 2017.

Conforme relatado por Luís César Castrillon Mendes, *apud* Mendes (2014, p. 102),

> De 1883 até o final da década de 1950, o Marco permaneceu em frente à antiga igreja, assistindo a várias mudanças no panorama da Praça da Matriz, como, por exemplo, a construção Catedral, iniciada em 1919 e inaugurada em 1965.

Todavia, o Marco chegou a ser removido desse local, durante a gestão do Prefeito José Monteiro da Silva (1959-1961), e trasladado para local em frente ao Porto Mário Correia, inaugurado em 1928, ao argumento de que poderia ter maior visibilidade, diante do intenso movimento de pessoas no porto; assim, o Marco repousou, durante alguns anos, no referido local, frente às águas do Rio Paraguai. Posteriormente, na segunda gestão de tal prefeito (1970-1971), considerando o fechamento do supracitado porto, o Marco foi levado para o Jardim Público, em direção à Catedral, onde permaneceu até 1978; por fim,

retornou ao primeiro lugar ocupado na referida praça, ainda no ano de 1978, em frente à Catedral, oportunidade, também, de seu tombamento como patrimônio histórico e cultural (MENDES, 2014).

Muito embora o Marco do Jauru tenha sido trazido à América do Sul para demarcar a fronteira entre terras lusas e espanholas, cabe afirmar que sua realocação na praça principal de Cáceres representou uma ressignificação, pois passou a integrar a paisagem urbana, da qual faz parte há mais de um século, sendo também parte da vida cotidiana dos habitantes da terra por gerações. Por outro lado, é provável que boa parte das pessoas passe todos os dias em frente aos monumentos e não conheça sua importância histórica; nosso trabalho se voltará, todavia, para abrandar tal situação, levando a significação, não somente do Marco do Jauru, mas dos demais bens culturais de Cáceres/MT, para a comunidade.

Conforme Le Goff (2003, p. 526), "o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)". Representa uma escolha de homens ou grupos do passado que elegeram e impuseram tal decisão como de interesse à memória do passado de toda coletividade envolvida na disputa pelo seu passado a ser preservado.

2.3 – O Centro Histórico de Cáceres/MT

Conforme Siqueira (2002, p. 94), no Período Colonial (séculos XVI-XIX) foi criado o sistema monçoeiro,[31] que interligava a capitania de Mato Grosso a São Paulo e a Belém, e que foi parcialmente desativado com a decadência da mineração. Segundo a autora, "as comunicações se faziam através de precários caminhos por terra que interligavam Mato Grosso a Goiás; de lá, ao Triângulo Mineiro e deste a São Paulo". Essas dificuldades no deslocamento

[31] O termo "monção" designava originalmente os ventos que ocorriam periodicamente na costa da Ásia Meridinal. Durante seis meses do ano esses ventos sopram do continente em direção ao Oceano Índico, e nos outros seis meses, sopram em em sentido contrário. Eles determinavam o momento de saída das expedições portuguesas rumo ao Oriente. Na América, a expressão (também empregada na variante "monçoeiro") fazia referência às expedições fluviais dos bandeirantes paulistas, as quais tomavam lugar às margens do Rio Tietê e se dirigiam às áreas de mineração em Mato Grosso. (HOLANDA, 2000).

de mercadorias elevavam sobremaneira os preços, causando o endividamento dos habitantes das áreas interioranas.

Para a autora, foi encontrada a solução desse problema, na Província de Mato Grosso (1824-1889), somente na segunda metade do século XIX, ao deslocar a saída para o Cone Sul. Tal solução, todavia, dependia da anuência do Paraguai, e diversas missões diplomáticas foram realizadas – Missão Leverger; Missão Pimenta Bueno e Missão Paranhos – visando obter autorização para singrar as águas do rio Paraguai, limítrofe com aquele país, mas foram infrutíferas (SIQUEIRA, 2002). Somente com a assinatura do Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradição, entre o Brasil e a República do Paraguai, a 06 de abril de 1856, restou franqueada a navegação de Mato Grosso pelo Rio Paraguai, possibilitando o acesso aos Rios Paraná e Uruguai, e a saída através do sul do país.

De acordo com Garcia (2014, p. 78),

> Esse tratado permitiu à população daquela província da fronteira oeste do Brasil um acesso rápido à capital do Império, através da rota navegável pelo Rio da Prata, mais segura e confortável do que os longos, difíceis e demorados trajetos terrestres pelo sertão. A viagem pelo rio Paraguai e pelo Estuário do Prata passou a ser feita em cerca de 30 dias, tempo bem menor do que os quatro a cinco meses necessários para percorrer o trajeto por terra, entre Cuiabá e o Rio de Janeiro.

Dessa forma, o Rio Paraguai passou a ser intensamente utilizado para o transporte de mercadorias e pessoas. Havia também o interesse do Império Brasileiro (1824-1889) em manter controle sobre os rios da região, devido às possibilidades de acesso a outras capitanias, e à manutenção da hegemonia, considerando a área de fronteira com as terras dantes pertencentes à Espanha.

A navegação pelo Rio Paraguai ficou restrita durante o período de animosidade entre Brasil e Paraguai – a Guerra do Paraguai (1864-1870), motivada, dentre outras razões, pela hegemonia sobre os rios que compõem a Bacia do Prata. Posteriormente, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), foi liberado o transporte pelo rio, ensejando expressivas mudanças na povoação da então Vila Maria. A arquitetura da cidade recebeu influência de

estilos europeus, e foram incorporados também materiais trazidos da Europa, passando a coexistir, com as antigas casas em estilo colonial, construções em estilos Neoclássico e Eclético (PINHO, 2011).

A propósito desse desenvolvimento do espaço urbano, Garcia (2014, p. 79-80), nos demonstra que

> [...] a povoação de Vila Maria passou por um processo de reordenamento de seu espaço urbano, na segunda metade do século XIX. A composição étnica de sua população e o traçado urbano foram se alterando, exprimindo uma nova configuração econômica e social, favorecida pela abertura da navegação pelo rio Paraguai.

Esse desenvolvimento pode ser observado com as novas construções, como as representadas nas figuras 05 e 06, do início do século XX, empregando materiais e estilo arquitetônico com influências europeias.

Fig. **05** - Casa Rosa, Cáceres/MT

Fonte: Acervo IPHAN, 2017

Marcela de Almeida Silva et al, no texto Percurso interpretativo do centro histórico Cáceres/MT, para fins turísticos e de educação patrimonial, publicado na Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, definem a Casa Rosa:

> Construída para ser moradia e também o "forte" de José Dulce, a Casa Rosa, data de 1923, estando situada na Rua João Pessoa, nº 252. Traz características de um movimento artístico arquitetônico que instaurou e disseminou o estilo Art Nouveau no Brasil. Esta casa é ímpar e apresenta em sua estrutura características marcantes, como adornos em formato de flores, folhas de coqueiros e arcos, sendo classificada por arquitetos e

> historiadores como o único imóvel desse estilo no estado de Mato Grosso. No entanto, há controvérsias, mas em linhas gerais pode-se destacar que esta traz elementos do estilo eclético. A família Dulce foi responsável pela implementação não só de novas formas de edificar, como também de novas práticas culturais, se destacando enquanto promotores de movimentos e práticas culturais exógenas, advindas dos grandes centros urbanos, num período em que ainda se acreditava que o Brasil era um País inculto e sua população estava num estágio atrasado (SILVA, et al, Rev. Bras. Pesq. Tur. vol.10 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-61252016000300435&script=sci_arttext&tlng=pt, pesquisa realizada em 03/01/2018).

No inventário cadastral do Centro Histórico, realizado em 10/04/1988, a Casa Rosa foi cadastrada como “Casa Alfredo Dulce”, e seu estilo arquitetônico, classificado como eclético.[32]

Já a Escola Esperidião Marques, cadastrada como Grupo Escolar Esperidião Marques, em 11/11/1987, foi erguida com a finalidade específica de servir como escola pública, e também foi classificada, assim como a Casa Rosa, como estilo arquitetônico eclético.[33]

Fig. **06** - Escola Esperidião Marques, Cáceres/MT

Fonte: Acervo IPHAN, 2017

> [...] De dimensões grandiosas, o imponente prédio da Escola Estadual Esperidião Marques, traz todos os preceitos

[32] - Ver anexo **04** – inventário cadastral da figura 05.
[33] - Ver anexo **05** – inventário cadastral da figura 06.

> modernos da arquitetura institucional, com todas as salas de aula voltadas para um grande pátio central, bem ao gosto do Panóptico de Josep Bentham (PINHO, 2011, p. 74).

Com o passar do tempo, nasceu o interesse em preservar essa arquitetura. Tal interesse detinha, entre seus objetivos, garantir que a cidade mantivesse sua identidade histórica, e a intervenção estatal era essencial para assegurar essa preservação. Assim, passou-se à delimitação daquilo que poderia se enquadrar nas ações de preservação. Sandra Jatahy Pesavento (2005, p. 16) nos demonstra que

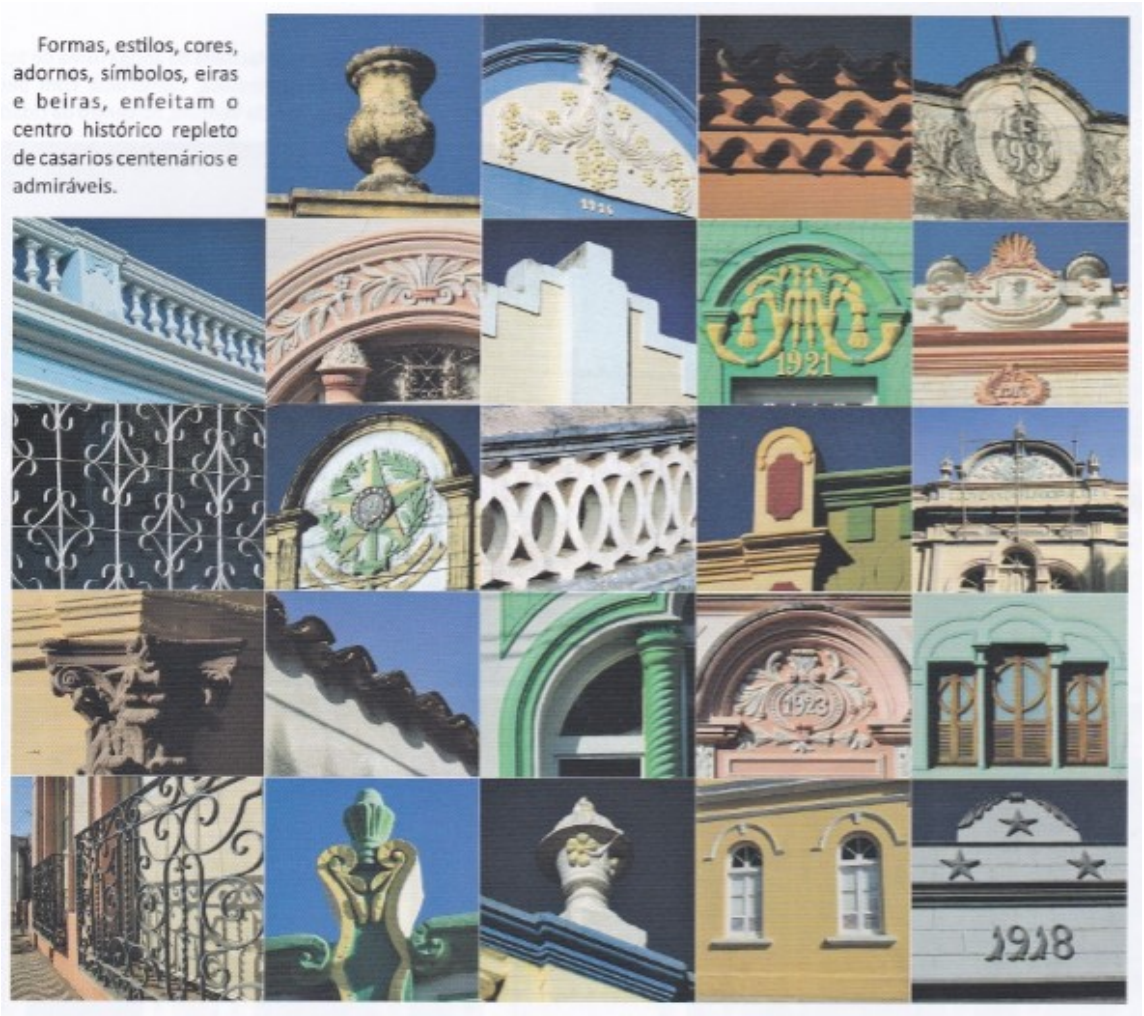
> A *patrimonialização* do passado da cidade implicaria em assumir a cidade como propriedade cultural partilhada, o que demanda uma aprendizagem. Reconhecer uma história comum inscrita no espaço da cidade, entender como sua uma memória social, saber ver no traçado das ruas e nos prédios e praças *lugares*, dotados de sentido, endossar um pertencimento, reconhecendo territórios e temporalidades urbanas, é tarefa que deve ser assumida pelas instâncias pelas quais se socializa uma atitude desejada, indo da mídia ao ensino, do governo à iniciativa privada. Isto implicaria em criar responsabilidades, em educar o olhar e as sensibilidades para saber ver e reconhecer a cidade como um *patrimônio* herdado.

Dentre as inúmeras edificações de época existentes na cidade de Cáceres, os chamados "casarões", mereceu especial atenção o aglomerado urbano componente do antigo centro da cidade, pois era onde se concentrava a maior parte das edificações em adobe[34], e englobava as construções tidas por mais importantes, atribuídas, principalmente, à elite local.

No mosaico a seguir, podemos identificar estilos diferenciados da arquitetura empregada nas fachadas das construções que compõem o Centro Histórico da cidade, mostrando a riqueza dos detalhes utilizados nas técnicas construtivas:

[34] "Boa parte das construções do período colonial assinalam técnicas de construções que utilizavam o *adobe* como material para as suas construções. O adobe é resultado da compactação do barro associado a outros materiais, como por exemplo, argila, areia, fibras vegetais ou estrume de bois para dar resistência ou "liga" a argamassa. Colocado em fôrmas de madeiras a sombra durante alguns dias e posteriormente ao sol ao serem desenformados adquirem proporções de mais ou menos 20x 20 x 40 cm. Com esses tijolos rudimentares construíam-se ainda presentes em algumas construções do período colonial." Esta nota é uma contribuição de leitura da Prof.ª Dra. Eulália Maria Aparecida Moraes dos Santos.

Figura **07** – Mosaico a partir de detalhes dos estilos arquitetônicos encontrados em Cáceres



Fonte: Revista Pantanal Cáceres, junho de 2017.

Porém, apesar de receberem uma atenção especial no inventário cadastral feito pelo Município de Cáceres nos anos de 1987-1988, outros fatores históricos e culturais foram decisivos para a consolidação do tombamento federal pelo IPHAN.

A Coordenadora de Proteção/DEPAM/IPHAN, Jurema Knopke Eis Aunart, às fls. 194-195 dos autos do Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Cáceres, aos 10/05/2010, ratificou o tombamento federal no Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, sugerindo sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, mas não o incluiu no de Belas Artes, como se observa:

> Ao falarmos de valor arquitetônico do conjunto não estamos rigorosamente identificando um mérito artístico que distinga como bem “de excepcional valor artístico”, para usarmos os

> termos do art. 1º do Decreto-Lei 25/37. No conjunto, há valor suficiente para se proceder a inscrição no Livro do tombo histórico, mas não para justificar sua inclusão no Livro das belas artes [...]. Sempre se deve buscar o valor arquitetônico nos bens e conjuntos históricos, para se assegurar a necessária ligação entre o imóvel e o fato ou processo histórico que ele representa, mas a inscrição no Livro das belas artes requer, mais do que isto, a identificação de uma excepcionalidade artística e arquitetônica, o que não é o presente caso.

Vale lembrar que o Marco do Jauru, patrimônio tombado em 1978, e como já citado anteriormente, hoje localizado na Praça Barão do Rio Branco, é o único bem tombado no município de Cáceres/MT que possui registro no Livro de Belas-Artes, além de, como parte do Centro Histórico, constar do Livro do Tombo Histórico.

Quadro **02**

CLASSIFICAÇÃO (RELACIONADA À FORMA DE PROTEÇÃO)	NOME ATRIBUÍDO	Nº PROC. TOMBAMENTO	ANO DE ABERTURA	ESTÁGIO DA INSTRUÇÃO	ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO	HISTÓRICO	BELAS ARTES
Bem móvel ou integrado	Marco do Jauru, Praça Barão do Rio Branco	866	1977	TOMBADO		Out-78	Out-78
Conjunto Urbano	Conj. Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres/MT	1542	2007	TOMBADO	Fev-13	Fev-13	

Fonte: IPHAN, pesquisa realizada em 20/06/2018.

Consideramos tal discussão apropriada devido à necessidade de ressaltar que não foram somente os casarões históricos que ensejaram o processo de tombamento do Centro Histórico de Cáceres/MT, e sim, toda a contextualização histórica na qual a cidade está inserida. De acordo com o parecer emitido para o processo de tombamento a nível federal pelo IPHAN, foram ressaltados diversos elementos que compõem a excepcionalidade de Cáceres, como a importância histórica do núcleo setecentista, original de Vila Maria do Paraguai.

Apresentaremos, na sequência, algumas informações que foram elencadas no Parecer Nº 030/2010-PF/IPHAN/SED/GM, em Brasília, no dia 30 de julho de 2010, acerca do Processo de Tombamento nº 1.542-T-02, assunto:

Tombamento do Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, Estado de Mato Grosso.[35]

Dos séculos XVIII e XIX, estão presentes o arruamento e também algumas edificações, e mesmo conjuntos de edificações alinhadas, construídas em adobe de tipologia colonial, compondo um admirável repertório de técnicas construtivas. De acordo com os pareceres técnicos, trata-se de construções em estilo colonial, sendo que muitas delas receberam posteriormente fachadas neoclássicas, ecléticas ou mesmo déco.

Por sua posição geográfica estratégica, localizada próxima à fronteira com os domínios espanhóis na América do Sul, além da importância para a consolidação da presença portuguesa na região, a povoação luso-brasileira também representou um entreposto comercial entre Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), capital da capitania à época, e Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá (1727).

Após o término da Guerra do Paraguai em 1870, com a abertura da navegação pelo Rio Paraguai, Vila Maria se destacou economicamente e tornou-se o segundo maior porto de Mato Grosso, recebendo assim grandes casas comerciais, que praticavam a importação e exportação de diversos gêneros.

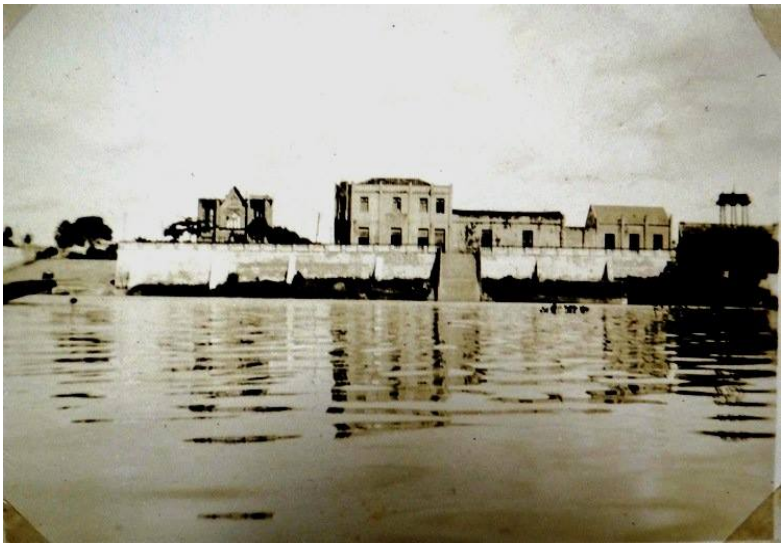
Dessa forma, chegavam ao porto da cidade, desde gêneros alimentícios até artigos de luxo e materiais de construção. Já a exportação ensejou a instalação de usinas de álcool e açúcar, como a Usina da Fazenda Ressaca, e de indústrias de extrato de carne (Fazenda Descalvados) e de charque (Fazenda Barranco Vermelho).

Todo esse impulso econômico advindo da navegação pelo Rio Paraguai demonstra a importância do porto para o desenvolvimento da cidade e para a formação de uma elite local, que se beneficiou desse progresso econômico.

No final dos anos 20 do século XX, foi inaugurado o Cais do Porto Mário Correia, com rampa para embarque e desembarque, alicerces de pedra e balaústres em sua amurada, situado em frente à praça principal e à futura Catedral, conforme é possível observar nas imagens a seguir:

[35] - CÁCERES (Município): Arquivo da Secretaria de Obras.

Figuras **08 e 09** – Panorâmicas do porto de Cáceres



Fonte: Acervo pessoal de Emilia Atala.

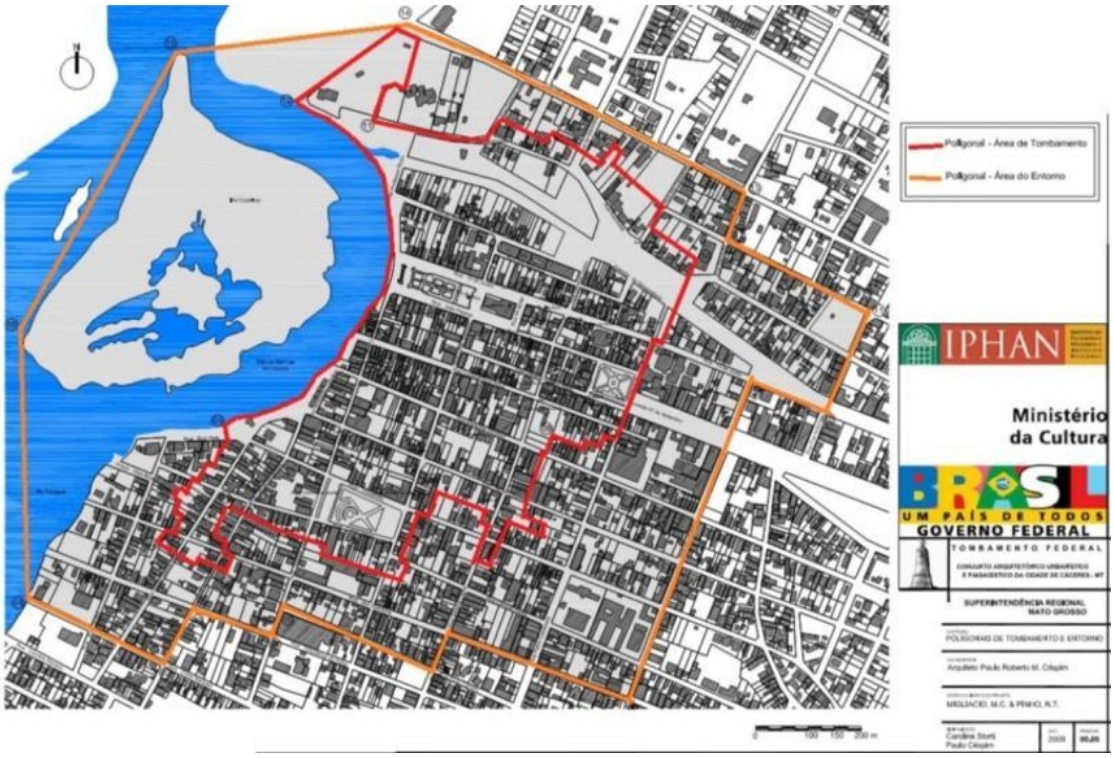
Disponível em https://www.facebook.com/photo.php?fbid=863932156967064&set=a.863931806967099.1073741839.100000508648755&type=3&theater

Todos esses apontamentos acerca da história da cidade foram analisados e corroboraram a constatação da necessidade de preservar, através do tombamento federal – como forma de fortalecer os tombamentos municipal e estadual, já existentes – o patrimônio histórico e paisagístico de Cáceres/MT.

Dessa forma, foi levando em consideração a composição histórica, geográfica e também o patrimônio cultural imaterial de Cáceres/MT que o Centro Histórico de Cáceres passou a compor o grupo de bens tombados pelo IPHAN, com registros nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e também no livro do Tombo Histórico.

Para a efetivação do processo de tombamento, foi delimitado um polígono, partindo da margem do Rio Paraguai, ao sul, adentrando ao perímetro urbano e retornando à margem do rio, mais ao norte, conforme se observa:

Figura **10** – Polígono do tombamento de Cáceres.



Fonte: IPHAN, 2017.

Na figura 10, podemos observar dois traçados demarcatórios: O polígono interno, representado pela linha vermelha, representa o Centro Histórico de Cáceres/MT, e a linha laranja representa a região de entorno do Centro Histórico, importante para adequar as ações humanas de forma a não descaracterizar os bens incluídos no perímetro tombado. Desse modo, há restrições sobre construções e reformas a serem realizadas na área de entorno.

Conforme Arruda (2014), a municipalidade de Cáceres sugeriu determinado perímetro do centro histórico, em fevereiro de 1988, abrangendo toda a área onde se encontrava a maior concentração de imóveis antigos, que detivessem características hábeis a ensejar sua preservação via tombamento. No entanto, através de levantamento técnico, constatou-se que boa parte dos referidos imóveis já se encontrava descaracterizada, seja por reformas que não

teriam mantido os materiais e o estilo da época, seja pela simples demolição e substituição do imóvel por outro. Diante disso, optou-se por reduzir o perímetro sugerido pela municipalidade, aplicando-se a proteção sobre os imóveis indicados no perímetro da figura 07, tendo a área de entorno também recebido relativa atenção, cabendo aos imóveis ali situados algumas restrições, com o objetivo, principalmente, de impedir que ações humanas realizadas no entorno produzam efeitos negativos sobre os imóveis tombados.

A esse propósito, o Decreto nº 185, de 19 de abril de 1994, estabelece normas complementares, bem como promove a organização das ações de proteção e preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico do Município de Cáceres e institui a Comissão Especial de Preservação e Tombamento (CEPT), e toma outras providências.

Conforme se extrai do respectivo artigo 14 e § 2º:

> Art. 14 – Fica a Prefeitura Municipal, através da Fundação Cultural /Divisão de Patrimônio Histórico Cultural e Artístico – DPHCA, investida de todos os poderes que se fazem necessários, concernentes à preservação dos bens e manifestações tombadas, que integrem o Patrimônio Histórico do Município.
> [...] § 2º - Qualquer construção em terrenos situados nas áreas tombadas ou na vizinhança dos bens tombados, dependerá do prévio parecer autorizativo da Comissão Especial de Preservação e Tombamento.

Necessário enfatizar que o tombamento do imóvel não representa sua retirada da esfera de poder do proprietário, mas apenas impede sua descaracterização ou destruição. Além disso, com o tombamento, o próprio ente estatal poderá apresentar contrapartida em ações necessárias à manutenção do imóvel. Pode-se dizer, dessa forma, que as responsabilidades pela preservação são compartilhadas entre o proprietário e o Estado, de modo a garantir os interesses da coletividade.

Considerando todos os apontamentos históricos e culturais relativos ao município de Cáceres/MT, cabe levantar alguns questionamentos: A população cacerense conhece a História do município? As instituições escolares desenvolvem projetos educacionais relacionados ao patrimônio cultural do município?

Para reforçar a ideia de identidade cultural, a população precisa ter acesso ao conhecimento acerca da história local, para, a partir daí, identificar

sua importância para a história nacional, reconhecendo o valor histórico do conjunto urbano e paisagístico que forma o Centro Histórico de Cáceres/MT. Conforme nos aponta Guimarães (2015, p. 240),

> Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re)construção das identidades individuais e coletivas, a meu ver, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no meio em que vivem como cidadãos críticos.

A autora ressalta, ainda (2015, p. 241):

> Do ponto de vista de uma proposta pedagógica, podemos construir saberes e práticas que enfrentem os problemas de identidade, pertencimento, pluralidade cultural, étnica e religiosa e desigualdade social que marcam as nossas escolas.

Visando alcançar esse objetivo, deveria haver investimentos em projetos de educação patrimonial, pois através das crianças e adolescentes plantaremos as sementes de pertencimento histórico e despertaremos a consciência de fazer parte de uma comunidade com importância ímpar para o estado de Mato Grosso e também para o Brasil.

Sabemos, todavia, que esses investimentos demandam interesse estatal, o qual não é determinado pelo educador. No entanto, é através do conhecimento histórico, adquirido através da informação – obtida utilizando as metodologias do Estudo do Meio, História Local e Educação Patrimonial – que pode ocorrer uma maior proximidade entre a comunidade e o patrimônio cultural.

Lacerda *et al* (2015, p. 16) nos afirma que, "com base nesses princípios que passaram a orientar a relação entre educação e patrimônio, as ações educativas se realizaram a partir de três dimensões, profundamente interligadas: informação, engajamento e experiência."

Tais dimensões são explicadas pelos autores:

> O direito à **informação** é um dos direitos mais fundamentais do patrimônio, pois o conhecimento da história dos bens culturais é um dos pressupostos para o usufruto. [...] O **engajamento** [...] implica o envolvimento dos alunos na defesa do patrimônio e de sua permanência, por meio de ações diversas como elaboração de abaixo-assinados a autoridades competentes, realização de passeatas, organização de associações de amigos do patrimônio, promoção de conferências públicas e reuniões de conselhos municipais e estaduais de patrimônio, dentre outras. [...]. A **experiência** – está presente em todos os momentos em que os estudantes se envolvem com a questão patrimonial, desde os processos considerados simples, como o encantamento, a

> curiosidade despertada ou acesso a informações sobre algum item, até os mais complexos como aqueles que envolvem a sua participação na forma de vivência, diálogo, construção e intervenções no próprio patrimônio (LACERDA *et al,* 2015, p. 16-17).

Com o envolvimento da comunidade escolar em projetos de educação patrimonial, a escola estará investindo não só em conhecimento, mas também na formação de valores e cidadania, aspectos relevantes para nossa formação social.

Conforme já discutimos ao longo dessa dissertação, no decorrer do tempo, operou-se a substituição dos conceitos de patrimônio histórico e artístico pela ideia de patrimônio cultural, e os bens materiais ou imateriais, que compunham o patrimônio histórico e artístico, passaram a constituir os chamados *bens culturais.*

O ensino de história é chamado a identificar e reconhecer tais bens como patrimônio da coletividade, possibilitando que o aluno se perceba como parte integrante da história da sociedade em que vive, entendendo como essa história foi construída, incorporando contribuições e informações.

Na lição de Ana Maria Monteiro (2011, p. 19), "a desnaturalização do social é, sem dúvida, uma das grandes contribuições que o ensino de história pode oferecer para a formação da cidadania." [36]

Para exercer a cidadania de forma plena, os alunos precisam se perceber como agentes históricos da sociedade e compreender que a história é fruto da interpretação de sujeitos históricos. Portanto, a "desnaturalização" apontada por Monteiro significa conhecer os fatos e não somente aceitá-los, sem qualquer reflexão.

2.4 – A atuação do Ministério Público Federal em Cáceres/MT

Diante do tombamento realizado pelo IPHAN, Autarquia Federal, tendo como objeto as edificações do Centro Histórico de Cáceres/MT, toca ao Ministério Público da União a competência para fiscalizar a atuação do poder

---

[36] - Ver MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. Disponível na Internet, página http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf, consulta realizada em 02/05/2018.

público na preservação do patrimônio histórico sob especial proteção. Em busca de informações sobre a atuação do Ministério Público Federal em Cáceres/MT, relativa à fiscalização ora mencionada, visitamos a sede do MPF na cidade e entrevistamos o Procurador da República responsável pela matéria, Felipe de Abreu Mascarelli.[37]

Dentre as temáticas nas quais o MPF atua, encontram-se Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.[38] De acordo com o Procurador Felipe Mascarelli, desde o ano de 2015, quando assumiu o comando das questões afeitas à preservação, o Ministério Público Federal tem evitado a utilização de medidas coativas – tais como o ingresso de Ação Civil Pública – e preferido o diálogo e o estabelecimento de parcerias com o poder público, visando à tutela dos direitos coletivos, nos quais se incluem a preservação do patrimônio histórico.

Nesse aspecto, em 2016 o Ministério Público expediu uma recomendação para que Estado, Prefeitura e IPHAN desenvolvessem uma política pública voltada para várias frentes, como a educação patrimonial; a fiscalização; o desenvolvimento de normativas; a fiscalização, pelo IPHAN, do estudo que resultou no tombamento; a permanência de servidores do IPHAN em Cáceres, pelo menos dois ou três dias do mês, e a constituição de um grupo de trabalho que reunisse os representantes desses três entes para que pudesse discutir e desenvolver uma política integrada de preservação, dentre outras. Todavia, não há ainda os resultados esperados, porque, segundo o entrevistado, existe "resistência da Administração Pública em geral, no sentido de promover uma política pública efetiva".

Conforme se extrai da entrevista, existem processos judiciais em curso, visando a proteção a alguns bens isolados que, muito embora já acobertados pela proteção conferida pelo tombamento, se encontram em processo acentuado de deterioração e precisam de ações imediatas. O entrevistado afirma que, para além de tais ações, que se referem a casos pontuais, "o mais importante é que haja uma atuação global, do Município, do Estado e do IPHAN, em relação à preservação desse patrimônio tombado".

[37] Entrevista com Dr. Felipe Abreu Mascarelli – Procurador da República em Cáceres, realizada no dia 07 de julho de 2017, na sede do MPF em Cáceres/MT.
[38] A esse respeito, ver http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao

Na visão do Procurador, as ações adequadas junto à comunidade para a preservação do patrimônio, a serem adotadas pelo poder público, são as educativas, como a educação patrimonial, visando mostrar a importância e a relevância do centro histórico de Cáceres, já reconhecidas em âmbito nacional. Segundo sua opinião, a comparação entre Cáceres – cidade com mais de 240 anos de história – e outras cidades de Mato Grosso, mais modernas (principalmente as cidades da soja, mais ricas e planejadas)[39] – leva a uma falsa percepção de atraso da cidade de Cáceres, cujo tombamento do Centro Histórico pode ser visto como entrave ao desenvolvimento e modernização.

A esse propósito, segundo o Procurador da República, a educação – a escola – possui papel primordial, viabilizando, por meio da educação patrimonial, o entendimento de que não somente determinados imóveis – os construídos pela elite dominante – são passíveis de reconhecimento como patrimônio cultural, mas também aqueles atribuídos às parcelas mais humildes da população. Desse modo, a educação patrimonial possibilita a integração do educando com o próprio bairro onde reside, reconhecendo o patrimônio cultural em todas suas manifestações.

O representante do MPF afirmou que a própria disposição espacial da cidade interfere no contato das pessoas com o patrimônio contido no Centro Histórico, tendo em vista que muitos bairros ficam em locais distantes do centro, sendo que determinadas pessoas acabam sequer transitando pelo local:

> Então não é só a educação patrimonial desenvolvida para todas as escolas, mas para toda comunidade, porque Cáceres, como não tem uma estrutura de edifícios muito alta, ela é muito esparramada, é muito grande; o tamanho dela, proporcionalmente ao número de habitantes, é maior do que outras cidades que são edificadas. Com isso, a distância do centro histórico também se torna distante dos bairros; então há muitas crianças e muitas famílias que não têm o costume de vir para o centro histórico, e que associam o centro histórico a um lugar de burguês; mesmo os restaurantes na praça, por terem preços mais altos, são associados como coisa de gente rica, quando, na verdade, deveria ser um patrimônio de toda cidade, voltado para toda comunidade (07/07/2017).

[39] Dentre as "cidades da soja" podemos citar Lucas do Rio Verde/MT, Nova Mutum/MT, Sinop/MT, Primavera do Leste/MT, além de várias outras, cujos traçados são planejados e contam com altas arrecadações de tributos, notadamente do agronegócio encabeçado pela cultura de soja, propiciando investimentos públicos em infraestrutura muito mais vultosos do que os praticados nos municípios que tem base econômica no extrativismo ou pecuária.

A propósito da utilização da educação patrimonial como instrumento para a preservação, nosso entrevistado narrou uma experiência obtida por ele junto a um grupo de estagiários do curso de Direito da Unemat, enquanto faziam um *tour* pelo Centro Histórico:

> Numa atividade que eu desenvolvi, acompanhei, que os alunos estagiários de direito fizeram aqui numa escola, a gente pegou um ônibus e passou ali pela Coronel José Dulce, que é muita estreita. Havia um carro estacionado, e um caminhão teve alguma dificuldade pra parar. Aí eu perguntei para os alunos se aquela rua era estreita ou não, ao que todos responderam que era óbvio que a rua era estreita. Só que a estreiteza ou largueza de uma rua é um conceito relativo, sempre está em relação a outro parâmetro que a gente tem. Aí eu perguntei: tá, mas quando ela foi construída, o que é que passava aqui? – Ah, passava gente a pé, passava boi, passava carroça. – E aí, quando passava boi, passava gente a pé, essa rua era estreita? – Ah, não era estreita, dava pra passar. Esse tipo de reflexão é importante para as pessoas questionarem o próprio uso que é feito de um centro tombado, porque as pessoas reclamam da estreiteza da rua, mas não se questionam – muitas delas – mas será que é cabível ou razoável que se permita o estacionamento naquela rua? Não seria razoável proibir o estacionamento?

Nessa linha, para o representante do MPF, conhecer a história da cidade e de seu patrimônio cultural é salutar para que se fomente a consciência da necessidade de preservar, ou mais do que isso, para que o ato de preservar se constitua em algo natural.

Por fim, o entrevistado asseverou que a educação patrimonial deve trabalhar com a ideia de pertencimento do indivíduo, para que o mesmo se sinta como parte da história, e que se veja representado no patrimônio cultural.

Como se observa, o próprio Ministério Público Federal encontra dificuldades em promover ações efetivas para a preservação, esbarrando nos mais diversos entraves, que vão desde a precariedade das verbas para a implementação das medidas de proteção, à falta de mobilização do poder público para a adoção dessas medidas. Como tentativa de solucionar o impasse, desponta a conscientização da população, a ser obtida pela via da educação patrimonial, criando um caminho natural à preservação do patrimônio.

Nesse viés, nosso trabalho propõe um projeto voltado para a educação patrimonial, conforme trabalharemos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3
UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA ESTADUAL DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES, EM CÁCERES/MT

3.1 - Introdução

Neste capítulo, apresentaremos os dados referentes à Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, de Cáceres/MT, que será nosso objeto de análise. Como já mencionado, somos lotados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso na referida unidade escolar.

A Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, situada na Rua São Pedro, s/nº, Bairro Cavalhada II, foi criada pelo Decreto nº 024, de Maio de 1979, e autorizada pela Portaria nº 120, de 21/12/1982. Atualmente, atende alunos distribuídos no Ensino Fundamental (organizado em Ciclo de Formação Humana), nos períodos matutino e vespertino, e Ensino Fundamental e Médio – EJA (Educação de Jovens e Adultos), no período noturno.

Como base documental para os dados que apresentaremos, será utilizado o PPP (Plano Político-Pedagógico) da unidade escolar, bem como o resultado de uma pesquisa realizada na escola no dia 12 de junho de 2018. Nessa pesquisa, os alunos de dez turmas do ensino fundamental (6º a 9º anos, totalizando 191 alunos), presentes em sala de aula nessa data, responderam a um questionário (em anexo no final da dissertação) cujos resultados nos ajudaram a promover um recorte temático, delimitando o Cais do Porto Mario Correia como objeto da oficina desenvolvida.

O levantamento de dados acerca da unidade escolar se faz necessário pelo fato de a Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes ser uma instituição de ensino que, embora esteja em área relativamente centralizada na cidade, possui estrutura satisfatória e conte com profissionais qualificados, tem na maior parte de sua clientela alunos provindos dos bairros periféricos, pertencentes a famílias de baixa renda[40].

[40] - Conforme consta do PPP da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, de 2016, "[...] nossa clientela é oriunda em sua maioria de grupos étnicos afrodescendentes e indígenas (nativo)."

Nesse aspecto, Janice Theodoro (1990, p. 63) afirma que “em escolas onde a clientela é de baixa renda notamos um distanciamento deste segmento social em relação ao patrimônio cultural”.

Partindo dessa constatação, é possível afirmar que a Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, de acordo com seu PPP, se norteia pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB, Diretrizes Curriculares para Educação Especial e Orientações Curriculares das Diversidades do Estado de Mato Grosso. Dessa forma, a escola investe em projetos interdisciplinares, visando envolver toda a comunidade escolar. Conforme consta do PPP 2016,

> [...] a escola ainda promove intercâmbios de cunho científico, cultural e pedagógicos, realizando o Seminário da Consciência Negra, com palestras, apresentações de trabalhos científicos, proposta essa que compreendemos ser importante também para contribuir na formação dos profissionais desta unidade de ensino.

Dois projetos desenvolvidos na escola, abertos a toda a comunidade escolar e a professores e profissionais da educação em geral são o Grupo de Estudos para a Educação das Relações Étnico-raciais (GEPRER), coordenado pela Prof.ª Maria José da Silva, que trabalha em parceria com o Grupo de Direitos Humanos da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, e o Grupo de Dança Afro Escola, coordenado pela professora Ana Paula Pinho da Silva Bianchini, que representa a comunidade escolar através de danças relacionadas à cultura afro-brasileira.

Assim, a Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes se destaca com projetos interdisciplinares voltados para as discussões previstas na Lei 11.645/08[41], que traz, no artigo 26-A:

> Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Essas pessoas, em larga maioria, residem nos bairros mais afastados e com baixo IDH. Ademais, consta ainda: “Nossa escola acolhe alunos de todos os bairros do seu entorno, consequentemente recebe os problemas dos mais diversos e, através de reuniões e palestras, discutindo de forma democrática com toda comunidade escolar, procuramos resolver coletivamente os problemas inerentes”.

[41] A Lei 11.645/2008 alterou o artigo 26-A da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), que já havia sido alterado pela Lei 10.639/2003.

A partir dos dados apontados acerca dos trabalhos que envolvem toda a escola, enfatizamos que História, Cultura e Patrimônio também podem e devem fazer parte da realidade desta comunidade escolar, através da Educação Patrimonial, pensando no exercício da cidadania e no pertencimento histórico.

Nessa esteira, promovemos diversos questionamentos, a fim de obtermos uma visão geral sobre o contato dos educandos com o Centro Histórico; a relação dos alunos e familiares com o Rio Paraguai, e também, visamos obter informações concretas sobre os bairros onde reside a clientela da escola.

O questionário[42] foi entregue a cada regente de sala, o qual dirigiu as perguntas aos educandos presentes e registrou as respostas.

LEVANTAMENTO DE DADOS – ALUNOS DA E. E. DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES EM 12/06/2018 – 191 ALUNOS ENTREVISTADOS			
Nº	Questionamento	Respostas	
		% SIM	% NÃO
1	Você tem algum familiar que é pescador?	56,54	43,46
2	A sua família utiliza o Rio Paraguai como forma de lazer?	48,69	51,31
3	Você costuma frequentar a Praia do Daveron?	53,40	46,60
4	Você frequenta a Praça Barão do Rio Branco?	78,53	21,47
5	Você já ouviu falar do Tombamento do Centro Histórico de Cáceres?	36,12	63,88
6	Você sabe o que significa a cidade de Cáceres ter um Centro Histórico tombado e por que isso aconteceu?	08,90	91,10

Tabela **01**

Através da Tabela nº 01, podemos constatar que a comunidade escolar, ora representada pelos alunos do 6º ao 9º Anos do Ensino Fundamental,

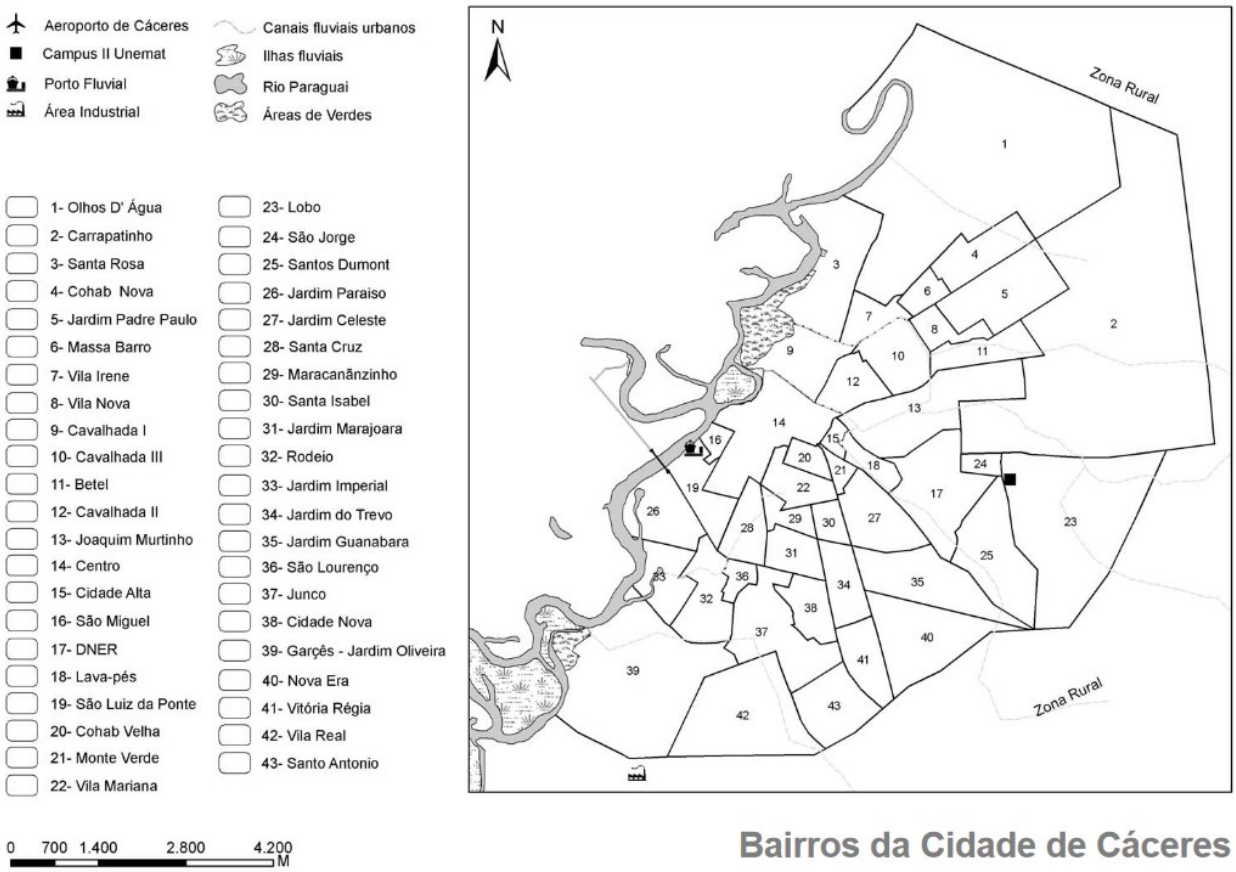
[42] A íntegra do questionário encontra-se no Anexo n° **06**.

apresenta uma relação de proximidade com o Rio Paraguai e com o Centro Histórico. Mais da metade dos alunos entrevistados possui algum familiar que é pescador (questão 01), enquanto que mais de 78% dos entrevistados frequentam a Praça Barão do Rio Branco (questão 04), parte icônica do Centro Histórico.

Todavia, em contraste com esses números, se observa que apenas 36 % dos entrevistados já ouviu falar do Tombamento do Centro Histórico de Cáceres/MT (questão 05), e menos de 10% sabem o significado, para a cidade de Cáceres, da existência de um Centro Histórico Tombado (questão 06).

Outro dado importante que obtivemos através do questionário é referente aos bairros em que residem os alunos atendidos pela escola.

Figura **11** – mapa dos bairros da cidade de Cáceres



Fonte: http://www2.unemat.br/atlascaceres/Conceitos_e%20_atividades/3_OE_rosa_ventos.pdf

Percentual de alunos por bairro:

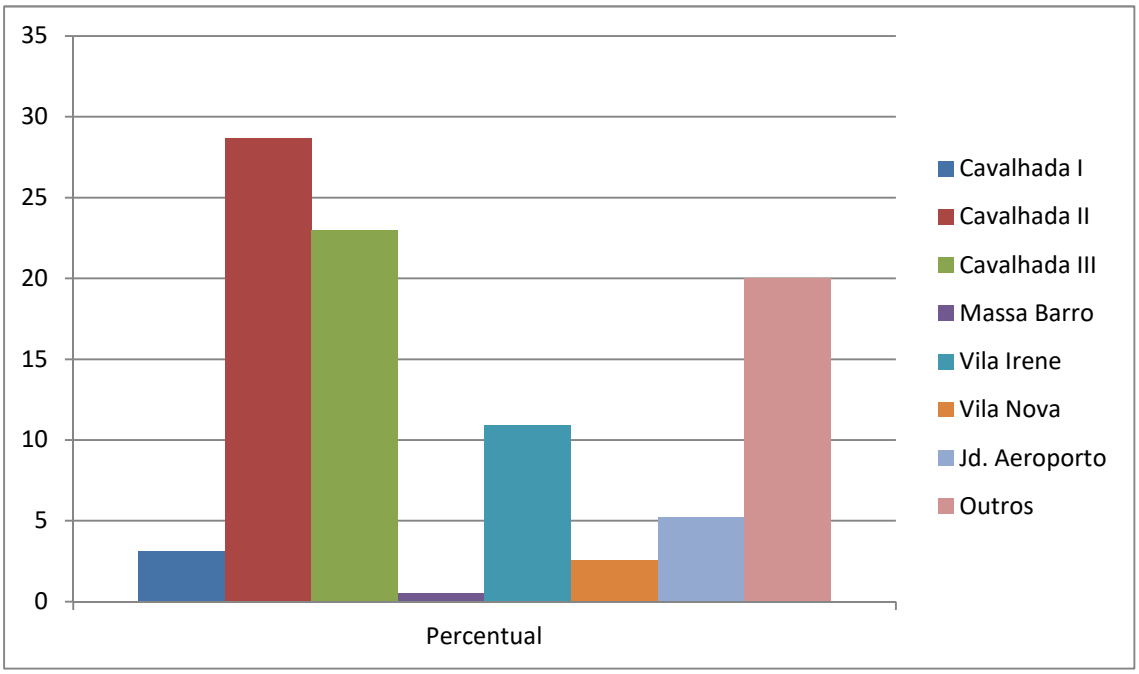


Gráfico **01**

Do bairro Cavalhada I – relativamente mais bem estruturado – provêm apenas 3,14% dos alunos entrevistados. Já o bairro Cavalhada II, que nos últimos cinco anos vem recebendo melhorias do setor público, como o asfaltamento das principais ruas, representa 28,7% da clientela analisada. Por sua vez, o bairro Cavalhada III, bem mais distante do centro da cidade, e que apresenta deficiências de infraestrutura, é onde residem 23% dos alunos que responderam ao questionário. Os bairros Massa Barro (0,5%); Vila Irene (10,9%) e Vila Nova (2,6%) são igualmente periféricos e carentes de infraestrutura básica. O bairro Jardim Aeroporto, por sua vez, fica a cerca de 5 km da escola, e é formado basicamente por habitações construídas pelo Estado, visando beneficiar famílias de baixa renda. Por fim, a resposta "outros bairros" constante do questionário, reuniu 36% dos alunos entrevistados.[43]

[43] De acordo com a página do IBGE na Internet, a população estimada de Cáceres em 2017 era de 91.271 pessoas; a população ocupada em 2016 era igual a 16,2% e, em 2010, 37,7% da população viviam com até ½ salário mínimo. Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama, pesquisa realizada em 04/07/2018.
Além dessas informações, é relevante acrescentar que, no mês de junho de 2018, 6.943 famílias cacerenses foram beneficiadas pelo Bolsa Família. Fonte: https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp, pesquisa realizada em 04/07/2018.

Quanto a esta última questão, foi citado o bairro DNER, relativamente distante da escola, e o bairro Residencial Cidade Universitária, também de casas populares e mais recente residencial entregue na cidade.

A partir dos percentuais obtidos com a tabulação dos dados definimos o Cais do Porto Mário Correa como forma de delimitar o assunto discutido, qual seja, o Centro Histórico de Cáceres/MT. Para justificar essa escolha por um objeto específico para a realização da oficina, seguimos a organização metodológica de três obras que utilizaremos como base para o trabalho: Oficinas de História; projeto curricular de Ciências Sociais e de História/Keila Grinberg et al (2000); Caixa da história : São Gonçalo : guia do professor / Elaborado por Helenice Aparecida Bastos Rocha et al (2006), e Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em Contextos Escolares / Aroldo Dias Lacerda et al, 2015.

Nas três obras citadas, os trabalhos a serem desenvolvidos em sala de aula apresentam sempre um recorte temático específico. Mesmo no caso da obra Caixa de História: São Gonçalo, que trata da história desse município do Rio de Janeiro, houve divisão em períodos ou foram tomados isoladamente componentes do acervo histórico. Dessa forma, foram construídas as oficinas, divididas através de atividades dirigidas a alunos de diferentes faixas etárias.

Isso nos levou a constatar que o trabalho envolvendo a educação patrimonial tendo por base o Centro Histórico de Cáceres/MT pode resultar em várias oficinas, ou seja, temos material suficiente para subsidiar diversos trabalhos com alunos de diferentes níveis de escolaridade. Nesse entendimento, nossa Oficina sobre o Cais do Porto Mario Correia é parte de um trabalho desenvolvido com os alunos do 6º ano da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes, sobre educação patrimonial, com recorte específico no processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Cáceres/MT.

A propósito da escolha de um recorte específico, necessário se levar em consideração a inserção do elemento histórico escolhido no ambiente histórico, perpassando por seu contexto social e histórico. Nesse aspecto, Horta et al (1996, p. 15) demonstram que o ambiente histórico

> É o espaço criado e transformado pela atividade humana, ao longo do tempo e da história. Pode ser um pequeno núcleo

> habitacional, uma cidade, uma área rural, Até mesmo uma paisagem natural, rios e florestas... O meio ambiente histórico está em toda parte, em torno de nós; o que pode variar é a extensão e o modo em que ele pode ser identificado, no meio ambiente do tempo em que vivemos. Os monumentos e sítios identificados são fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificações ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição de sucessivas camadas de ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós. O meio ambiente histórico é dinâmico, e continua a mudar no presente [...]

Com essas diretrizes, a decisão por desenvolver uma oficina acerca do cais do porto levou em consideração a importância do Rio Paraguai para a cidade e, principalmente, para os habitantes, desde a sua fundação, em 1778, como Vila Maria do Paraguai, perpassando pelo advento da Guerra do Paraguai (1864-1870), o desenvolvimento econômico e a chegada dos migrantes e imigrantes, após o término do conflito. Todas as grandes mudanças que envolveram a história da cidade, no período compreendido entre a sua fundação, no século XVIII, até a primeira metade do século XX, estão diretamente relacionadas ao rio e ao ponto de chegada e partida – o cais do porto.

Eleger o Cais do Porto Mario Correia como um recorte dentro do tema principal, que envolve todo o Centro Histórico, nos pareceu a melhor escolha, partindo da premissa de que muitos alunos das escolas públicas de Cáceres/MT são filhos e netos de pescadores, conforme pode se constatar na Tabela 01. Sendo assim, possuem uma relação muito próxima com o rio, denotando um pertencimento ao curso d'água que serviu de caminho para a própria fundação da cidade.

Nesse aspecto, a escolha do cais do porto como base para a oficina levou em consideração as populações ribeirinhas de Cáceres/MT, que têm no rio sua principal fonte de subsistência e até mesmo de lazer. Essas pessoas por vezes não se sentem representadas pelos monumentos e símbolos históricos mais destacados no Centro Histórico da cidade, comumente relacionados à elite local; todavia, seu referencial histórico está mais conectado ao próprio rio e sua importância.

A esse propósito, Theodoro (1990) demonstra como o patrimônio cultural pode ter diferentes significações, a partir do ponto de vista socioeconômico.[44] Determinados monumentos, notáveis por sua importância para a história oficial, podem simplesmente não representar as camadas de base da pirâmide social, cujos integrantes, antes de serem nostálgicos frente a determinado monumento, podem preferir esquecer o que ele representou para seus antepassados. A autora cita como exemplo a casa grande da fazenda de escravos, com significações díspares, se confrontadas a memória dos descendentes do proprietário à dos descendentes dos escravos que ali pereceram.

Nesse mesmo viés, o cais do porto, enfoque da nossa oficina, por ser um espaço de natureza pública, possibilitava o acesso e passagem de toda coletividade – diferentemente dos casarões pertencentes à elite, eminentemente privados. À época de seu apogeu, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Cais do Porto Mário Correia atraía os olhares de ricos ou pobres, e todos acorriam ao seu entorno por ocasião da chegada das embarcações. Mesmo que jamais tivesse viajado em uma das barcaças, ou adquirido alguma das finas peças que chegavam à cidade pelo rio, o habitante mais humilde ainda assim podia participar do acontecimento representado pelo atracamento das embarcações, movido pela curiosidade de saber quem chegava, qual mercadoria era estivada.

Exemplo dessa atração exercida pelo porto era a chegada do navio *Etrúria*. Conforme demonstram Montecchi e Montecchi (2011, p. 153), a lembrança de tal embarcação ainda subsiste no imaginário popular, nos moradores mais antigos da cidade. Os autores trazem o relato de uma moradora, Dona Feliciana de Oliveira Montecchi (78 anos), que presenciou as aglomerações que se formavam no porto por ocasião da chegada ou partida do Etrúria*, in verbis:*

> "[...] ainda ouço o Etrúria apitar no Porto de Cáceres quando da sua chegada ou partida, a banda de música, o foguetório, era uma festa linda... as pessoas corriam para o cais do porto para saber das novidades que chegavam".

[44] - THEODORO, Janice. Memória e Esquecimento. Texto publicado na Revista de Divulgação Cultural, Blumenau, vol. 13, n. 44, p. 63-69, julho-agosto de 1990.

Conforme já vimos anteriormente, a História oficial tende a estabelecer como patrimônio cultural os bens materiais comumente afeitos às minorias dominantes economicamente. Dessa forma, parcelas significativas da população podem não se sentir representadas por esse patrimônio. Sob esse prisma, devemos levar ao educando o entendimento de que todo meio é histórico, e não somente aqueles monumentos relativos a determinadas esferas de poder – noções necessárias para aplicação do estudo do meio.

Assim, nossa escolha recaiu sobre um recorte do Centro Histórico que acreditamos efetivamente detentor de significação coletiva, porquanto parte da memória em diferentes níveis socioeconômicos.

Sistematizando a metodologia do estudo do meio, Bittencourt (2011, p. 280) demonstra:

> O estudo do meio é um método de investigação cujos procedimentos se devem ater a dois aspectos iniciais. O primeiro deles é que esse método é um ponto de partida, não um fim em si mesmo. O segundo é que sua aplicação resulta sempre de um projeto de estudo que integra o plano curricular da escola […].

E continua a autora (2011, p. 281):

> Para a realização do estudo do meio, há que se tomar uma série de cuidados, porque seus objetivos englobam três aspectos: o aprofundamento de conteúdos (conceitos e informações de cada uma das disciplinas envolvidas), a socialização dos alunos e a sua formação intelectual (observação, comparação, analogias).

Nessa linha constituímos nossa oficina, nos atentando para três etapas fundamentais, que são a preparação prévia das atividades; o estudo de campo e o retorno para a sala de aula, visando à análise dos resultados, com o tratamento dos dados obtidos.

3.2 – Oficina

3.2.1 – Apresentação

A presente atividade se concentrou no Cais do Porto Mário Correia, em Cáceres/MT, antigo ponto de abastecimento da cidade, que constituía a porta de entrada para os bens manufaturados, como tecidos e porcelanas, vindos dos grandes centros – Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre – e mesmo de

fora do país[45]. Os alunos observaram os elementos materiais ainda presentes no local – amurada de balaústres, escadarias e paredões – além de outros elementos que constituem a memória, tais como fotografias, fontes orais e quaisquer outras fontes de informação aptas como recurso de pesquisa. Os dados coletados foram utilizados na produção de um texto sobre o patrimônio cultural de Cáceres/MT, desenvolvido pelos alunos.

3.2.2 – Justificativa

O município de Cáceres/MT é banhado pelo Rio Paraguai, cujo leito tangencia a porção oeste da cidade. Esse rio, componente da Bacia do Prata, possui importância histórica para a região, antes da existência de estradas, a mais importante, senão a única, via de acesso, ligando o oeste de Mato Grosso ao restante do Brasil. Por suas águas transitavam pessoas e mercadorias, chegando à região os produtos finos, oriundos da Europa e da capital, Rio de Janeiro, e dela partindo as riquezas da terra, rumo aos grandes centros e ao exterior.

Inicialmente as embarcações mercantes eram ancoradas próximo ao córrego sangradouro, em instalações precárias e pouco organizadas. Todavia a importância econômica do transporte fluvial, que abastecia os grupos que monopolizavam as atividades comerciais na cidade, exigia constantes melhorias. Dessa forma, visando aperfeiçoar esse transporte, foi idealizada uma espécie de porto para concentrar o atracamento dos vapores, mantendo num mesmo local o embarque e desembarque de pessoas e produtos.

O Cais do Porto Mário Correia, que levou o nome do então Presidente do Estado, Mário Correia da Costa (1926-1930), foi inaugurado em 1929[46]. Sua construção facilitava o atracamento dos batelões que faziam o transporte de mercadorias entre Corumbá/MS e Cáceres/MT. Tais embarcações traziam para Cáceres produtos manufaturados, tais como tecidos, cristais, louças e pratarias, cuja origem era os grandes centros nacionais, tais como a capital, ou

[45] A respeito, ver Montecchi, Acir Fonseca, e Montecchi, Inêz Ap.ª Deliberaes. Anjo da Ventura: A cidade e o espelho. In: História e Memória: Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). Cáceres: Editora Unemat, 2011.

[46] A esse propósito, ver ARRUDA, Adson de. Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A Cidade de Cáceres nas Primeiras Décadas do Século XX (1900-1930). Dissertação de Mestrado em História, Cuiabá: 2002.

mesmo a Europa. Do município, as embarcações levavam produtos do extrativismo vegetal, tais como a poaia (*Cephaelis ipecacuanha*) e o látex, derivados da cana de açúcar, produzidos em larga escala na Fazenda Ressaca, além de produtos de origem animal, produzidos em grandes fazendas do município (especialmente a Fazenda Jacobina e Descalvados), tais como charque e couro bovino.

Figura **12** - Visão do Porto de Cáceres em atividade

. Fonte: Baptista, 2005, p. 07.

A construção do cais do porto empregava elementos de estilo neoclássico, levando-o a ser considerado como o cais mais bonito de Mato Grosso à época. Empregava ladeiras e muro de arrimo encimado por balaústres, que ainda podem ser visualizados, eis que preservados.

A manutenção da memória coletiva a partir de atividades realizadas em sala de aula pode enfatizar a importância do patrimônio cultural em questão, ensejando sua valorização e preservação. A memória do Cais do Porto Mário Correia, que já teve grande importância para a economia do município de

Cáceres/MT, constitui fundamento para o desenvolvimento deste trabalho, visando uma prática social preservacionista.

3.2.3 – Objetivos

- Compreender a importância do patrimônio cultural representado pelo porto;
- Perceber a dimensão tangível e intangível dos bens afeitos ao porto, tanto materiais, constituídos pelas próprias edificações, quanto imateriais, existentes na memória coletiva.

3.2.4 – Habilidades

- Exercitar o diálogo e a pesquisa como recurso de aprendizado;
- Utilizar-se de recursos da história oral como fonte de pesquisa;
- Perceber processos de seleção presentes na produção da memória;
- Aprender sobre os meios de transporte existentes à época da construção do porto;
- Sistematizar os resultados na forma de texto escrito e texto visual, possibilitando compor elementos para um jogo de memória e uma exposição sobre pontos históricos do município de Cáceres/MT.

3.2.5 – Desenvolvimento

Esse trabalho foi pensado originalmente para turmas do 6º ano do ensino fundamental. Todavia, tendo a história local como metodologia, poderá ser adaptado para outras séries com relativa facilidade.

Tendo em vista se tratar de um trabalho a campo com alunos do ensino fundamental, é necessária a autorização por escrito dos responsáveis, além de providências relativas ao deslocamento ao local escolhido, parada para descanso e lanche. O tempo reservado para as atividades deve abranger todos esses pormenores, somados à atividade-fim, propriamente. O nosso planejamento prevê um tempo de visita em média de duas horas e meia no turno do aluno, considerando a relativa proximidade entre a escola e o lugar da pesquisa.

A princípio, foi feita uma sondagem sobre o conhecimento prévio dos alunos a respeito do cais do porto, visando descobrir se os mesmos já ouviram falar sobre a importância do local para o desenvolvimento da economia municipal. O assunto foi levantado, solicitando, inicialmente, que os educandos procurassem informações junto a parentes e conhecidos que tenham vivido no período de funcionamento do porto. Para tanto, foram formuladas algumas questões, a serem respondidas por tais pessoas:

- Como era o transporte de bens e pessoas antes da existência das rodovias?
- Como se deu a construção do cais do porto, e quem foram os responsáveis?
- Quais as embarcações mais importantes que faziam o transporte fluvial de mercadorias?
- Quando o cais do porto deixou de ser usado para seu propósito, e quais as principais razões para isso?

Os alunos foram orientados a procurarem informações a essas questões e a outras perguntas que surgirem, tanto junto a pessoas mais idosas quanto em fontes materiais. A professora regente da oficina disponibilizou trechos de documentos pesquisados no arquivo público da Secretaria de Esportes e Cultura do Município, bem como informações acerca dos questionários a serem trabalhados. Além disso, foi realizada pesquisa em acervos pessoais de fotografias, disponibilizadas na Internet, as quais poderão ser importante subsídio para compreender tanto a forma das edificações do porto quanto as movimentações de pessoas e mercadorias.

Dessa forma, além dos questionamentos levantados em sala, os alunos também anotaram as dúvidas e curiosidades que lhes ocorreram no desenvolvimento do trabalho, buscando respostas e compartilhando com os demais, valorizando suas próprias observações.

3.2.6 – Produtos da pesquisa

Após a realização das atividades propostas, os alunos fizeram uma exposição dos resultados, trazendo os elementos colhidos, reunindo fotografias para comparar as transformações sofridas pelo cais do porto durante o

decorrer do tempo, associando, a cada imagem, o texto correspondente, de modo a propiciar informações sobre cada fato apresentado.

Outra atividade desenvolvida compreendeu a montagem de um “jogo de memória”, utilizando as imagens de elementos visualizados durante os trabalhos, de forma que o aluno seja capaz de relacionar o contexto histórico à imagem apresentada. Esse jogo utilizou recursos simples de impressão, possibilitando sua fácil reprodução, permitindo que faça parte dos recursos didáticos do professor.

3.2.7 – Avaliação

Ao término de todas as atividades, os alunos foram convidados a produzirem um texto ilustrado, relatando a trajetória do cais do porto. Foi promovida a divisão dos assuntos para que grupos diferentes se responsabilizassem pela redação, aglutinando-a ao final em texto único; além disso, foram oferecidas outras possibilidades de apresentação dos resultados obtidos pelos alunos, tais como a apresentação de peça teatral tendo como tema a trajetória histórica do cais do porto – sem deixar de considerar eventuais sugestões dos educandos.

3.2.8 – Sugestões de atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano

Uma ideia para a apresentação dos resultados é a possibilidade de exposição à comunidade, para que as informações não fiquem restritas ao âmbito escolar. Assim, poderão ser delimitados locais e horários nos quais haverá disponibilidade dos resultados ao público em geral, a exemplo da própria Praça Barão do Rio Branco (de fronte ao cais do porto), convidando o espectador a uma reflexão frente à trajetória histórica do cais.

A exposição em tela também poderá ser realizada durante os eventos relativos ao aniversário do município, no mês de outubro, envolvendo a comunidade escolar.

3.3 – Relatos da Experiência Didática

Desenvolvemos os trabalhos referentes à preparação da oficina acerca do Cais do Porto Mário Correia em três momentos (aulas) distintos, distribuídos em três semanas.

Nos dias 13 e 14 de junho de 2018, num total de 03 (três) horas-aula, fizemos a apresentação e contextualização do Centro Histórico de Cáceres/MT. O texto “Transformações e permanências”, do livro didático “Vontade de Saber História”[47], do 6º ano, que já era conhecido dos alunos, foi utilizado, para analisarmos duas fotografias do Viaduto do Chá, em São Paulo, uma do início do século XX e outra de 2011.

A partir dessas imagens, começamos a apresentar para os educandos a evolução das cidades, utilizando os conceitos de transformação e permanência, e automaticamente os alunos foram citando coisas antigas da nossa cidade, nos dando a oportunidade de distribuir um texto que, de forma resumida (duas laudas), conta a história da cidade.

Pedimos que os alunos fizessem uma leitura individual do material impresso (atividade que restou dificultosa a alguns educandos, os quais chegaram ao 6º ano com bastante limitação na leitura). Na sequência, realizamos uma leitura dirigida, enfatizando os principais momentos históricos (ano de fundação, escolha do nome, quem foi o fundador, motivos para fundação da vila, dentre outros).

Para cada assunto apresentado, disponibilizamos alguns minutos para discussão, momento bastante produtivo, pois mesmo quando os alunos desconheciam o assunto tratado, fizeram perguntas que nos possibilitaram um maior aprofundamento na história local.

Nos dias 20 e 21 de junho, principiamos os trabalhos abordando o processo de tombamento do Centro Histórico de Cáceres/MT, pois os alunos já conheciam parte da história da cidade e tinham noção da importância histórica da mesma para a consolidação de parte do território brasileiro, diante de sua localização geográfica na fronteira oeste do país (assunto trabalhado na semana anterior).

Foram apresentados slides contendo inúmeras imagens do que seriam as mudanças ocorridas no Centro Histórico, além de pontos que permaneceram praticamente intocados, até chegarmos a uma seleção de fotos antigas e atuais do Cais do Porto Mário Correia. Nesse momento, aprofundamos as discussões

[47] PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado, e GRINBERG, Keila. Vontade de Saber História, 6º Ano. São Paulo: FTD, 2015.

e realizamos atividades específicas, conforme consta na proposta de oficina já apresentada.

Os alunos demonstraram admiração diante do fato de o Rio Paraguai ter sido fator determinante para a fundação da Vila Maria do Paraguai, e mais ainda ao saberem do grande fluxo de pessoas e mercadorias que acorriam à região, em sua maior parte passando pelo cais do porto.

Fizemos a leitura de um trecho do artigo “Anjo da Ventura: A cidade e o Espelho”, de Montecchi e Montecchi (2011) sobre o navio Etrúria, ao que os alunos ficaram entusiasmados. Ressaltamos que, na época áurea do cais do porto, não existiam televisão, celulares e Internet, de modo que os alunos percebessem a dimensão do que significava para a cidade e para a vida das pessoas o momento de chegada ou partida de uma embarcação.

Conforme se extrai do referido artigo:

> [...] O vapor *Etrúria* [...] se tornou um ícone do transporte de passageiros e cargas – com destaque para a seringa fina defumada e seringa pura – na bacia do rio Paraguai, estabelecendo regularmente a rota Cáceres-Corumbá-Cáceres. O navio *Etrúria* ainda está muito vivo no imaginário dos habitantes mais antigos de Cáceres, a sua chegada ao Cais do Porto reunia todas as classes da sociedade, Dona Feliciana de Oliveira Montecchi com 78 anos lembra: *(...) ainda ouço o Etrúria apitar no Porto de Cáceres, quando da sua chegada ou partida, a banda de música, o foguetório, era uma festa linda... as pessoas corriam para o cais do porto para saber das novidades que chegavam.*
>
> Para acumular riquezas e poder social, José Dulce transformou os conhecimentos sobre a região do Prata, adquiridas em sua itinerância comercial seguindo as tropas em combate durante a Guerra do Paraguai, em fonte fundamental que lhe valeram oportunidades de negócios e lucros,com a abertura da navegação do Rio Paraguai e fundamentalmente, com a isenção de impostos de exportação da zona de livre comércio instalada no porto de Corumbá pelo Governo Imperial.
>
> Através de iniciativas comerciais de feições monopolistas, dentre as quais, a casa comercial *Ao Anjo da Ventura* e o vapor *Etrúria*, Cáceres mantinha estreitas relações comerciais com Porto Alegre, Santos e Rio de Janeiro e também recebia todo tipo de artigos importados de Europa o que a transformou no final do século XIX e primeiras décadas do século XX numa cidade à feição das cidades modernas, no que diz respeito aos padrões de ocupação e desenvolvimento urbanístico e de crescente desigualdade social.

A partir do trecho citado, pudemos apresentar mais informações aos educandos acerca das atividades comerciais desenvolvidas em Cáceres/MT no

final do século XIX e início do século XX, e também ouvir questionamentos e curiosidades.

A aula campo que seria realizada na semana seguinte não pôde acontecer, devido a uma paralisação dos profissionais da escola, os quais reivindicavam algumas providências imediatas da SEDUC/MT.

Demos continuidade ao trabalho com os educandos no dia 19 de julho de 2018, o que de certo modo prejudicou o ritmo dos trabalhos, pois a aula campo sobre educação patrimonial fazia parte da sequência metodológica que havíamos traçado para o fechamento da oficina.

Todavia, a visita ao Centro Histórico foi produtiva e agradável. O percurso que desenvolvemos, saindo a pé da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes até o ponto de fundação da então Vila Maria do Paraguai, em 1778 – e onde está situado o Cais do Porto Mário Correia, a Praça Barão do Rio Branco e a Catedral de São Luiz – é relativamente curto. Além disso, durante o trajeto, paramos diante de várias construções tombadas individualmente pelos órgãos de proteção municipal e estadual, e que também fazem parte do conjunto urbanístico e paisagístico de Cáceres/MT, tombado pelo IPHAN em 2010.

Desse modo, durante o trajeto até o Centro Histórico, já foi possível trabalharmos com os educandos os diferentes estilos arquitetônicos empregados nessas construções, conforme se observa nas imagens abaixo:

Figura **13**

Construção em tipologia Colonial, bastante degradada. Acervo Rejane Ditz.

Figura **14**

Acervo Rejane Ditz.

Durante o percurso, constatamos a existência de várias edificações em mau estado de conservação, outras em obras, contendo tapumes, ou ainda interditadas. Comentamos com os educandos acerca das restrições relacionadas à reforma ou alteração nos imóveis protegidos pelo tombamento.

Figura **15**

Edificação interditada, em avançado estado de deterioração. Arquivo Rejane Ditz.

Quando chegamos à Praça Barão do Rio Branco, vários alunos lembraram da aquarela representativa da Vila Maria do Paraguai, nos possibilitando iniciar o diálogo a partir da referida imagem.[48]

Diante da Catedral de São Luiz, destacamos, dentre outros aspectos, sua arquitetura, as dificuldades encontradas para a execução da edificação, seja de ordem técnica ou econômica, e demos ênfase para a presença e localização de uma igreja católica em uma vila colonial portuguesa.

Figura **16**

Catedral de São Luiz. Acervo Rejane Ditz.

Na sequência fizemos a contemplação do Marco do Jauru, situado em frente à catedral. Contextualizamos os fatos históricos referentes a esse monumento, relembrando a sequência de eventos importantes relacionados a esse marco histórico – Tratado de Madri (1750); o assentamento do marco na

[48] Aquarela apresentada na página 37.

foz do Rio Jauru (1754); o traslado para a cidade de Cáceres (1865); o ano do tombamento (1978), dentre outros.

Figura **17**

Marco do Jauru. Acervo Rejane Ditz.

Por fim, fomos até o Cais do Porto Mario Correia, expusemos os traços arquitetônicos empregados em sua amurada, e fizemos um paralelo entre os elementos remanescentes do cais e o que existia no seu apogeu, aproveitando que os educandos já haviam visto fotos tiradas do local à época de franca atividade portuária. A aula a esse respeito foi bem produtiva, pois surgiram diversos questionamentos acerca das mudanças operadas no porto ao longo do tempo, comparadas a seu projeto inicial.

Quando retornamos à escola, os alunos expuseram livremente suas impressões acerca da aula, tendo como única regra seguir a sequência das anotações, ou seja, dos monumentos visitados.

No dia seguinte (20/07/2018), durante uma hora-aula, finalizamos a oficina, com a produção de um texto pelos alunos, no qual as anotações individuais foram compartilhadas para que todos – notadamente os que mais tiveram dificuldades para anotar as informações apresentadas durante o percurso histórico – pudessem enriquecer seu texto.

Nesse aspecto, necessário lembrar que o trabalho foi desenvolvido com uma turma de 6º ano, ainda em processo de desenvolvimento da leitura e escrita, e que alguns desses alunos ainda apresentam um atraso significativo no que tange à produção de textos coerentes e coesos, necessitando de auxílio do professor.

Todavia, essas características não impedem o desenvolvimento das atividades relativas à educação patrimonial, pois os educandos participam e interagem de forma bem mais produtiva quando lhes são disponibilizadas aulas diferenciadas (como as atividades fora do espaço escolar). Nessa linha, o resultado que constatamos ao trabalharmos com a visita ao Centro Histórico foi que todos os educandos – independentemente do grau de aquisição do processo de leitura e escrita – conseguiram desenvolver a atividade proposta, demonstrando sua compreensão, principalmente, por meio da oralidade.

A aula campo desenvolvida com os alunos do 6º ano teve o objetivo de registrar, explorar e dar significado aos monumentos históricos que compõem o patrimônio cultural do Centro Histórico de Cáceres/MT, contribuindo para a produção de saberes, que levem o educando a entender o mundo social no qual está inserido. Para alcançar esse objetivo, tiveram grande importância as metodologias do estudo do meio e da educação patrimonial.

Pacheco (2017, p. 80) nos assegura, com base em experiências que desenvolveu com diferentes faixas etárias e graus de escolaridade, que as referências metodológicas do estudo do meio e da educação patrimonial em projetos nos quais o autor participou com ensino fundamental, médio e superior, “são aplicáveis a grupos de qualquer idade ou nível de escolarização, não se constituindo em atividade lúdica, voltada apenas aos menores, ou de

uma investigação por demais complexa, sendo indicada apenas para os maiores.”

Dessa forma, essas referências metodológicas de ensino nos orientam sobre como desenvolver uma atividade pedagógica que possibilite maior interação entre o objeto de estudo e os educandos, bem como, na ampliação de saberes e formação de identidades culturais.

Assim, a problemática que apontamos na introdução da dissertação, referente ao “distanciamento” existente entre a comunidade e o Centro Histórico de Cáceres/MT, pode ser amenizado através de atividades metodológicas de educação patrimonial, possibilitando aos educandos o conhecimento histórico do patrimônio cultural da cidade, em especial do Centro Histórico, tornando-os agentes históricos de sua comunidade, através do conhecimento, pertencimento e preservação.

3.4 – Produto – Jogo de Memória “Dobradinha Histórica”

Entendemos que os jogos podem ser empregados como mediadores da aprendizagem, auxiliando no desenvolvimento cognitivo. Nosso objetivo é, a partir do caráter lúdico do jogo – o qual possibilita a interação entre os educandos sem qualquer viés impositivo – levar aos alunos informações sobre o patrimônio cultural de Cáceres/MT.

Marcello Paniz Giacomoni nos afirma que um jogo em sala de aula pode ir além de objetivos simplesmente didáticos. Segundo o autor,

> O jogo é uma via de equilíbrio! Equilíbrio entre o sério e a brincadeira, entre as regras e o acaso, entre os objetivos pedagógicos e o desejo do aluno, entre a indução do professor e a liberdade dos alunos. (GIACOMONI, 2013, p. 141).

Nessa linha, entendemos que o jogo de memória que criamos constituirá importante ferramenta pedagógica, mais atrativa ao educando do que a metodologia tradicional, centrada na figura do professor e baseada, por vezes, unicamente no livro didático.

Nesse mesmo entendimento, Fernando Seffner (2013) também demonstra a necessidade de se procurar subsídios, que vão além das ferramentas tradicionais, visando otimizar a apreensão do conhecimento. Para esse autor,

> o ensino de história não pode estar preso a um livro didático, e funciona em forte articulação com as demandas do tempo presente. Este ensino precisa trazer também a marca de intensa autonomia intelectual do professor, que elabora atividades e vai com isso montando seu programa, o que significa que vai expressando seu modo de entender a história (SEFFNER, 2013, p. 32).

Para a construção de nosso jogo de memória, batizado de “dobradinha histórica”, elegemos 22 (vinte e dois) elementos de importância histórico-cultural para o município de Cáceres/MT, contidos, em sua maioria, no patrimônio cultural material. Reunimos imagens de cada um desses elementos, dispostos individualmente em cartas semelhantes às de baralho, com a imagem impressa em uma das faces. Após, textualizamos breves definições para cada imagem, contendo informações suficientes para levar à respectiva identificação, e as inserimos em número igual de cartas, semelhantes às primeiras.

Dessa forma, o jogo é composto por 44 cartas (constantes do Anexo 07, fl. 114), metade delas com imagens, e o restante, com as definições dessas imagens. Antes de iniciar o jogo, é interessante mostrar todas as cartas aos alunos, e discutir com os mesmos quais detalhes nas cartas de definição servirão para facilitar a identificação da respectiva imagem. As cartas com fotos contêm a denominação da imagem, de modo a afastar qualquer dúvida.

3.4.1 – Regras estabelecidas para o jogo

Dentre as formas possíveis de jogar, elegemos duas, com graus de complexidade diferentes.

A primeira modalidade é adequada aos alunos do 9º ano/ensino médio. O jogo é pensado para ser jogado em dupla. Devidamente embaralhadas as cartas, misturando-se todas as 44, são colocadas na mesa, com as faces voltadas para baixo, distribuindo-se seis cartas a cada jogador. Caso haja algum par combinado já nessa primeira distribuição de cartas, o jogador, ao formá-lo, já pode expô-lo na mesa imediatamente.

Uma vez exposto o par *imagem-definição*, o oponente deverá supervisionar a jogada, a fim de se certificar de que a combinação está correta. Caso o par não seja real, o oponente poderá utilizar quaisquer das cartas, ou mesmo ambas, para formar pares com as cartas que lhe pertencem, o que

obriga o autor da jogada irregular a “comprar” novas cartas, em número igual às utilizadas pelo oponente. Caso contrário, deverá recolher à mão o par indevidamente constituído.

Como penalização para o jogador que expor à mesa um par incorreto, ficará uma rodada sem jogar, de modo que o oponente poderá comprar duas vezes seguidas, aumentando suas chances.

O jogo se desenvolve com cada jogador comprando uma carta por vez, e descartando na mesa, com a face voltada para cima, no “lixo”, uma carta que não lhe sirva. O oponente pode resgatar essa carta para si, caso queira, em vez de adquirir nova carta. Os jogadores também podem trocar cartas entre si, desde que desconhecido o conteúdo de ambas – troca cega.

Ganha quem conseguir zerar as cartas primeiro, ou, alternativamente, quem concluir o maior número de pares, caso algumas combinações fiquem pendentes. Na hipótese de empate entre o número de pares formados, e permanecendo cartas nas mãos dos jogadores, o vencedor é quem tiver o menor número de cartas na mão.

Uma regra comum a qualquer das modalidades obriga o jogador, ao descartar uma carta, ler, em voz alta, o conteúdo da mesma, para que todos fiquem cientes de que a referida carta já estará fora do jogo, caso não seja escolhida pelo oponente naquele momento. Não é permitido resgatar cartas de rodadas anteriores.

Dessa forma, os jogadores deverão ficar atentos ao que já está descartado, para evitar manterem em suas mãos cartas que já não podem resultar em pares perfeitos.

A segunda modalidade, pensada para os alunos do 6º/7º anos, é jogada separando-se as cartas por categorias: um monte com as imagens e outro com as definições, ambos com as faces voltadas para a mesa. Distribuem-se três cartas de cada monte para cada jogador. O objetivo, da mesma forma, é compor pares imagem/definição. Todavia, nessa modalidade, há a garantia de que o jogador terá, em suas mãos, obrigatoriamente números iguais de imagens e textos.

Distribuídas as cartas, os jogadores podem expor na mesa, de imediato, eventuais pares que tiverem. A seguir, um deles começa, “comprando” uma carta do monte que preferir. Adquire uma carta e descarta outra, observando

que o descarte, obrigatoriamente, recairá sobre carta da mesma categoria à qual pertence a carta adquirida (ou seja, comprou imagem, descarta imagem, e assim por diante). Isso garante número fixo igual para ambas as categorias, simplificando a finalização, tendo em vista que a aleatoriedade entre as categorias, verificada na primeira modalidade de jogo, acaba aumentando o grau de dificuldade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não possui qualquer pretensão de esgotar o tema proposto – Patrimônio Cultural/Educação Patrimonial –, alterar ou interferir, de plano, nos processos que visam conferir especial proteção ao patrimônio cultural. Todavia, vislumbramos possibilidades de conferir aos educandos novos olhares sobre as potencialidades que estão ao seu alcance, dando a conhecer aos mesmos a necessidade da preservação desse patrimônio. Somente a partir daí, nascem pretensões de contribuir para a preservação, pela força transformadora da Educação Patrimonial.

Durante a pesquisa e escrita, e principalmente no momento da prática pedagógica, foi possível constatar que, de fato, existe um distanciamento entre os educandos e o patrimônio cultural, corporificado, principalmente, nos bens que compõem o Centro Histórico de Cáceres. Esse distanciamento ficou perceptível tanto pelo desconhecimento verificado em relação à própria história da cidade, quanto à importância dos bens em questão para a preservação da memória.

Constatamos também que, de certa forma, os alunos não se sentem representados por esse patrimônio, boa parte do qual, muito embora esteja à vista de todos, é intangível à maioria das pessoas, seja porque composto de bens particulares, seja pelo desconhecimento até mesmo dos estilos arquitetônicos e materiais empregados nas construções. Observamos que o patrimônio está visível, mas é como se inexistisse: uma fachada moderna, erguida irregularmente em meio ao espaço tombado, parece chamar mais à atenção.

Concomitantemente ao desconhecimento, verificamos a existência de diversos bens, notadamente imóveis, acobertados pelo tombamento, mas que se encontram em ruínas, oferecendo inclusive perigo aos transeuntes. Isso cria um sentimento de abandono e descaso pelo patrimônio público, e acaba por ensejar a ideia de que aquele patrimônio está impedindo a marcha do progresso, na medida em que não é permitida sua destruição/demolição para dar lugar a edificações modernas.

Todavia, ao trabalharmos a educação patrimonial com os alunos, foi possível constatar uma boa recepção ao tema exposto. Ao transpormos os limites da sala de aula, perfazendo um roteiro histórico pela cidade, apresentando os fatos históricos diante dos elementos concretos, vimos que as informações deixaram de ser mero relato, passando a conter novas significações.

Para Marlene Cainelli e Flávio Batista dos Santos (2014, p. 163), “a relação existente entre o estudante e o fato, por consequência da proximidade, torna o ensino de história local como um fator de relevância significativa no que diz respeito ao ensino da disciplina de história.” Essa relevância nós pudemos constatar durante a aula campo, transparecendo inclusive na motivação dos educandos.

A pesquisa realizada demonstrou que a utilização do percurso histórico nas aulas constitui uma importante ferramenta metodológica a ser largamente empregada como recurso didático, tanto se apropriando das metodologias afeitas à educação patrimonial, quanto à história local. Estas, no caso de Cáceres/MT – por ser uma cidade histórica –, podem se fundir em um único trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A Emergência do Patrimônio Genético e a Nova Configuração do Campo do Patrimônio. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Qual o valor da história hoje? / Márcia de Almeida Gonçalves ...[et al.], organizadoras. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BAPTISTA, Martha. Cantos de amor e saudades: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

BARROSO, Vera Lucia Maciel... [et al.] (org). Ensino de história: desafios contemporâneos. – Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

BITTENCOURT, Circe. Livros Didáticos entre Textos e Imagens. In: O saber histórico na sala de aula/Circe Bittencourt (org). São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Ensino de História: Fundamentos e Métodos.4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília: MEC/SEF. In: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf

CAINELLI, Marlene, e **SANTOS**, Flávio Batista dos. O Ensino de História Local na Formação da Consciência Histórica: Um Estudo com Alunos do Ensino Fundamental. *In:* Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Curitiba, v. 9, n. 21, P.158-174 jan./abr. 2014.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Império Português: O Marco de Jauru e a povoação fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, século XVIII. In: História e Memória: Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). Cáceres: Editora Unemat, 2011.

FLORÊNCIO, Sonia Rampim *et al.* Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos – IPHAN, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas/SP: Papirus, 1993.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História & ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. De vila a cidade: Impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da fronteira oeste.

In: História e Fronteira/ Domingos Savio da Cunha Garcia e Paulo Celso Miceli (Organizadores) Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014.

GIACOMONI, Marcello Paniz. Construindo jogos para o Ensino de História. *In:* GIACOMONI, Marcello Paniz, e PEREIRA, Nilton Mullet (org.). Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

GIACOMONI, Marcello Paniz, e **PEREIRA**, Nilton Mullet (org.). Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

GIL, Carmem Zeli de Vargas, e **WERLE**, Bibiana. Jogos, patrimônio cultural e ensino de história. Revista do Centro de Educação UFSM, v. 41, n. 3, set./dez. 2016.

GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas/SP: Papirus, 2012.

GRINBERG, Keila; **LAGÔA**, Ana Maria Mascia, e **GRINBERG**, Lúcia. Oficinas de História; projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; **GRUNBERG**, Evelina & **MONTEIRO**, Adriane Queiroz. Guia Básico da Educação Patrimonial. MUSEU IMPERIAL / DEPROM - IPHAN – MINC, 1996.

LACERDA, Rubens Gomes. Instantâneo Histórico de Cáceres. In: História e Memória: Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). Cáceres: Editora Unemat, 2011.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais./Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

MENDES, Luís César Castrillon. Entre Memórias Esquecimentos: o Marco do Jauru e seus translados pela Fronteira Oeste. In: História e Fronteira/ Domingos Savio da Cunha Garcia e Paulo Celso Miceli (Organizadores) Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014.

MENDES, Marcos Amaral. História e Geografia de Mato Grosso. Cuiabá: Cafarnaum, 2015.

MONTECCHI, Acir Fonseca, e **MONTECCHI**, Inêz Ap.ª Deliberaes. Anjo da Ventura: A cidade e o espelho. In: História e Memória: Cáceres. CHAVES,

Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). Cáceres: Editora Unemat, 2011.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, p. 143-162.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. In: Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 29 - Bens Culturais e Ambientais.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: O saber histórico na sala de aula/Circe Bittencourt (org). São Paulo: Contexto, 2009.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percurso Docente. Jundiaí/SP: Paco, 2017.

PESAVENTO, Sandra. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In: Cadernos da LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Disponível na Internet: https://periodicos.ufpel.edu.br.ojs2/index,php/lepaarq/article/view/893

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org). Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

PINHO, Rachel Tegon de. Cáceres: Olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres. In: História e Memória: Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). Cáceres: Editora Unemat, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REZNIK, Luís. História local: pesquisa, ensino e narrativa. In: I Encontro de História do Vale do Paraíba Fluminense, 2008, Vassouras - RJ. I Encontro de História do Vale do Paraíba Fluminense - Relatório de Atividades. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva/ Instituto Cultural Light, 2008. p. 49-53.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Tese sobre o itinerário da historiografia do século XX: Uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir & ROJAS, Carlos Aguirre (org). Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos [*et al*.] (org). Caixa da história: São Gonçalo: guia do professor. Niterói : Imprinta Express, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização. In: ABREU, Regina.

CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Camila Henrique. Educação Patrimonial: Uma ação institucional e educacional. *In*: Patrimônio: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: Uma proposta de periodização. Revista História da Educação – RHE. Porto Alegre, v. 16, nº 37, Maio/ago. 2012, p. 73-91.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & **CAINELLI**, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? *In*: GIACOMONI, Marcello Paniz, e PEREIRA, Nilton Mullet (org.). Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SILVA, Marcos A. da. História: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

THEODORO, Janice. Memória e Esquecimento. Texto publicado na Revista de Divulgação Cultural, Blumenau, vol. 13, n. 44, p. 63-69, julho-agosto de 1990.

TOLENTINO, Átila Bezerra (org). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? In: Revista Confluências Culturais, V. 5, n. 2, setembro de 2016.

ZANIRATO, Silvia Helena & **CAVICCHIOLI**, Andrea. Estratégias de Conservação do Patrimônio Cultural Material. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, V. 3, n. 8, Jan./Jun./ 2013.

DISSERTAÇÕES E TESES

ARRUDA, Adson de. Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A Cidade de Cáceres nas Primeiras Décadas do Século XX (1900-1930). Dissertação de Mestrado em História, Cuiabá: 2002.

ARRUDA, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de

preservação/ Renato Fonseca de Arruda – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português: A Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2008.

COSTA, Gerson Eduardo da. A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2016.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado na fronteira 1778-1801. 2003. 141 f. Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS, Cuiabá, 2003.

MENDES, Luís César Castrillon. "Logo que o seu cofre proporcione esta despesa": A construção da narrativa didática nacional nos manuais de História do Brasil adotados no Colégio Pedro II (1838-1898). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2016.

PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento : de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2009.

FONTES

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm

http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3160 - 02/01/2018

http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/296?eFototeca=1

http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover

http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf

FONTES DAS IMAGENS UTILIZADAS NO JOGO

1 - https://maismirassol.files.wordpress.com/2012/10/caceres-mt-rio-paraguai.jpg

2http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=35294&noticia=inauguracao_da_catedral_de_caceres_completa_50_anos_hoje

3 - http://www.caceres.mt.gov.br/Noticia/5059/prefeitura-apresenta-hoje-24-para-camara-projeto-sorriso-no-campo#lg=1&slide=0

4 - http://escolaesperidiaomarques.blogspot.com/2014/08/escola-estadual-esperidiao-marques.html

5 - http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/05/patrimonio-historico-cultural-de-caceres-mt-esta-orfao-aponta-mpf.html

6 - http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=4657

7 - https://mapio.net/pic/p-47004870/

8https://plus.google.com/photos/112628473731867154532/album/6441721718380292289/6441721718628453202?authkey=CIjO9evPuZ23ag

9 - http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=3649

10 - http://caceresPatrimonio.blogspot.com/2013/07/caceres-e-seus-estilos-arquitetonicos_7710.html

11http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produtopdf/0002762013173958.pdf

12 - http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=3639

13http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produtopdf/0002762013173958.pdf

14 - http://www.zuccaratto.jor.br/blogs/turismo-e-cia/cidade-de-caceres-novo-polo-de-turismo-cresce-no-oeste-do-estado-de-mato-grosso/

15http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/og/1/materia/372205/t/orla-do-rio-paraguai-pode-ser-revitalizada-em-cuiaba

16 - http://caceresPatrimonio.blogspot.com/2013/07/

17 - **MORAES**, Maria de Fátima Mendes Lima de. Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado na fronteira 1778-1801. 2003. 141 f. Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS, Cuiabá, 2003, p. 76.

18http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=35269&noticia=prefeitura_de_caceres_aguarda_liberacao_do_iphan_para_reformar_predio_historico

19 - http://historiografiamatogrossense.blogspot.com/2011/01/antigos-saladeiros-contam-historia-do.html

20 - https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303362-d2414652-i55652884-Marco_do_Jauru-Caceres_State_of_Mato_Grosso.html

21https://www.facebook.com/photo.php?fbid=851715811533503&set=a.851712794867138&type=3&theater

22 - https://mapio.net/pic/p-120669299/

ANEXO

Anexo 1 - Termo de Fundação do Novo Estabelecimento a que mandou proceder o Ilmo e Exmo Sr. Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, Governador e Capitão-General desta Capitania de Mato Grosso denominada Vila Maria do Paraguai.[49]

Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de 1778 aos 6 dias do mês de outubro do dito ano, neste Distrito do Rio Paraguai, e margem Oriental dele no lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue ao Cuiabá desde Vila Bela, sendo presente o tenente de dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por ele foi dito que tinha passado a este dito lugar, por ordem do Ilmo e Exmo. Sr. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; governador e capitão-general desta Capitania de Mato Grosso para com efeito fundar, erigir e consolidar uma Povoação civilizada aonde se congregasse todo o maior número de moradores possível compreendidos todos os casais de índios castelhanos proximamente desertados para estes Domínios portugueses da Província de Chiquitos, que fazem o número de 78 (setenta e oito) indivíduos de ambos os sexos a que juntando se todo o outro número das mais Pessoas congregadas para o dito fim faz o total de 161 (cento e sessenta e um) indivíduos de ambos os sexos; cuja Povoação segundo as ordens do dito Senhor. se denominará de hoje em diante em obséquio ao Real Nome de Sua Majestade de Vila Maria do Paraguai esperando – se que de semelhante Estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao Real Serviço e comodidade Pública; e porque suposto o Plano do terreno para a dita Vila se acha com alguma disposição para continuar a fundar-se com regularidade; contudo como alguns dos alinhamentos não estão conformes ao projeto da boa Policia como deveriam ser determinou ele o dito Tenente a todos os moradores em nome de S. Exa., que deixando de fazer mais algum beneficio a várias Cabanas existentes, só nelas assistissem enquanto se fabricavam casas no novo arruamento que lhe fica prescrito, e batizado por ele Tenente com marcos sólidos de pau de lei; sendo obrigados a não excederem nem diminuírem a dita construção na altura de 14 palmos de pé direito na frente de todas as casas que se levantarem e 24 palmos de altura no Cume: outrossim determinou que precisamente chamariam para regular os dito pés direitos ao carpinteiro João Martins Dias, e na falta deste, outro algum inteligente no ofício a fim de conservar sem discrepância segundo o risco a largura de 60 palmos de ruas que estão assinadas por ele dito Tenente; cuja atualmente demarcadas, e balizadas terão os seguintes nomes a saber a primeira contando do norte, rua

[49] - Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. Fundo Documentos avulsos sobre Mato Grosso, caixa 18, Nº 1162. NDIHR/FUFMT. In: MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado na fronteira 1778-1801. 2003. 141 f. Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS, Cuiabá, 2003.

d´Albuquerque, a imediata para o sul, rua de Melo, as quais ambas vão desembocar na praça e cada uma delas faz face a mesma do norte e do sul; assim como também as travessas de 30 palmos que dividem os quartéis das ditas ruas, e se denominarão estas travessas, a primeira contando do poente para o nascente, travessa do Pinto, e a que se segue contando também para o nascente, travessa do Rego e no alto da praça da mesma banda do nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e travessas ditas com 360 palmos cujo número tem também as mais quadras poderão os moradores erigir a sua Igreja por ficar a porta principal dela para o poente como determinam os rituais; e o mais terreno desta frente da praça por agora se não ocupará em casas, deixando-o livre para as do conselho, e cadeia quando se deverem fabricar. Cada morada dos ditos povoadores não terá mais de cem palmos de comprimento para quintal que lhes ficam determinados para o centro de cada um dos quartéis. O que tudo assim executado pelo dito Tenente de Dragões na presença de todos os moradores mandou a mim Domingos Ferreira da Costa fiel deste Registro que servindo de escrivão fizesse este Termo para constar do referido, o qual assinou com as testemunhas seguintes, Leonardo Soares de Souza homem de negócio, Inácio de Almeida Lara, João Marque d´Avilla, Inácio José Pinto, Soldado Dragão, Manoel Gonçalves Ferreira, Soldado Dragão, Antonio Pereira de Matos; Antonio da Costa Rodrigues Braga; José Francisco; Agostinho Fernandes; Antonio Xavier de Moura; Antonio Teixeira Coelho; e eu Domingos Ferreira da Costa Fiel deste Registro que escrevi o Tenente de Dragões Comandante Antonio Pinto do Rego e Carvalho, Leonardo Soares de Souza, Inácio Jose Pinto, Manoel Gonçalves Ferreira, Antonio Pereira de Matos, Jose Francisco, Antonio da Costa Rodrigues Braga, Agostinho Fernandes, Antonio Xavier de Moura e Antonio Teixeira Coelho.

Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

Anexo 2 – Diário Oficial da União, de 31/08/2010 – Tombamento do Centro Histórico de Cáceres pelo IPHAN

EDITAL

NOTIFICAÇÃO A RESPEITO DO TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DO MATO GROSSO - Na forma e para os fins do disposto nos arts. 5º ao 10 do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 c/c o art. 15, parágrafo único, da Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986, o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, dirige-se a todos os interessados para lhes NOTIFICAR que está promovendo por meio do Processo n.º 1.542-T-07 (Processo n.º 01450.003851/2007-53), o tombamento do Conjunto Urbanístico e Paisagístico do Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso, em razão do seu elevado valor histórico, urbanístico e paisagístico, a ser inscrito nos Livros do Tombo Histórico; e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme poligonal de tombamento, a seguir descrita: "Percorrendo-se em sentido anti-horário, tem como ponto de partida a intersecção do prolongamento do eixo da Rua Tiradentes e a margem da Baía de São Luis de Cáceres (Ponto 01), inclusive seguindo pela linha dos fundos dos lotes da Rua Dr. Sabino Vieira até atingir a linha do fundo do lote de nº 342 (Ponto 02), de onde segue pela linha lateral deste mesmo lote, atravessando a Rua Sabino Vieira, que segue pela linha lateral do lote de nº 343 seguindo pela linha de fundo deste mesmo lote, até atingir pelo seu prolongamento da linha lateral do lote de nº 426 na Rua XV de Novembro, atravessando a Rua XV de Novembro, seguindo a linha lateral do lote de nº 427, até atingir a linha do fundo deste mesmo lote (ponto 03), inclusive seguindo pela linha dos fundos dos lotes da Rua XV de Novembro até atingir o eixo da Rua dos Operários, seguindo até a intersecção com o eixo da Rua XV de Novembro, inclusive seguindo por este eixo até atingir, pelo seu prolongamento, da linha lateral do lote de nº 394 na Rua XV de Novembro, de onde segue até atingir a linha do fundo do lote de nº 263 na Rua Dr. Sabino Vieira, inclusive seguindo pela linha dos fundos dos lotes da Rua Dr. Sabino Vieira até atingir a linha lateral do lote de nº 320 A na Rua XV de Novembro (Ponto 04), de onde segue pela linha dos fundos dos lotes da Rua Casal Vasco até atingir a linha lateral do lote nº 658 na Rua Comandante Baldoino, de onde segue pela linha lateral do mesmo lote, atravessando a Rua Cmte. Baldoino, até atingir a linha lateral do lote esquina de nº 04 (Casa de Jane Vanini), seguindo pela linha do fundo do lote nº 18 e de onde segue pela linha lateral do mesmo lote (Ponto 05), daí segue até sua intersecção com o eixo da Rua Coronel Ponce, inclusive seguindo por este eixo, até atingir pelo seu prolongamento, a linha lateral do lote de nº 17, continuando pela linha dos fundos dos lotes da Rua Comandante Baldoino, até sua intersecção com o eixo da Rua Tiradentes, daí segue por este eixo até atingir pelo seu prolongamento, a linha lateral do lote de nº 387 (Ponto 06), de onde prossegue até atingir a linha do fundo do lote de nº 322 na Rua 06 de Outubro, por onde segue pela linha dos fundos dos lotes desta mesma rua, até atingir a linha do fundo do lote de nº 470 na Rua General Osório, inclusive seguindo pela linha do fundo do lote de nº 470 A, continuando pela lateral deste mesmo lote até atingir o eixo da Rua General Osório, até alcançar pelo seu prolongamento, a linha lateral do lote de nº 352, inclusive seguindo pela lateral deste mesmo lote (Ponto 07), atravessando a Rua Tiradentes, de onde segue pela linha dos fundos dos lotes da Rua General Osório até atingir a linha lateral do lote de nº 436 (Vila São José), de onde segue até atingir o eixo da Rua Marechal Deodoro, inclusive seguindo por este eixo até atingir, pelo seu prolongamento, a linha lateral do lote de nº 384 (Casa de Luiz Ambrósio, Ponto 08), por onde segue pela lateral deste mesmo lote, até atingir a linha dos fundos dos lotes da Rua Coronel José Dulce, seguindo daí atingir pelo seu prolongamento o eixo da Rua Padre Casemiro (Ponto 09), seguindo por este eixo até sua intersecção com o eixo da Rua 13 de Junho, de onde segue por este até atingir, pelo seu prolongamento a lateral do lote de nº 389, atravessando a Avenida do Sangradouro, de onde segue até atingir a lateral do lote de nº 665 (Ao lado do antigo Hospital Santa Lucia, Ponto 10), de onde segue pela linha dos fundos dos lotes da Rua Riachuelo, de onde segue até atingir o eixo da Rua dos Caçadores, seguindo por este eixo, até atingir pelo seu prolongamento, a linha dos fundos dos lotes da Rua Riachuelo, atravessa a Rua da Maravilha, continuando pela linha dos fundos dos lotes da Rua Riachuelo, até sua intersecção com o eixo da Rua Campos Vidal, inclusive seguindo até intersecção com o eixo da Rua Riachuelo, de onde segue pelo eixo desta Rua, até atingir pelo seu prolongamento, a linha da lateral do lote de nº 01 da Rua Riachuelo (Antiga Casa da Daverom, Ponto 11), contornando este lote, até atingir a margem da Baía de São Luis de Cacares (Ponto 12), por onde segue pela extensão da mesma margem até atingir o ponto de partida da poligonal, na intersecção da margem da Baía de São Luis de Cáceres com o eixo da Rua Tiradentes."

A poligonal de entorno é assim delimitada: "Partindo-se do ponto localizado na intersecção da Margem do Rio Paraguai e o eixo da Rua Costa Marques (Ponto 01), seguindo pelo eixo da Rua Costa Marques até a sua intersecção com o eixo da Rua XV de Novembro (Ponto 02), daí seguindo pelo eixo da Rua XV de Novembro até sua intersecção com o eixo da Rua Voluntários da Pátria (Ponto 03), por onde segue até o encontro com o eixo da Rua Antonio João (Ponto 04), que segue pela mesma rua até a sua intersecção com o eixo da Rua Porto Carreiro (Ponto 05), seguindo por este eixo até atingir a intersecção com o eixo da Rua General Osório (Ponto 06), seguindo por esta até a sua intersecção com o eixo da Rua dos Operários (Ponto 07), segue pela Rua dos Operários até a intersecção com o eixo da Rua da Tapagem (Ponto 08), seguindo por esta rua até atingir o eixo da Rua 13 de Junho (Ponto 09), seguindo por este eixo até a intersecção do eixo da Avenida São João (Ponto 10), por onde pelo eixo desta avenida até a intersecção com o eixo da Rua São Jorge (Ponto 11), seguindo pelo eixo da Rua São Jorge até a intersecção do eixo da Rua Seputuba (Ponto 12), seguido por este eixo até a intersecção com o eixo da Rua São Pedro (Ponto 13), seguindo pela Rua São Pedro ao fim da mesma (Ponto 14), de onde segue para a coordenada geográfica 16°3'37.26"S e 57°41'33.04"O (Ponto 15), seguindo para a coordenada geográfica 16°3'54.97"S e 57°41'43.37"O (Ponto 16), seguindo até o ponto inicial desta poligonal, localizado na intersecção entre o eixo da Rua Costa Marques e a Margem do Rio Paraguai."

No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta notificação, assiste aos proprietários dos bens em comento a faculdade de anuir ou impugnar a iniciativa, após o que se prosseguirá na forma do disposto nos arts. 5º ao 10 do Decreto-lei n.º 25/37, combinado com o art. 1º, da Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975.

Outrossim, esta notificação tem por fim dar ciência da área de entorno definida para assegurar a ambiência do conjunto urbanístico e paisagístico do Município de Cáceres, Estado do Mato Grosso, que passa a gozar de proteção por meio do IPHAN, para os efeitos previstos notadamente nos arts. 17 e 18 do Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937.

Ressalte-se a necessidade de manifestação da Superintendência Estadual do IPHAN, situada na Rua Rua 7 de setembro, 390, Centro, Cuiaba - MT, CEP: 78.005 - 000, Telefones: (65) 3322-9904/ 3624-0399, para os processos de licenciamento envolvendo tanto os bens tombados como aquele(s) situado(s) em sua área de entorno.

AMPARO LEGAL: Art. 216, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988; Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937; Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986; Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975; Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei n.º 8113, de 12 de dezembro de 1990; Decreto n.º 6.844, de 7 de maio de 2009; Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CORRESPONDÊNCIA PARA: No caso dos proprietários dos bens em comento almejarem impugnar o presente tombamento, a impugnação deverá ser endereçada ao Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - SBN, Quadra 02, Edifício Central Brasília, 6º andar, Brasília, Distrito Federal - CEP: 70.904-040.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Instituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: nº. 01401.000333/2010-69 Termo de Cooperação Técnica. Aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2010, o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL/ MATO GROSSO DO SUL, na pessoa de sua representante legal, Sra. MARIA MARGARETH ESCOBAR RIBAS LIMA, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. 001097364 SSP/MS e inscrita no CPF sob o nº. 181.921.571-72, e o NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/MS, inscrita no CNPJ sob nº. 00.394.544/0185-56, com sede na Rua Jornalista Belizário de Lima, 236, Campo Grande-MS, neste ato representado pela Chefe do Serviço de Gestão de Pessoas JOSEFINA ROZANA CAIMAR, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. 018.923 SSP/MS, e inscrito no CPF sob o nº. 322.027.681-49, firmaram TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, que tem como objeto estabelecer parceria interinstitucional visando à avaliação médica pericial por Junta Médica dos servidores públicos federais, lotados no IPHAN-MS, na aplicação dos direitos legais concernentes as suas atividades laborativas, estabelecidas na Lei 8.112/90. PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente acordo vigorará pelo prazo do 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou revogado, de comum acordo entre as partes, de conformidade com o artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2010

A CPL da Superintendência do IPHAN no Parana informa o resultado do certame. Empresa vencedora: Emadel Engenharia e Obras Ltda. com proposta no valor de R$ 938.792,37.

MARINÊS DENCK
Presidente da CPL
Substituta

(SIDEC - 30/08/2010) 343026-40401-2010NE900088

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 7/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de mobiliário para o armazenamento do acervo do Centro de Documentação Ayrton Carvalho em Recife-PE. Total de Itens Licitados: 00004 . Edital: 31/08/2010 de 10h00 às 12h00 e de 13h às 17h00 . ENDEREÇO: Av. Oliveira Lima, nº 824 Boa Vista - RECIFE - PE . Entrega das Propostas: a partir de 31/08/2010 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br . Abertura das Propostas: 13/09/2010 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br

FREDERICO FARIA NEVES ALMEIDA
Superintendente

(SIDEC - 30/08/2010) 343026-40401-2010NE900088

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2010

Numero do Contrato: 9/2009. Nº Processo: 01512000233200941. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 93658334000138. Contratado : RAIMUNDO F BALDIN E CIA LTDA ME -Objeto: Aditar os serviços contratados para execução dos serviços adicionais no imóvel tombado denominado Casa Giacomo Gruzzana, localizado na Avenida dos Imigrantes 163, Antônio Prado/RS.Fundamento Legal: Parágrafo 1º do art. 65, da Lei 8666/93. Vigência: 28/08/2010 a 08/12/2010. Valor Total: R$86.335,76. Fonte: 100000000 - 2010NE900147. Data de Assinatura: 09/08/2010.

(SICON - 30/08/2010) 343026-40401-2010NE900088

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2010

Nº Processo: 01500002093201019. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 28591279000144. Contratado : ERICSON MARTINS ENGENHARIA LTDA -EPP. Objeto: Contratação de obras emergenciais da Igreja de N.Sr.do Bonfim e Igreja de Santa Luzia - Municipio de Angra dos Reis, de acordo com as disposições do edital e seus anexos, da proposta da Contratada e demais documentos que instruem o processo, os quais passam a fazer parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem efetivamente transcritos, conforme artigo55, Inciso XI da Lei 8.666/93. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Vigência: 30/08/2010 a 26/05/2011. Valor Total: R$392.470,00. Fonte: 100000000 - 2010NE900228. Data de Assinatura: 30/08/2010.

(SICON - 30/08/2010) 343026-40401-2010NE900088

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2010

Numero do Contrato: 14/2009. Nº Processo: 15100080 3/2009-13. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 10276237000153. Contratado : OCCA PROJETO E INCORPORAÇÃO S/S LTDA.. Objeto: Aditivo 03 ao contrato 14 2009 Fundamento Legal: Art. 57 parg. 1º, inciso II da Lei 8.666/93 Vigência: 22/11/2010 a 21/12/2010. Data de Assinatura: 16/08/2010.

(SICON - 30/08/2010) 343026-40401-2010NE900088

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 2/2010 publicado no D.O. de 30/08/2010 , Seção 3, Pag. 14. Onde se lê: Data de Assinatura:26/08/2010. Leia-se : Data de Assinatura:04/08/2010

(SICON - 30/08/2010)

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 748579/2010. Nº Processo: 01400008726201021. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DA CULTURA, Unidade Gestora: 340034, Gestão: 00001. Convenente : ASSOCIAÇÃO CRESCE - DF, CNPJ nº 08.466.173/0001-01. Valor Total: R$ 92.677,46, Vigência: 27/08/2010 a 30/12/2010. Data de Assinatura: 27/08/2010. Signatários: Concedente : HENILTON PARENTE DE MENEZES, CPF nº 116.878.943-53, Convenente : EDUARDO NASCIMENTO CAMPOS, CPF nº 484.075.181-15.

(SICONV - 30/08/2010)

Espécie: Convênio Nº 748760/2010. Nº Processo: 01400013673201060. Convenentes: Concedente : MINISTERIO DA CULTURA, Unidade Gestora: 420014, Gestão: 00001. Convenente : INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, PROJETOS E ESTUDOS MUN, CNPJ nº 07.790.103/0001-41. Valor Total: R$ 83.545,00, Vigência: 27/08/2010 a 30/12/2010. Data de Assinatura: 27/08/2010. Signatários: Concedente : HENILTON PARENTE DE MENEZES, CPF nº 116.878.943-53, Convenente : FRANCINETE DE OLIVEIRA RODRIGUES, CPF nº 466.920.963-91.

(SICONV - 30/08/2010)

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Convênio 744068/2010 -MINC/AD, processo nº 01400.004950/2010-43. Concedente: Ministério da Cultura, CNPJ 01.264.142/0002-00. Convenente: Instituto Tomie Ohtake, CNPJ: 00.984.768/0001-47. Objeto: prorrogar de ofício o prazo de vigência até 18/01/2011. Data e assinatura: 27/08/2010, Henilton Parente de Menezes, CPF 116.878.943-53.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032010083100012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Anexo 3 – Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, de 25/10/1991 – Tombamento provisório do Centro Histórico de Cáceres/MT

25 DE OUTUBRO DE 1991 — DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 6335/91

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no Artigo 264 Inciso IV, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 04 de 15 de outubro de 1.990;

Considerando o disposto no Artigo 2º do Decreto nº 06 de 15 de março de 1.991;

Considerando ainda a necessidade de substituição pelo afastamento do Professor no Quadro de Pessoal da Escola de 1º e 2º Graus Santo Terezinha município e SREC de Guiratinga conforme processos protocolados na Secretaria de Educação e Cultura sob os nºs 279.892/91, 285.748/91.

R E S O L V E :

Designar, os professores substitutos:

01- LUIS ROBERTO PIMENTEL ANTUNES RG. 341.646 grau de escolaridade 2º Grau carga horária 40(quarenta) horas semanais Disciplina Ed.Física turmas V, a VIII em substituição a FAUSTINO BASILI BELMONTE, matrícula 0795631 no período de 12.03.91 a 11.09.91 em virtude de licença especial conforme D.O. de 25.09.89.

02- WANDA CARDOSO NEVES, RG. nº 478.915 Grau de Escolaridade 2º Grau carga horária 20(vinte) horas semanais Disciplinas todas turmas I a IV, em substituição a Marilda Aparecida Silva Dias matrícula nº 333395 no período de 28.08.91 a 11.09.91 em virtude de licença para tratamento de saúde conforme atestado médico.

A despesa correrá por conta da verba 08.07.021.2233 – Manutenção e Operação do Sistema de Ensino 3.1.1.1. Pessoal Civil 01, Vencimentos e Vantagens Fixas do vigente orçamento, com saldo suficiente para acolher essa despesa no exercício de 1.991, sujeitando-se aos descontos do IPEMAT;

C U M P R A - S E
Cuiabá 05 de Outubro de 1.991

OSVALDO ROBERTO SOBRINHO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 6336/91

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições le[illegible]

[illegible] o disposto no Artigo [illegible] parágrafo 1º da Lei [illegible] nº 04 de 15 de outubro [illegible];

Considerando o disposto no Artigo 2º do Decreto nº 06 de 15 de março de 1.991;

Considerando ainda a necessidade de substituição pelo afastamento do [illegible] no Quadro de Pessoal da Escola Estadual de 1º e 2º Graus [illegible] município [illegible] processos protocolados na Secretaria de Educação e Cultura sob os nºs 285.311/91 [illegible]/91, 282.728/91.

R E S O L V E

Designar os professores substitutos:

01- TELMA DE MORAES ARRUDA, RG. nº 370.286 Grau de Escolaridade 2º Grau carga horária 24(vinte,quatro) horas semanais Disciplina [illegible] turmas 5ª série em substituição a Luedy Rosenes Batista matrícula 0311308 no período de 26.08.91 a 23.12.91 em virtude de licença gestacional conforme atestado médico.

02- LUIZA MARIA DE PAULA, RG nº 633.845 Grau de Escolaridade 2º Grau carga horária 40(quarenta)horas semanais Disciplina todas turma 1ª série em substituição a Gonçalina Fátima de Oliveira Queiróz matrícula 0428059 no período de 26.08.91 a 21.11.91 em virtude de licença especial conforme processo nº282.230, de 1.991.

03- ANTONIA MARIA DA SILVA, RG nº 689.516 Grau de Escolaridade 2º Grau carga horária 40(quarenta)horas semanais Disciplinas todas turma 1ª série em substituição a Maria Fátima de Arruda Oliveira matrícula nº 0425842 no período de 26.08.91 a 26.11.91 em virtude de licença especial conforme processo nº 282.232/91.

A despesa correrá por conta da verba 08.07.021.2233 – Manutenção e Operação do Sistema de Ensino 3.1.1.1. Pessoal Civil 01, Vencimentos e Vantagens Fixas do vigente orçamento com saldo suficiente para acolher essa despesa no exercício de 1.991, sujeitando-se aos descontos do IPEMAT;

C U M P R A - S E
Cuiabá 05 de Outubro de 1.991

OSVALDO ROBERTO SOBRINHO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 6337/91

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo protocolado na Secretaria de Educação e Cultura sob o nº 237.916/91

R E S O L V E

01- Designar, FRANCISCA DA SILVA MOURA, Agente Administrativo III Classe B Referência 62 para responder pela Secretaria da Escola Estadual de 1º Grau Estevão de Mendonça município e SREC de Guiratinga no período de 14.05 a 14.06.91 em substituição a Dinair Macedo Meneses que se encontra em gozo de [illegible].

C U M P R A - S E
Cuiabá 05 de Outubro de 1.991

OSVALDO ROBERTO SOBRINHO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONVOCAÇÃO

A Superintendência Regional de Educação e Cultura Norte Oeste — Cuiabá 02, convoca o professor Afonso Rodrigues Júnior, Profº Efetivo, classe B, nível 03, lotado na E.E.P.S.G. Pio Machado — Acorizal a comparecer na SR-02 — Av. Cuiabá s/nº, bairro Cidade Alta — Cuiabá-MT., no prazo de 72:00 horas (após a última publicação justificar sua ausência, ao trabalho), para regularização da sua vida funcional.

Profª. Marly Conceição M. da Silva
Superintendente-02

Fundação Cultural de Mato Grosso

PORTARIA Nº 074/91

O Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, alínea "g" do Decreto nº 125 de 31 de julho de 1975, e tendo em vista o que consta no Processo 034/91/FCMT.

R E S O L V E :

I — Conceder, ao servidor José Mar Armigliato, Técnico de Nível Superior, Ref. 06, Classe A, 01 (um) mês de Licença Prêmio que faz jus, a partir de 28.08.91, para efeito de complementação, ao período compreendido entre 26.07.83 e 25.07.88.

II — Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registrada, Cumpra-se,
Cuiabá, 28 de setembro de 1.991.
Prof. José Hugo da Silva Taques - Presidente

PORTARIA Nº 075/91

O Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, alínea "g" do Decreto nº 128 de 31 de julho de 1975; e tendo em vista o que consta do processo nº 033/91/FCMT.

R E S O L V E :

I — Conceder, a servidora Maria Auxiliadora Corrêa Del Ponte, Técnica de Nível Superior, Ref. 11, 06 (seis) meses de Licença Prêmio que faz jus, ao período compreendido entre 29.07.77 a 29.07.87, que irá gozar em época oportuna.

II — Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registrada, Cumpra-se,
Cuiabá, 01 de outubro de 1.991
Prof. José Hugo da Silva Taques - Presidente

PORTARIA Nº 78/91

Dispõe sobre o Tombamento provisório ao Patrimônio Histórico, do "CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES", em Cáceres-MT.

O Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto do Órgão, nos termos da Lei Estadual nº 3774, de 26 de setembro de 1.976 e;

Considerando que estudos técnicos constantes do Processo de Tombamento de bens nº 01/91 — da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico desta Fundação Cultural, determinaram que fosse feita a inclusão do bem imóvel do "Centro Histórico de Cáceres", na relação de Bens de relevância para o Patrimônio Histórico pela sua expressão artística e cultural;

Considerando que na forma estabelecida pelo art. [illegible], da Lei Estadual nº 3774/76, o bem tombado deverá ser protegido de qualquer ação que lhe impeça ou reduza a visibilidade e que venha em prejuízo à paisagem artística ambiental;

R E S O L V E :

I — Fica tombado provisoriamente pelo prazo não inferior a [illegible] dias como de interesse para o Patrimônio Histórico de Cáceres/MT; a área demarcada pelo perímetro formado pela intersecção das Ruas Cel. José Dulce e Cel. Onócio, seguindo por esta até à Rua João Pessoa, segue por esta à Rua Pe. Casemiro, segue por [illegible] até à Rua 13 de Junho, segue por esta até à Praça Barão do Rio Branco, contornando todo o seu perímetro [illegible] encontrar a Rua Comandante Balduíno segue por esta até à Rua Cel. Faria seguindo por esta até o ponto inicial do perímetro.

II — Que sejam feitas as devidas notificações aos proprietários do referido imóvel, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Cáceres para os fins previstos no Capítulo III da Lei Estadual nº 3774 de 26 de setembro de 1.976.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Em Cáceres, [illegible] de [illegible] de 1.991.
Prof. JOSÉ HUGO DA SILVA TAQUES — Presidente
TESTEMUNHAS:
OSVALDO ROBERTO SOBRINHO
[illegible]
WALTER FERNANDES [illegible]
[illegible] SUCENA RASGA

Anexo 4 – Inventário cadastral da Casa Alfredo Dulce

FUNDAÇÃO CULTURAL DE MATO GROSSO
MINISTÉRIO DA CULTURA
SPHAN / PRÓ MEMÓRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
FUNDAÇÃO CULTURAL DE MATO GROSSO

INVENTÁRIO CADASTRAL DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES
87 / 88

FICHA Nº 05
DATA 10/01/88

DENOMINAÇÃO: CASA ALFREDO DULCE
LOCALIZAÇÃO: RUA JOÃO PESSOA, Nº 252
PROPRIETÁRIO: NERITA ARRUDA DE PINHO
ENDEREÇO: RUA JOÃO PESSOA, Nº 252
BAIRRO: CENTRO
CIDADE: CÁCERES — UF: MT — CEP: 78.700 — TELEFONE: (065) 221-1228
ALUGADO: ( ) SIM (X) NÃO — LOCATÁRIO:
USO ORIGINAL: RESIDÊNCIA
USO ATUAL: RESIDÊNCIA
PROP. ORIGINAL: ALFREDO DULCE (FALECIDO)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: ( ) EXCELENTE ( ) BOA ( ) RAZOÁVEL (X) PÉSSIMA ( ) RUÍNAS
Nº DE PAVIMENTOS: 01 — ÁREA CONSTRUÍDA: 318,78m² — ÁREA DO LOTE: 1.165,30m²
ÉPOCA: 1923
ESTILO: ECLÉTICO

DESCRIÇÃO DETALHADA

FUNDAÇÃO / ESTRUTURA: A FUNDAÇÃO E A ESTRUTURA SÃO FEITAS EM TIJOLO MACIÇO.

PAREDE: ALVENARIA DE TIJOLOS MACIÇOS REVESTIDOS COM ARGAMASSA E REBOCO COMUM. A FACHADA É TODA TRABALHADA. MURO EM ALVENARIA E GRADE (TRABALHADA) COM PARTES EM ADOBE.

COBERTURA: TELHA DE BARRO TIPO CAPA E CANAL, FORA DE ESPECIFICAÇÃO COMERCIAL ATUALMENTE.

JANELAS / PORTAS / VIDROS / VITRAIS: JANELAS E PORTAS EM MADEIRA, VIDRO E FERRO (TRABALHADO). OS VIDROS DAS JANELAS SÃO COLORIDOS

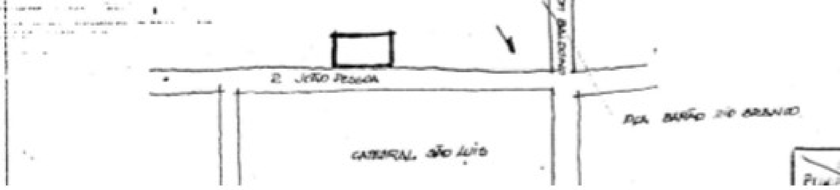
FORRO / LUSTRES: FORRO DE MADEIRA, TRABALHADO E PINTADO, OS LUSTRES SÃO ORIGINAIS.

PISOS: PISO ORIGINAL EM MOSAICO, DIFERENTES

DESCRIÇÃO DO ENTORNO E/DO IMÓVEL: IMÓVEL DA 2ª DÉCADA DO SÉCULO ATUAL. PLANTA COM VARANDA LATERAL, C/ SALÕES À FRENTE E CORREDOR CENTRAL ATÉ O QUINTAL

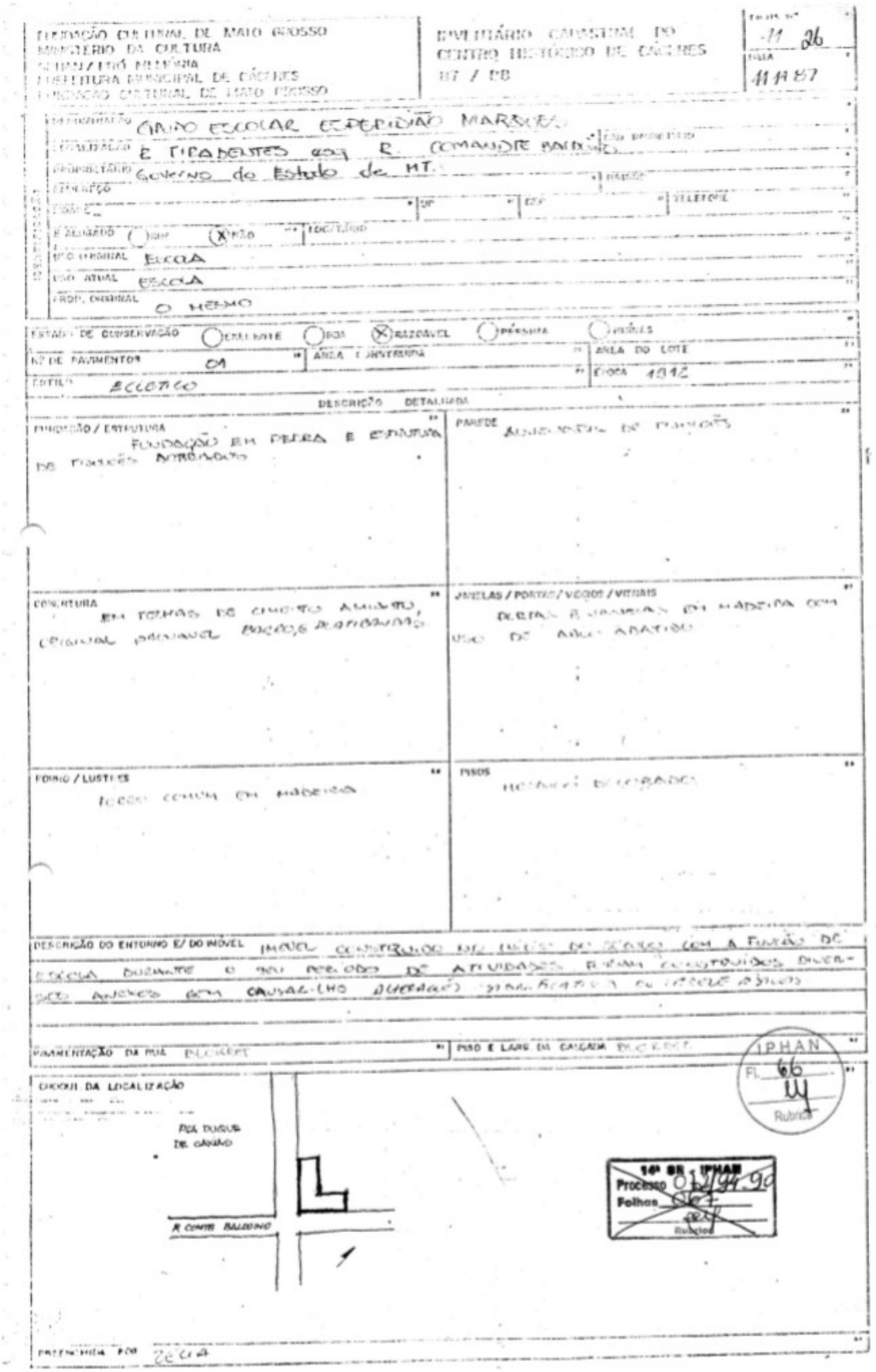
PAVIMENTAÇÃO DA RUA:
PISO E LARG. DA CALÇADA:

CROQUI DA LOCALIZAÇÃO



IPHAN
FL. 20
Rubrica

Anexo 5 – Inventário Cadastral do Grupo Escolar Esperidião Marques



Anexo 6 – LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE OS ALUNOS DA E. E. DR. JOSÉ RODRIGUES FONTES (por amostragem)

Por gentileza, anotar as quantidades.

Série: _____ Número de alunos: _____

1) Você tem algum familiar que é pescador? Sim _____ Não _____
2) Qual seu grau de parentesco com ele(s)? Filhos_____ Netos_____
   Sobrinhos _____ Outros _____
3) A sua família utiliza o rio Paraguai como forma de lazer? Sim _____
   Não _____
4) Você costuma frequentar a Praia do Daveron? Sim _____ Não _____
5) Você frequenta a Praça Barão do Rio Branco? Sim _____ Não _____
6) Com qual frequência você vai ao Centro Histórico de Cáceres (parte da cidade concentrada no centro antigo, onde estão a Catedral de São Luiz, a Praça Barão e se concentram as ruas com características semelhantes – ruas estreitas com construções antigas) ? Toda semana _____; De vez em quando _____; Nunca _____
7) Em qual bairro você mora? Cavalhada I _____; II _____; III_____;
   Massa Barro _____; Vila Irene _____; Vila Nova _____;
   Jd. Aeroporto _____ ; Outros _____.
8) Você já ouviu falar do Tombamento do Centro Histórico de Cáceres?
   Sim _____ Não _____
9) Você sabe o que significa a cidade de Cáceres ter um Centro Histórico tombado e por que isso aconteceu? Sim _____ Não _____

Obrigada pela colaboração!

Anexo 7 – Cartas que compõem o jogo de memória “Dobradinha Histórica”

10 - Art Déco

11 - Batelões

12 - Casa Dulce

13 - Etrúria
ETRURIA

14 - Fazenda Jacobina

15 - FIPE

16 - Estilo Colonial

17 - Villa Maria do Paraguaí

18 - Antiga Câmara Municipal

19 - Fazenda Descalvados

20 - Praça Barão

21 - Cais do Porto

22 - Museu Histórico

Data do final do século XIX, estando localizado na Rua Antônio Maria, nº 244. Com traços do estilo arquitetônico neoclássico, o prédio apresenta em sua fachada uma platibanda decorada e encimada nas extremidades por elementos decorativos. Foi construído para ser o **mercado público**.

Ocorre em Cáceres há mais de 30 anos, é uma atração internacional e, no ano de 1992 entrou para o *Guinness Book* como o "maior festival de pesca embarcada em água doce do mundo".

Fundada em 6 de outubro de 1778, pela Coroa portuguesa, deu origem à cidade de Cáceres/MT.

Inaugurada em 19 de novembro de 1936, antes conhecida como antigo largo da Matriz, situa-se em frente à Catedral de São Luiz e é ornada por monumentos, dentre os quais, o Marco do Jauru.

Em arquitetura, caracteriza-se pelo uso na decoração de linhas retas na horizontal e vertical, em ziquezaque, na forma de zigurates. É um estilo bastante simplificado em termos decorativos, apresentando o uso de formas geométricas e filetes nas platibandas.	Estilo cujas edificações foram denominadas também de construções de "Pedra e Cal" ou "construção Bandeirante", tanto em virtude dos materiais utilizados para a construção das mesmas (tijolos de taipa ou adobe), como devido à disseminação desta técnica construtiva realizada pelos bandeirantes nas suas incursões pelo **interior da colônia**.	Essa fazenda foi estabelecida em 1769 pelo português Leonardo Soares de Sousa. Ao longo de sua história constituiu-se em um importante estabelecimento produtor de charque e de açúcar, que abastecia não só os grandes centros brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro, mas que também exportava para a Europa.
Essa fazenda data da segunda metade do século XIX, e está localizada a 100 km de Cáceres, às margens do Rio Paraguai. Ela se destacou como um grande empreendimento agroindustrial, e chegou a ser o mais importante estabelecimento comercial de Mato Grosso.	Começou a ser construída em 1919, e **levou 46 anos para ser concluída**. No ano de 1949, parte do que já havia sido edificado ruiu. Tem estilo arquitetônico neogótico.	Peça arquitetônica feita em mármore, **construída em Lisboa, Portugal**, com o objetivo de demarcar os limites entre os territórios atribuídos a Portugal e Espanha na América, conforme estabelecido no Tradado de Madri (1750).
Construída para ser **moradia** e também o "forte" **de José Dulce**, essa casa data de 1923, estando situada na Rua João Pessoa, nº 252. Traz características de um movimento artístico arquitetônico que instaurou e disseminou o estilo Art Nouveau no Brasil.	Foi construído com finalidade específica de servir como **escola pública**, e é classificado como estilo arquitetônico eclético.	Inaugurado no final dos anos 20 do século XX, com rampa para embarque e desembarque, alicerces de pedra e balaústres em sua amurada, situado em frente à praça principal e à futura Catedral.

Embarcações, na sua maioria movidas a vapor, utilizadas para o transporte fluvial entre Cáceres e Corumbá, dentre outras rotas. Faziam o transporte de pessoas e mercadorias pelo Rio Paraguai.	Constituiu importante via de transporte entre Cáceres e Corumbá. Com seu transbordamento anual, forma o pantanal mato-grossense, e faz fronteira com a Bolívia.	Foi construído no ano de 1893, e chamada de "Casa Costa Marques", em homenagem ao seu primeiro proprietário Joaquim Augusto da Costa Marques. Já sediou o extinto Banco do Estado de Mato Grosso (Bemat). Atualmente é sede do legislativo.
Prédio em estilo neoclássico localizado na Rua Coronel José Dulce, nº 324, foi erguido em 1919 para ser moradia de Bertholdo Freire. Na década de 80 foi lugar de lazer e de festividades de grupos sociais abastados da sociedade cacerense, funcionando como clube.	Edificação em estilo neoclássico construída em 1871, na esquina da Rua Coronel José Dulce com a Rua Comandante Balduíno, sendo que desde sua construção funciona como Casa comercial. Era de propriedade do mercador Coronel José Dulce.	Prédio localizado defronte a lateral da Praça Barão do Rio Branco, foi construído em 1921, como residência de Humberto Dulce. Destaca-se por trazer muitos traços do estilo arquitetônico eclético. Atualmente sedia um banco.
Prédio construído para ser sede do Governo Municipal em 1929, sua localização é na Praça Aníbal Motta, nº 206. Na década de 90 funcionou neste local a Câmara Municipal dos Vereadores, abrigando posteriormente o Arquivo Público municipal.	Escultura trazida para São Luiz de Cáceres no ano de 1890, por José Dulce. É de estilo Neoclássico e forma um conjunto com a edificação à qual está afixada.	Barco a vapor que pertenceu ao Coronel José Dulce, se tornou um ícone do transporte de passageiros e cargas, e ainda reside no imaginário dos habitantes mais antigos de Cáceres.